



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**UM ROSTO PARA O INIMIGO: O DISCURSO
DA “GUERRA AO TERROR” NOS EDITORIAIS
DOS JORNAIS *THE NEW YORK TIMES* E *THE GUARDIAN***

ICARO BAGOLAN

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**UM ROSTO PARA O INIMIGO: O DISCURSO
DA “GUERRA AO TERROR” NOS EDITORIAIS
DOS JORNAIS *THE NEW YORK TIMES* E *THE GUARDIAN***

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

ICARO BAGOLAN

Orientador: Prof. Dr. Marcio Tavares d’Amaral

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Um rosto para o inimigo: o discurso da “guerra ao terror” nos editoriais dos jornais *The New York Times* e *The Guardian***, elaborada por Icaro Bagolan.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Marcio Tavares d’Amaral
Pós-doutorado em Filosofia pela Universidade de Paris V Sorbonne Sciences Humaines
Departamento de Fundamentos da Comunicação – UFRJ

Profª. Dra. Marta Pinheiro
Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Fundamentos da Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Paulo Pires
Doutor em Literatura Comparada pela Faculdade de Letras – UFRJ
Departamento de Expressão e Linguagens – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

BAGOLAN, Icaro Bagolan.

Um rosto para o inimigo: o discurso da “guerra ao terror” nos editoriais dos jornais *The New York Times* e *The Guardian*. Rio de Janeiro, 2017.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientador: Marcio Tavares d’Amaral

BAGOLAN, Icaro. Um rosto para o inimigo: o discurso da “guerra ao terror” nos editoriais dos jornais *The New York Times* e *The Guardian*. Orientador: Prof. Dr. Marcio Tavares d’Amaral. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho visa analisar o discurso presente nos editoriais dos jornais *The New York Times* e *The Guardian* nas datas seguintes aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 em Nova York e Washington, 8 de julho de 2005 em Londres e 13 de novembro de 2015 em Paris, de modo a verificar o grau de adesão desses veículos ao discurso da “guerra ao terror”. Nossa investigação parte de duas premissas fundamentais: o terrorismo é um fenômeno socialmente construído por meio da linguagem, ou seja, sua definição é sempre subjetiva; e o discurso dominante acerca do tema é baseado na linguagem da guerra global contra o terrorismo declarada pelo governo norte-americano imediatamente após os ataques de 11 de setembro de 2001. Algumas das consequências reais dessa linguagem amplamente disseminada são a aceitação de restrições às liberdades civis frente àquilo que as autoridades descrevem como ameaça essencial, a militarização da vida e o enquadramento da religião islâmica e dos povos árabes/muçulmanos como inimigos dos valores seculares do Ocidente. Através de um levantamento histórico-filosófico, pretende-se verificar como o fenômeno do terrorismo e seus discursos, narrativas e significados políticos e culturais foram moldados ao longo do tempo até serem assimilados pela campanha global do contraterrorismo.

Agradecimentos:

*Ao meu padrinho Alexandre, pelos braços abertos e por acreditar
na minha caminhada desde o primeiro dia*

À minha mãe, por toda a dedicação, carinho e amor

*Aos meus irmãos Cyla e Felipe, por sempre colocarem
um sorriso no meu rosto*

À minha avó Izaura, exemplo eterno

Ao meu pai, que me ensinou a ter sempre a mente aberta

*À Ligia, por aparecer, por sorrir, por iluminar meu caminho
e acalmar minha alma*

*Ao Renan e à Samyta, meus ombros amigos e parceiros de tantos
trabalhos e cafés ao longo desses 4 anos*

*Aos meus professores queridos que estiveram presentes desde o
ciclo básico e me guiaram neste processo:
ao Marcio d'Amaral, pela inspiração e por indicar caminhos que
eu nem imaginava possíveis para este trabalho;
à Filomena Varejão, por me ensinar a aprender de novo e pela
prontidão e dedicação na orientação da análise crítica do discurso*

*Aos integrantes da minha banca, por aceitarem meu convite e pelo
papel essencial que tiveram na minha vida acadêmica:
à Marta Pinheiro, que me apresentou à teoria ainda no 1º período;
ao Paulo Pires, por proporcionar um oásis em meio à sisudez da
academia*

*À Janine, pelo apoio e por iluminar questões fundamentais para o
embasamento teórico do trabalho*

“E trata-se de poder continuar falando ou ser compelido a calar-se para sempre. Trata-se da vida e da morte; na linguagem, trata-se bem disto: da vida e da morte do mundo”.

Marcio Tavares d’Amaral, 2004

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	8
2.1 Uma nova ameaça?	8
2.2 “Terrorismo” pré-moderno.....	12
2.3 O “Reino do Terror”	14
2.4 A ameaça anarquista.....	15
2.4.1 Nasce o “contraterrorismo”	17
2.4.2 Em busca de uma definição	19
2.5 O terrorismo no pós-guerra – descolonização e terrorismo internacional	21
2.6 Terrorismo contemporâneo.....	25
3. UMA RESPOSTA FILOSÓFICA AO “TERROR”	29
3.1 Identidade e diferença.....	31
3.2 Heidegger e terrorismo	38
3.2.1 A guerra pressupõe uma oposição claramente definida	39
3.2.2 A guerra é um ato intencional	40
3.2.3 A guerra herda temas clássicos	41
3.3 Derrida: 9/11 e o processo autoimunitário.....	43
4. ANÁLISE CRÍTICA DOS EDITORIAIS	50
4.1 Fundamentação teórica e objetivos da análise	50
4.2 Constituição do <i>corpus</i>	55
4.3 Análise dos editoriais	56
4.3.1 Evento: 11 de setembro de 2001 – Nova York e Washington.....	56
4.3.2 Evento: 7 de julho de 2005 – Londres.....	69
4.3.3 Evento: 13 de novembro, 2015 – Paris	78
5. CONCLUSÃO	87
6. REFERÊNCIAS	90
7. ANEXOS	94

ANEXOS

Anexo 1. Escala de consistência ideológica – Pew Research Center	94
Anexo 2. Editorial do The New York Times, 12/09/2001:.....	95
Anexo 3. Editorial do The Guardian, 12/9/2001:	97
Anexo 4. Editorial do The New York Times, 08/07/2005:.....	100
Anexo 5. Editorial do The Guardian, 08/07/2005:	101
Anexo 6. Editorial do The New York Times, 14/11/2015:.....	103
Anexo 7. Editorial do The Guardian, 15/11/2015:	104

FIGURAS

Figura 1: Argumentos centrais do Texto 1.....	61
Figura 2: Argumentos centrais do Texto 2.....	63
Figura 3: Argumentos centrais do Texto 3.....	72
Figura 4: Argumentos centrais do Texto 4.....	73
Figura 5: Argumentos centrais do Texto 5.....	81
Figura 6: Argumentos centrais do Texto 6.....	82

1. INTRODUÇÃO

Dentre os principais dilemas das sociedades contemporâneas, o terrorismo talvez seja o que apresente o maior grau de instabilidade semântica e de indefinição entre o real e virtual, entre o perigo concreto e a ameaça abstrata. Em outras questões, as partes envolvidas e o público em geral podem pelo menos concordar em alguns parâmetros objetivos para a discussão. Por exemplo, quando se debate o aquecimento global, os lados defendem ou contestam a relação entre o aumento da temperatura do planeta e a queima de combustíveis fósseis – mas não se pode questionar os dados empíricos, o aquecimento em si, de forma razoável. O mesmo pode-se dizer da fome crônica, da integração econômica dos países ou da proliferação de armas de destruição em massa. As causas, os caminhos e as soluções podem ser objetos de discórdia, mas prevalece a realidade palpável desses temas: pessoas sofrem de fome, empregos são criados ou perdidos, mísseis nucleares existem. O terrorismo, por outro lado, tem seu significado frequentemente modificado, ampliado e estreitado de acordo com o contexto e com o discurso que o emprega.

A violência de um ato terrorista é obviamente real – mas nem sempre podemos afirmar que um atentado envolve violência. Muitas vezes a *ameaça* já é suficiente para causar medo e pânico em parte da população, o que, de maneira provisória, poderíamos dizer que constitui um *estado de terror*. O significado de um atentado também depende largamente de sua *repercussão* – portanto, a reação da mídia e das autoridades tem um papel essencial para sua interpretação. Segundo Jenkins (1978, p. 119), a percepção pública a respeito do terrorismo depende da publicidade e do alarde criados por um atentado, os quais, por sua vez, dependem não necessariamente do nível da violência cometida, mas sim da localização e qualidade do ato e do nível de cobertura midiática. Os eventos de 11 de setembro de 2001 foram um ponto fora da curva quando pensados quantitativamente, mas seu enorme impacto foi devido mais ao simbolismo do alvo do que ao número de mortos. Se até mesmo os centros nervosos do sistema financeiro global e do exército mais poderoso do planeta pudessem ser atingidos, quem estaria salvo?

A essência mutante do fenômeno não impede que tenhamos a *impressão* de saber o que o terrorismo é quando o vemos retratado na mídia o ouvimos mencionado por lideranças políticas. Nos dias atuais, essa impressão deve-se, em grande parte, aos elementos do discurso dominante da “guerra ao terror” declarada pelo presidente norte-americano George W. Bush na esteira dos ataques ao Pentágono e ao World Trade Center em 2001, assim como à ampla cobertura jornalística desses eventos e de qualquer outra notícia relacionada ao

assunto. Mais especificamente, essa linguagem busca definir o inimigo como o “terrorismo islâmico”, ou seja, a violência extrema cometida por fundamentalistas muçulmanos que querem destruir as nações ocidentais movidos pelo fanatismo religioso e ódio aos valores ocidentais como “liberdade”. e “democracia”. Enfatizar a motivação religiosa é importante, pois resulta na negação de reivindicações políticas por trás dos atentados e ressalta a irracionalidade dos terroristas, impossibilitando qualquer tipo de negociação e retratando esses indivíduos como uma ameaça existencial ao “mundo civilizado”. Estabelece-se um par dicotômico de identidades para essa guerra: os bons, inocentes e heroicos americanos (e seus aliados) de um lado, e os terroristas bárbaros, malignos e abomináveis do outro.

Este trabalho parte da premissa de que o terrorismo é um conceito socialmente construído, o que implica dizer que as percepções sobre esse conceito dependem de uma complexa rede de interação social, incluindo os governos, a mídia e a própria sociedade. Para compreender como essa construção ocorre na grande mídia, examinaremos como três dos atentados terroristas de maior repercussão desde o início da “guerra ao terror”¹ foram significados nos editoriais de dois dos principais jornais dos Estados Unidos e da Inglaterra. A análise da cobertura desses eventos será embasada por uma pesquisa sobre as manifestações e interpretações do terrorismo em determinados momentos históricos, assim como uma investigação filosófica sobre o fenômeno. Elegemos como fio condutor da pesquisa a hipótese defendida por Jackson (2005a) e Mueller e Stewart (2011), entre outros, de que os líderes políticos e os meios de comunicação dos países ocidentais exageram a ameaça terrorista e manipulam o medo da população para obter ganhos políticos e até mesmo materiais. Isso não significa que o terrorismo não seja deplorável, mas sim que ela não pode ser simplesmente encaixada em uma narrativa polarizada de Nós/Eles, considerando que *táticas* terroristas são adotadas por grupos de variadas espécies, muitas vezes direta ou indiretamente incentivadas por países integrantes da “aliança global contra o terrorismo”.

A apropriação do terrorismo como um rótulo para denominar os inimigos de um país tem consequências reais e desastrosas. Os desdobramentos da “guerra ao terror” no âmbito doméstico dos países aliados incluem a expansão das capacidades de vigilância do Estado, a militarização da vida comum, a erosão de direitos democráticos, o fechamento de fronteiras e políticas de exceção. Nos campos de batalha, o discurso resultante dessa guerra normaliza

¹ Optamos por colocar a expressão “guerra ao terror” sempre entre aspas, por tratar-se de um dispositivo retórico, um termo de propaganda oficial criado pelo governo norte-americano para justificar uma campanha militar contra um inimigo indefinido e de duração indeterminada, em vez de uma guerra oficialmente declarada contra um Estado ou até mesmo uma organização terrorista em particular.

práticas antiterroristas como tortura, execuções extrajudiciais, capitulações, assassinatos por “controle remoto” (com o uso de *drones*), além, é claro, da morte de centenas de milhares de civis. Tudo em nome da “defesa da liberdade”, de “extirpar esse mal” do mundo.

Embora a definição do terrorismo não seja objeto desta pesquisa, algumas considerações devem ser feitas sobre essa questão que suscita caloroso debate, seja no meio acadêmico, jurídico ou político. Um dos principais motivos para a já citada instabilidade semântica é a maneira como Estados usam o rótulo “terrorismo” para referirem-se às ameaças ou ações violentas de grupos ou indivíduos que consideram seus inimigos, independentemente das táticas adotadas ou do contexto sociopolítico. Por exemplo, uma interpretação contrária poderia classificar os mesmos atos como uma forma legítima de resistência a um determinado governo opressor – o que regularmente ocorre quando o conflito é visto de além das fronteiras desse país. As tentativas dos órgãos internacionais de estabelecerem uma definição jurídica do terrorismo estendem-se há mais de um século, desde que diversos grupos revolucionários independentes abalaram a ordem política mundial no final do século XIX e começo do XX com o assassinatos monarcas, presidentes e primeiros-ministros, mas esbarraram repetidamente na recusa dos Estados em incluir o terrorismo estatal na definição. Algumas dessas propostas serão discutidas no segundo capítulo deste trabalho.

Ao longo dos cerca de 150 anos que se passaram desde o surgimento do terrorismo não-estatal moderno, o conceito foi sendo constituído coletivamente pelo discurso oficial, pela cobertura da mídia e pela reação popular à violência classificada como terrorista. O segundo capítulo também traça uma linha do tempo desse processo, abordando alguns dos principais atores do terrorismo e do contraterrorismo em diversos recortes temporais. Essa visão histórica nos permite problematizar a noção proposta pelo discurso da “guerra ao terror”, de que o mundo enfrenta hoje um “novo terrorismo”, caracterizado pela motivação religiosa, a aleatoriedade dos alvos, a dimensão global e o uso das tecnologias contemporâneas para o recrutamento e execução dos crimes. Os exemplos documentados nos mostram que nenhum desses traços constitui uma peculiaridade dos grupos terroristas do século XXI.

No terceiro capítulo, recorreremos a três obras que nos permitem aprofundar algumas questões fundamentais sobre a essência do terrorismo e da “guerra ao terror”, começando pela formação de identidades diametralmente opostas no discurso do contraterrorismo. As reflexões de Martin Heidegger sobre a diferença ontológica em *Identidade e Diferença* nos

permitem reafirmar o dinamismo das identidades e a aceitação da diferença, em oposição aos discursos totalizantes que emergem de ambos os lados do conflito. Como vemos em Jackson (2005a), a elaboração de uma ameaça externa, como aquela imposta pelo “terrorismo islâmico”, é fundamental para a manutenção de barreiras entre o interno e o externo, o *self* e o outro, e a construção da identidade cultural; de fato, poderíamos dizer que a identidade ocidental que se constitui no discurso da “guerra ao terror” depende da apropriação de um “outro” muçulmano atrasado, autoritário e violento, contra o qual o Ocidente pode formar um coletivo. Qualquer tentativa de superar a dicotomia ocidental civilizado/muçulmano bárbaro deve começar pelo questionamento da suposta estabilidade dessas identidades. Em outro texto, o tradutor de Heidegger Andrew J. Mitchell traz uma contribuição inestimável para uma investigação sobre a essência da guerra global contra o terrorismo com o artigo *Heidegger and Terrorism*, em que faz dialogar as ideias do filósofo alemão com as noções de guerra clássica de Carl Van Clausewitz.

Em uma entrevista concedida em outubro de 2001 para um livro publicado pela professora Giovanna Borradori, Jacques Derrida alerta para o uso irreflexivo da linguagem na cobertura jornalística dos atentados de 11 de setembro, que contribuiu para ampliar o efeito traumático dos acontecimentos e fixá-los como um ícone para a guerra que já se desenhava como inevitável. Falando em momento ainda tão próximo dos eventos daquele dia, Derrida já reconhecia a necessidade de estabelecer um contradiscurso sobre o terrorismo, de modo a evitar uma adesão unânime, e até mesmo involuntária, à proposta de guerra contra o terrorismo.

Derrida também aplica a metáfora biológica de “autoimunidade”, que o autor começara a desenvolver no final da década de 1990 sobre a complexa relação da democracia com os conceitos de soberania e multiplicidade, para discorrer sobre o papel dos EUA no ciclo de violência do qual o país agora se tornara vítima, de modo virtualmente inédito. Nesse sentido, os atentados ainda seriam um reflexo da Guerra Fria – não apenas do apoio financeiro e estratégico dos norte-americanos a Osama Bin Laden e os *mujahadeens* na campanha de resistência à invasão soviética do Afeganistão, no final dos anos 1970, mas também à impossibilidade de haver um equilíbrio de terror em um mundo dominado por uma única superpotência. Esses dois momentos representariam as duas primeiras fases do processo autoimunitário; a última é a guerra global contra o terrorismo, que Derrida chama de “círculo vicioso da repressão”. É a mais suicida das três, diz o autor, porque a coalizão ocidental não pode declarar uma guerra contra o terrorismo sem declarar guerra contra si

mesmo, principalmente se considerarmos as declarações de George W. Bush de que os EUA estariam prontos para impor medidas coercitivas ou até mesmo invadir países que supostamente “abrigam” terroristas. Afinal, os autores dos atentados de 11 de setembro vivam nos EUA há meses ou até mesmo anos antes de agirem, os ataques foram planejados e coordenados por uma célula da Al-Qaeda em Hamburgo... uma guerra assim certamente seria uma guerra sem fronteiras. Resumindo, “[n]enhuma geografia, nenhuma determinação territorial é ainda apropriada para localizar a sede dessas novas tecnologias de transmissão ou agressão” (DERRIDA *apud* BORRADORI, 2002, p. 111).

No quarto capítulo, adotamos o enquadre teórico da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Teun Van Dijk para analisar o discurso presente nos editoriais veiculados nos jornais *The New York Times* (EUA) e *The Guardian* (Inglaterra), nas datas imediatamente posteriores a três atentados terroristas realizados em três países ocidentais da “coalizão contra o terror” (aqui entendidos como aliados na invasão do Afeganistão em 2001): os atentados em Washington e Nova York, em setembro de 2001, os ataques a bomba em três linhas do metrô e um ônibus em Londres, em julho de 2005, e os ataques coordenados à casa de shows Le Bataclan, ao Stade de France e a outros locais de Paris, em novembro de 2015. Os principais objetivos da análise são verificar a hipótese de que o discurso dominante da “guerra ao terror” foi amplamente reproduzido por alguns dos principais veículos impressos de seus respectivos países e identificar as marcas de manipulação presentes nos editoriais. O recorte temporal amplo nos permitirá apurar possíveis mudanças na reprodução dessas narrativas ao longo desse período.

A relação dos meios de comunicação com o terrorismo é de longa data, e serve tanto para ampliar o alcance dos atentados terroristas quanto para reproduzir a fala das autoridades sobre o tema. Desde pelo menos a Revolução Francesa, prevalece a ideia do terror como mensagem, como um ato comunicativo em si. Não obstante a retórica do “terrorismo islâmico”, a violência denominada de terrorismo tende a envolver uma mensagem política: o desejo de soberania; de expulsar um exército invasor; de informar ao inimigo que, mesmo contando com um exército mais poderoso, sua população pode não estar segura. O terrorismo atende os requisitos de noticiabilidade porque é imediato, visual, dramático e inesperado. Pode denotar tensões políticas locais ou aparentar ser parte de um conflito internacional. Há ainda o elemento de interesse humano: o público também quer conhecer as personalidades dos autores, das vítimas e dos líderes que determinarão a resposta ao atentado.

Invariavelmente, a questão da definição do terrorismo entra em pauta na cobertura midiática. Mencionamos anteriormente que costumamos ter a *impressão* de saber quando determinado ato é terrorista. Porém, há casos em que a simples *impressão* não é suficiente para que se possa discernir se determinado ato violento deve ou não ser entendido como um atentado terrorista. Nessas ocasiões, é preciso que a mídia ou as autoridades informem ao público como tal ato será caracterizado – ou seja, os elementos identificadores em si não são suficientes, é preciso confirmação.

Os dois casos a seguir ilustram essa dependência na voz de autoridade para a identificação do terrorismo. Em janeiro de 2011, um atirador abriu fogo durante um encontro político realizado em frente a um mercado na cidade norte-americana de Tucson, no estado do Arizona, matando seis e ferindo 13 pessoas, inclusive a deputada federal Gabrielle Giffords, que havia organizado o evento². Apesar da aparente motivação política do crime – além de ferir Giffords, o atirador também matou um juiz federal do Arizona –, da morte aleatória de transeuntes presentes no local e do *terror real* da experiência, o tiroteio não foi anunciado como um ato terrorista por nenhum dos principais veículos de comunicação ou autoridades do país.

Já o tiroteio de San Bernardino, na Califórnia, em dezembro de 2015, quando um casal de atiradores invadiu o local de trabalho do marido e deixou 14 mortos e 22 feridos, foi quase imediatamente tratado como um atentado terrorista pelo FBI e classificado como tal pela imprensa³. A diferença, ao que tudo indica, é que no segundo caso os autores do crime eram muçulmanos – ele nascido em Chicago de pais paquistaneses, ela natural do Paquistão com passagem na Arábia Saudita –, e suspeitos de terem sido inspirados por grupos terroristas, enquanto o atirador de Tucson era um jovem norte-americano, branco, sem contato com nenhuma rede terrorista.

Pensar o terrorismo como um ato comunicativo em si implica pensar a mídia como parte integral desse ato. Afinal, a cobertura não é algo que sucede a um atentado terrorista, ela é algo que o caracteriza como tal. Os meios de comunicação e os autores dos crimes são cocriadores do terrorismo. Os atentados são cuidadosamente planejados para garantir que os meios de comunicação disseminem a mensagem, divulgando o ataque para um público mais

² CNN. “Arizona Safeway Shootings Fast Facts” Disponível em: <http://edition.cnn.com/2013/06/10/us/arizona-safeway-shootings-fast-facts/index.html>. Acesso em: 27/11/2017.

³ SCHMIDT, MICHAEL S.; PÉREZ-PEÑA, RICHARD. “FBI Treating San Bernardino Attack As Terrorism Case”. *New York Times*. https://www.nytimes.com/2015/12/05/us/tashfeen-malik-islamic-state.html?_r=0. Acesso em: 27/11/2017.

amplo. O perigo do “uso irreflexivo” do termo, aludindo mais uma vez a Derrida (*apud* BORRADORI, 2002), é o de ser cúmplice, de um lado ou de outro – seja anunciando uma “vitória” dos terroristas ou alimentando a xenofobia e o desejo de vingança entre as vítimas.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Imediatamente após os ataques terroristas a Washington e Nova York, em 11 de setembro de 2001, o terrorismo foi alçado ao topo da lista das prioridades de segurança das principais potências ocidentais. Liderados pelos EUA, esses países elaboraram uma ampla gama de leis antiterroristas, políticas de segurança e estratégias militares que, por sua vez, vieram a redefinir as relações entre o Ocidente e os países de maioria muçulmana, assim como o cenário geopolítico global.

Quase que simultaneamente, vimos emergir um discurso do terrorismo que acompanha esse novo paradigma – termos e expressões como “terrorismo”, “fundamentalismo”, “extremismo religioso” e até mesmo “islamismo” ganharam significados específicos dentro de nossa cultura, gerando generalizações e graves consequências às relações internacionais e comunitárias em países como os Estados Unidos, a França e o Reino Unido. Mais recentemente, vimos como a onipresença desse discurso na sociedade norte-americana resultou em uma proposta do presidente recém-eleito, Donald Trump, de barrar a entrada de cidadãos de sete países de maioria muçulmana nos EUA, incluindo refugiados da guerra civil da Síria. O alvo das políticas antiterroristas dos países ocidentais não é necessariamente o terrorismo de maneira geral, mas sim o “terrorismo islâmico” – um termo carregado de premissas e narrativas implícitas que podem ser observadas nos discursos oficiais dos principais líderes dessas nações.

Neste capítulo, pretendemos abordar o desenvolvimento desse discurso sobre o “terrorismo islâmico” e da narrativa de que o “mundo civilizado” encontra-se perante uma ameaça existencial, assim como suas consequências na esfera política e na produção de conhecimento sobre o tema. Uma das principais premissas é a de que as reações e respostas exageradas das potências ocidentais aos ataques terroristas provocam uma postura de medo e ansiedade perante o “Outro” muçulmano, negando toda a diversidade dos povos islâmicos e as reivindicações políticas de seus cidadãos. Além disso, há uma exclusão desses povos da nova ordem globalizada, uma vez que eles representariam o extremismo, a irracionalidade, o atraso em relação aos supostos valores democrático-liberais dos integrantes da comunidade global.

2.1 Uma nova ameaça?

Em 16 de setembro de 2001, os Estados Unidos ainda eram um país em choque, traumatizado pelas imagens da carnificina produzida por aviões que se chocaram contra as

Torres Gêmeas e o Pentágono, cinco dias antes. Na chegada à Casa Branca, o presidente George W. Bush parou por alguns momentos para atender à imprensa, e aproveitou a ocasião para reconfortar e preparar a nação para uma guerra longa e sem limites contra os responsáveis pelos ataques. Embora uma resposta militar por parte dos EUA fosse previsível devido à supremacia de suas forças armadas e ao longo histórico de envolvimento em conflitos ao redor do globo, uma população acostumada à (talvez ainda mais longa) tradição de proteção institucional de seus direitos civis logo começou a questionar o caráter irrestrito da guerra que se desenhava.

Perguntado sobre a solicitação do procurador-geral John Ashcroft para que as agências de inteligência pudessem obter poderes ampliados de monitoramento e vigilância dos norte-americanos, e quais seriam os impactos dessa medida para as liberdades civis desses cidadãos, Bush não hesitou em ressaltar que o país vivia uma situação inédita: “estamos diante de um novo tipo de inimigo, alguém tão bárbaro que jogou aviões contra prédios cheios de pessoas inocentes. Portanto, temos que estar alerta. Somos uma nação de leis, uma nação do direito civil. Também somos uma nação sob ataque”⁴. Com essa resposta, Bush parecia validar uma ideia que ganhava força entre acadêmicos: a de que o mundo começava a enfrentar um novo tipo de terrorismo.

Segundo Alexander Spencer (2016, p. 270), o debate sobre a emergência de um “novo terrorismo”, representado predominantemente por grupos islamistas radicais como a Al Qaeda, em contraste com o “velho terrorismo” separatista-nacionalista de facções como IRA (Irlanda), ETA (Espanha) e RAF (Alemanha Ocidental), remonta ao início da década de 1990, com acadêmicos da escola tradicional de Estudos do Terrorismo⁵ apontando supostas diferenças na motivação, no comportamento e na estrutura das organizações terroristas. Entretanto, críticos dessa divisão usam exemplos concretos para demonstrar inconsistências na sua formulação, concluindo que as novas tendências detectadas não “afetam o fenômeno do terrorismo como conceito ou estratégia de forma uniforme ou universal” (DUYVESTYEN e MALKKI, 2012, p. 42).

⁴ Tradução nossa, do original em inglês “[...] we’re facing a new kind of enemy, somebody so barbaric that they would fly airplanes into buildings full of innocent people. And therefore, we have to be on alert in America. We’re a nation of law, a nation of civil right. We’re also a nation under attack”. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/coalition/cr/rm/2001/5042.htm>. Acesso em: 11/07/2017.

⁵ Como fontes que defendem a tese de um “novo terrorismo”, o autor cita as obras *Inside Terrorism* (Hoffman, B., 1998), “America and the New Terrorism” (Simon, S., and Benjamin, D., 2000, in: *Survival*, 42(1): 59–75), *Old and New Terrorism* (Neumann, P., 2009), e “The ‘New Terrorism’ and Its Critics” (Kurtulus, E., 2011, in: *Studies in Conflict and Terrorism*, 34(6): 476–500).

Mais importante do que estabelecer a verdade ou falsidade da categoria “novo terrorismo” é entender que há uma construção por trás de conceitos como terrorismo, assim como os modificadores associados – ou seja, “novo”, “islâmico”, “radical”, “doméstico”, “estatal” etc. – e as consequências dessa construção, principalmente no que tange as políticas e estratégias do combate ao terrorismo (SPENCER, 2016, p. 284). Ciente ou não desse debate, o ex-presidente norte-americano e membros de seu gabinete certamente contribuíram para consolidar a noção de que os EUA, e conseqüentemente todos os países integrantes da coalizão global contra o terrorismo, enfrentavam, a partir de então, um novo inimigo – movido sobretudo por fervor religioso e ódio aos valores canônicos do Ocidente –, determinado a fazer o que fosse preciso para destruir o “nosso modo de vida”. Resumidamente, Bush e outros chefes de estados, ministros de defesa e especialistas em segurança alertavam para a presença de um novo inimigo que representava uma ameaça existencial ao mundo civilizado⁶.

Em uma série de entrevistas concedidas a jornalistas de diversas partes do mundo e publicadas no livro *11 de setembro*, Noam Chomsky também se posicionou contrário à noção de que os atentados significavam algo de novo por natureza. “As horripilantes atrocidades cometidas em 11 de setembro são algo inteiramente novo na política mundial, não em sua dimensão ou caráter, mas em relação ao alvo atingido” (CHOMSKY, 2002, p. 11-12). Ou seja, a novidade estaria não no atentado em si, nem na motivação dos autores, mas no fato de que, pela primeira vez desde 1812, os norte-americanos eram atacados dentro de suas fronteiras – se considerarmos que, no bombardeio japonês às bases de Pearl Harbor em 1941, o Havaí ainda não era oficialmente um estado, e sim um território dos EUA.

Chomsky ainda chama atenção para o fato de que a CIA colaborou com Osama Bin Laden e diversos membros da rede que viria a ser conhecida como Al Qaeda, quando esses se juntaram a milhares de outros guerreiros muçulmanos no Afeganistão para expulsar o exército soviético do país na década de 1980 (CHOMSKY, 2002, p. 19-20), e lembra que,

⁶ Alguns dos trechos retirados do discurso de George W. Bush ao Congresso americano, em 20 de setembro de 2001: “Eles odeiam as nossas liberdades – nossa liberdade de religião, nossa liberdade de expressão, nossa liberdade de voto e de associação e de discordar um do outro. [...] Mas a única forma de derrotar o terrorismo, uma ameaça ao nosso modo de vida é detê-lo, eliminá-lo e destruí-lo onde cresce. [...] Cada nação, em cada região do mundo, tem de tomar uma decisão agora. Ou estão conosco ou estão com os terroristas. [...] Essa é uma luta mundial. É uma luta da civilização” (*tradução nossa*, do original em inglês: “They hate our freedoms – our freedom of religion, our freedom of speech, our freedom to vote and assemble and disagree with each other. [...] Every nation, in every region, now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists. [...] But the only way to defeat terrorism as a threat to our way of life is to stop it, eliminate it, and destroy it where it grows. [...] This is the world’s fight. This is civilization’s fight.”) Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/09/print/20010920-8.html>. Acesso em: 8/11/2017.

por boa parte de dois séculos, os EUA e outras potências europeias valeram-se do seu poderio militar para expandir seus territórios e proteger seus interesses econômicos e estratégicos, sendo que esses países nunca haviam sido atacados por suas vítimas do exterior, exceto em raríssimas ocasiões (CHOMSKY, 2002, p. 12). Argumentos como esses demonstram algumas das dificuldades que encontramos ao tentar traçar uma distinção nítida entre violência, força bruta e terrorismo, assim como entre as diferentes categorias de terrorismo.

Afinal, se os atentados de 11 de setembro foram planejados por uma célula da Al Qaeda localizada em Frankfurt e executados por residentes dos EUA, por que os chamamos de “terrorismo islâmico” e nunca de “terrorismo doméstico americano” ou “terrorismo alemão”? Por que um relatório da ONU sobre o conflito entre Israel e militantes palestinos em Gaza no verão de 2014 acusa ambos os lados de “crimes de guerra”, mas só usa os termos “terror” ou “terrorismo” para se referir às ações dos palestinos?⁷ Se a própria CIA esteve envolvida em uma “Guerra Santa” para liberar o Afeganistão, e grupos como o IRA na Irlanda, a FLN na Argélia e a EOKA no Chipre eram compostos em sua grade maioria por católicos, muçulmanos e ortodoxos gregos, respectivamente, por que a motivação religiosa seria apenas agora considerada um elemento “novo” no terrorismo?

Para abordar essas questões e contradições, é essencial termos em mente que, como um conceito socialmente construído, o terrorismo não é interpretado de maneira uniforme ou independente de contextos históricos e políticos. De fato, existem diversas maneiras de definir o fenômeno, a maioria das quais moldadas pelo contexto coetâneo e pela forma como o ato é comunicado ou espetacularizado, seja pelos terroristas ou pelos meios de comunicação (LAW, 2015; SCHLESINGER, MURDOCK e ELLIOTT, 1983). Além disso, a palavra “terrorismo” é frequentemente usada com diferentes efeitos de sentido em discursos específicos, seja por governos, pela mídia ou pela população. De forma a melhor entender essa construção e as mudanças às quais o conceito foi submetido ao longo da história, traçamos a seguir uma cronologia de alguns momentos importantes na história do terrorismo, assim como o papel da comunicação e as respostas do “contraterrorismo” ao longo desse processo.

⁷ “Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/06/23/world/middleeast/israel-gaza-report.html>. Acesso em: 11/08/2017.

2.2 “Terrorismo” pré-moderno

Nossa linha do tempo começa na antiguidade e faz breves passagens pela Idade Média antes de chegarmos ao terrorismo moderno – com a devida ressalva de que usar um dispositivo retórico moderno para descrever comportamentos e atores pré-modernos fatalmente implica, inevitavelmente, cair em um anacronismo. Taylor e Gautron (2015, p. 28, *tradução nossa*) nos alertam que “frequentemente, a análise da violência nas eras antiga ou medieval ressalta um aspecto do terror moderno ao destacar a presença ou a ausência de elementos criticamente importantes”⁸. Isto sendo dito, alguns exemplos desse mundo pré-moderno encontram um paralelo marcante em manifestações de violência secular e religiosa da modernidade.

Começamos com a doutrina do tiranicídio, que se estendeu desde a Grécia Antiga às crises dos Estados europeus do século XVII e pode ser resumidamente descrita como o assassinato moralmente justificável de um governante tirano. Segundo Dillinger (2015, p. 16), a prática era não apenas implicitamente prevista em lei em diversos momentos da democracia ateniense, como também endossada por Aristóteles e Platão. “Aristóteles entendia que um flagrante abuso de poder poderia servir como justificativa para o tiranicídio e, assim como Platão, esperava que as elites atenienses fossem capazes de combater e depor os tiranos” (DILLINGER, 2015, p. 17). A prática sobrevive ao longo da Idade Média até a crise de poder provocada pela Reforma, no século XVI; porém, a legitimidade do ato varia historicamente de acordo com o grau de absolutismo concedido ao governante. Laqueur (2002, p. 22) enxerga nessa doutrina de assassinatos justificados uma fonte de inspiração para os terroristas do século XIX.

Enquanto o tiranicídio era uma prática generalizada cujo significado foi bastante alterado ao longo do tempo, pesquisadores identificam ao longo da história outros métodos violentos que se assemelham ao que hoje chamamos de terrorismo, executados por grupos unidos especificamente para este propósito. Um desses grupos são os sicarii, que surgem ainda no primeiro século d.C., quando se configura na Judeia um conjunto de circunstâncias que cria um ambiente propício a manifestações violentas, nos moldes daquilo que a sociedade moderna posteriormente identificaria como terrorismo (TAYLOR e GAUTRON, 2015, p. 28). Determinados a expulsar os romanos, que governavam a região há décadas com

⁸ Do original, em inglês: “More often, the analysis of ancient or medieval violence illuminates the character of modern terror by highlighting the presence or absence of critically important elements”.

a aquiescência da elite judaica “helenizada”, os sicarii foram especialmente ativos durante o período da Guerra Romano-Judaica (66-73 d.C.).

Segundo o historiador Flávio Josefo (*apud* TAYLOR e GAUTRON, 2015, p. 29-30), os sicarii destacavam-se de outras facções radicais da comunidade judaica principalmente pela doutrina religiosa extrema – em contraposição à adoração do imperador, reiteravam que não havia “nenhum senhor senão Deus” – e pelo compromisso absoluto em usar a violência contra judeus que ousavam rejeitar essa crença. Josefo descreve a maneira como os sicarii intimidavam seus inimigos, agindo de forma anônima com o intuito de gerar medo:

[Os sicarii] cometiam assassinatos em plena luz do dia no coração da cidade. Os festivais eram suas ocasiões preferidas, quando se misturavam com a multidão, carregando pequenos punhais por debaixo das roupas, com os quais esfaqueavam seus inimigos. Quando [a vítima] desabava, os assassinos se juntavam aos gritos de indignação e, devido a esse comportamento plausível, nunca eram descobertos. (JOSEFO *apud* TAYLOR e GAUTRON, 2015, p. 30, *tradução nossa*)

Já na Pérsia do final do século XI, surgiu um grupo que deixou uma marca profunda no imaginário ocidental sobre a relação entre muçulmanos – e que de certa forma perdura até hoje. Os nizaris, uma seita do islamismo xiita, ficaram conhecidos por atentados suicidas de líderes religiosos e políticos como forma de engajar em combate inimigos mais poderosos como o Império Seljúcida e as maiorias sunitas (TAYLOR e GAUTRON, 2015). Segundo Bernard Lewis, as vítimas eram quase invariavelmente governantes e líderes da ordem estabelecida – monarcas, generais, ministros, importantes figuras religiosas. Os guerreiros nizaris atacavam apenas os grandes e poderosos, nunca a população geral, e usavam punhais em vez de armas que poderiam lhes oferecer maior proteção, como arcos e flechas - ou seja, eles escolhiam os alvos mais difíceis e protegidos, enquanto usavam o modo de ataque mais perigoso (LEWIS, 2006, p. xii).

Os nizaris eram pejorativamente chamados de *hashishiyya*, ou *hashshashin* por outros muçulmanos da região devido ao suposto uso de haxixe por seus integrantes. Posteriormente, ficaram conhecidos como “a Ordem dos Assassinos” pelos cristãos que ocuparam partes do Oriente Médio durante a época das cruzadas, devido a uma interpretação errônea do apelido original (TAYLOR e GAUTRON, 2015, p. 37). Aliás, os relatos por emissários e exploradores ocidentais, como Jean de Joinville, Burchard de Estraburgo e até mesmo Marco Polo, em conjunto com algumas fontes de cronistas persas hostis ao grupo, são fundamentais para a criação de uma “lenda dos assassinos” em torno da seita. Essas visões tendenciosas do Ocidente sobre a história dos Assassinos revela o impacto

psicológico dos assassinatos cometidos pelos nizaris, que inclusive chegou a ocultar a maioria dos outros aspectos da seita. (TAYLOR e GAUTRON, 2015, p. 41).

A descrição de W. B. Bartlett dá uma ideia da extensão das fantasias criadas sobre os Assassinos:

Na imaginação popular, os perpetradores de tais atos eram fanáticos enlouquecidos por drogas, pois tais atos calculistas seriam inconcebíveis se não estivesse realmente fora de si sob o efeito de drogas. Ainda na imaginação os Assassinos se atiravam do alto das torres de seus castelos, a um estalar dos dedos de seu mestre, só para provar desprezo pela vida e lealdade ao senhor. Transformaram-se até em fantasmas que passavam sem serem vistos, pelas cerradas fileiras de guarda-costas fortemente armados, para realizar a sua missão. Não foram poucos os exageros a embelezar o mito. (BARTLETT, 2007, p. 16)

2.3 O “Reino do Terror”

Entretanto, encontramos a origem do terrorismo moderno não em uma seita rebelde ou em um assassino solitário, mas sim na França da Revolução: um sistema democrático, supostamente erguido pela razão. É também nesse momento que os termos “terrorista”, “terrorismo” e “o Terror” passam a integrar o vocabulário da vida política europeia. Os próprios jacobinos foram os primeiros a falar de “terror” – e com um sentido positivo, de modo a descrever a violência praticada não apenas contra inimigos que conspiravam para derrubar a revolução, mas também contra aqueles que eram meros suspeitos, considerados suscetíveis a envolver-se com a conspiração devido a alguma afiliação de classe ou a uma opinião outrora manifestada (LAW, 2015). Segundo Rapport (2015, p. 63), “o Terror” e seus termos associados só foram adquirir uma conotação negativa posteriormente, de maneira retrospectiva, quando os revolucionários buscavam distanciar-se do sistema que vigorou na França de 1793 a 1794.

Os revolucionários praticavam aquilo que hoje se conhece por “terrorismo de Estado”. Sem aprofundar-nos na questão do consenso jurídico ou acadêmico sobre esse termo, a Revolução Francesa é considerada um caso paradigmático do terrorismo estatal por usar o aparelho estatal para cometer atos violentos contra inimigos internos com o propósito de incitar uma transformação da ordem política e social (HAGENLOH, 2015, p. 160). Embora houvessem vários antecedentes históricos do uso da violência estatal sobre os próprios súditos para efetuar transformações sociopolíticas (ou manter o *status quo*) – Rapport (2015, p. 63-64) menciona como exemplo o sistema imposto por Thomas Crowell na Inglaterra do século XVI para implementar a Reforma –, os jacobinos usaram o terror

como instrumento para operar diretamente no corpo político francês, usando a guilhotina e outros métodos terroristas para forjar um novo consenso político, efetuar a transformação social direta (como alterar as realidades demográficas, impor novas normas culturais e políticas e perseguir crenças religiosas) e criar um novo modelo de cidadania republicana moderna (HAGENLOH, 2015, p. 160).

2.4 A ameaça anarquista

A tática de perseguir uma parcela específica da população por suas supostas intenções, com o consequente efeito de espalhar o medo a todos os cidadãos, demonstra que a Revolução estava ciente do poder comunicacional de seus métodos. Essa concepção do terror como *mensagem* foi de certo modo aprimorado por aquilo que os anarquistas da segunda metade do século XIX chamavam de “propaganda do ato”, uma expressão que sintetiza a ideia de que a propaganda teórica era pouco eficiente, enquanto atos de violência garantiam maior ressonância à causa anarquista e despertaria os trabalhadores a lutar contra os regimes despóticos da Europa do *fin de siècle* (LAQUEUR, 2002, p. 49). A resposta exagerada desses governos – uma forma incipiente do contraterrorismo moderno – e as repercussões na imprensa foram integrais para ampliar o alcance dos atentados anarquistas. Além da rede transnacional de anarquistas que se configurou à época (alcançando a Itália, França e Áustria, entre outros países), movimentos como os populistas russos e revolucionários irlandeses foram os primeiros a se aproveitarem dos rápidos avanços das tecnologias da comunicação, como a presença cada vez maior de jornais impressos, que começavam a publicar fotos e ilustrações, e a telegrafia internacional, que permitia que as notícias viajassem rapidamente de um país a outro (SAUNDERS, 2015, p. 429).

Desse modo, os revolucionários e anarquistas compensavam seu número relativamente pequeno de integrantes e a falta de acesso a canais tradicionais de comunicação de massa (comícios políticos, escolas, igrejas etc.) e conseguiam exposição midiática constante, o que os permitia montar um desafio simbólico ao poder do Estado. Com o tempo, as palavras “anarquista” e “anarquismo” tornaram-se sinônimos de “terrorista” e “terrorismo”, embora muitas ações executadas por grupos nacionalistas, radicais, socialistas e *agents provocateurs* eram rotuladas como “atentados anarquistas”, provavelmente para validar uma tese de conspiração anarquista mundial (JENSEN, 2015, p. 111), mas também devido aos métodos utilizados – geralmente “ataques à bomba em locais

públicos, assassinatos planejados de figuras repudiadas, assim como o uso de produtos químicos venenosos e várias ‘máquinas infernais’” (LAW, 2015, p. 3, *tradução nossa*)⁹.

A “grande onda” de terrorismo anarquista, conforme descrita por Jensen (2015, p. 114), ocorreu de 1878 a 1934, podendo ainda ser separada em quatro fases razoavelmente distintas. A primeira, envolvendo atos violentos relacionados sobretudo a disputas trabalhistas e simples crimes, durou até a década de 1880. A segunda fase, de 1892 a 1901, viu a violência anarquista irromper em dez países diferentes, ultrapassando as fronteiras europeias para alcançar Cuba, Austrália e os Estados Unidos, com o assassinato de diversos líderes importantes, como o Rei Umberto I da Itália e o presidente norte-americano William McKinley, dos EUA (JENSEN, 2015, p. 117). Já o período de 1904 a 1914 foi marcado por uma escalada na violência, principalmente na Rússia, onde um grupo chamado Revolucionários Socialistas Russos desenvolveu o chamado “Método Russo”. Baseado em um controle centralizado, em oposição ao *modus operandi* dos anarquistas, esse método era caracterizado por atos de violência aleatórios, sem nenhuma motivação aparente ou ligação a uma ideologia específica; ainda assim, muitos deles foram atribuídos aos anarquistas (JENSEN, 2015, p. 119).

A última fase da onda anarquista está intimamente ligada à Revolução Russa de 1917, que a princípio inspirou setores da extrema esquerda a desestabilizar governos ao redor do mundo. Porém, os anarquistas russos logo passaram a enxergar o governo bolchevique como o mais déspota do mundo e, em 25 de setembro de 1919, uniram-se a uma facção dos Revolucionários Socialistas para explodir a sede do Partido Comunista durante uma sessão, deixando 12 mortos e 55 feridos. O movimento bolchevique agiu rapidamente para reprimir a violência terrorista com prisões e execuções em massa (JENSEN, 2015, p. 123). A instabilidade social política e econômica que se alastrou pela Europa no pós-Guerra provou ser terreno fértil para a emergência de organizações terroristas de direita patrocinadas pelos regimes fascistas e nazistas, no que Parker e Sitter (2016) chamam de terrorismo “exclusionista”, que busca promover a exclusão social de um determinado grupo. Após um membro do grupo terrorista VRMO, da Macedônia, assassinar o Rei Alexander, da Iugoslávia, e do ministro de relações exteriores da França em abril de 1934 – com o apoio

⁹ “[...] bombings of public venues, the targeting of vilified figures, the use of poisonous chemicals and various “infernal machines”.

direto ou indireto de Mussolini – não era mais possível fazer a ligação exclusiva entre atentados terroristas e os anarquistas.

2.4.1 Nasce o “contraterrorismo”

Como mencionado acima, a onda de terrorismo anarquista – e todas as outras ações violentas da época que também foram atribuídas aos anarquistas – causou grande comoção na comunidade internacional e levou os governos a criarem as primeiras medidas para combater o terrorismo. A princípio, os departamentos de polícia de diferentes países firmaram acordos de cooperação e, assim como os terroristas, buscaram aproveitar as novas tecnologias da comunicação para compartilhar técnicas de combate ao crime e informações sobre suspeitos. Retratos falados registravam uma série de características bioantropológicas e medidas de acordo com um sistema de números e códigos chamado Bertillonage; esses dados podiam então ser enviados para as autoridades de outros países de modo a identificar suspeitos (DE GRAAF, 2015, p. 415). As campanhas contra os anarquistas serviram também para equipar e estruturar as polícias de vários países europeus, simbolizando “o estado de modernidade ao qual essas forças policiais aspiravam” (DE GRAAF, 2015, p. 416).

Em sua análise do fenômeno do contraterrorismo que nasce no final do século XIX, De Graaf afirma que ele está intimamente ligado a teorias de conspiração, que oferecem aos governos um dispositivo retórico, prático e teórico para justificar seus regimes e expandir seus poderes, assim como identificar e perseguir inimigos que ainda não tenham se manifestado como tal (DE GRAAF, 2015, p. 413).

[Há uma] característica essencial, específica e recorrente da luta contra o terrorismo: a tentativa de legitimar e estilizar os esforços de combate ao terrorismo ao enquadrar o suposto inimigo terrorista como parte de uma conspiração mais ampla, de preferência apontando para uma ameaça transnacional por trás de incidentes distintos e solicitando solidariedade internacional no combate a esse complô. (DE GRAAF, 2015, p. 412, *tradução nossa*)¹⁰

De certo modo, a maneira como os próprios anarquistas exploraram a imprensa e as novas tecnologias foi responsável por criar e corroborar a tese de uma grande conspiração internacional. Os autores dos atentados usavam novas invenções modernas como o carro e a dinamite para explodir praças públicas, navios a vapor para viajar com rapidez de país a país

¹⁰ Do original em inglês: “[There is] a very essential, specific, and recurrent feature of the struggle against terrorism: namely, the attempt to legitimate and stylize counter-terrorism efforts by framing the purported terrorist enemy as part of a wider conspiracy, preferably by pointing to a transnational menace behind the single incident, and by soliciting international solidarity in combating this purported plot”.

e o telégrafo para comunicar-se com os demais integrantes. Entretanto, até hoje não há fatos suficientes para determinar a existência de uma grande conspiração, ainda que alguns dos responsáveis pudessem contar com um “certo grau de assistência de redes nacionais e internacionais de anarquistas” (JENSEN, 2015, p. 116, *tradução nossa*).

No âmbito interno, diversos países proibiram o uso criminoso de explosivos – como a Grã-Bretanha (1883), a Alemanha (1884), a Áustria (1885), a Bélgica (1886) e a Suíça (1894) – e um total de treze países passaram leis para coibir a “propaganda pelo ato” no período de 1890 a 1910 (JENSEN, 2015, p. 117). Legislações extremamente severas foram adotadas na Espanha e na Itália na década de 1890 – no caso italiano, essas leis resultaram na prisão de 3 mil pessoas, muitas das quais não tiveram nenhuma ligação com o movimento anarquista comprovada. Em ambos os países, onde as forças policiais não foram modernizadas até a primeira década do século XX, suspeitos eram cada vez mais sujeitos a tortura e superlotação nas cadeias (JENSEN, 2015, p. 117). A truculência do Estado perpetuava um ciclo de protestos, repressão policial e vingança por parte dos anarquistas.

A primeira conferência internacional para o combate ao terrorismo foi realizada em Roma em 1898, após o assassinato da Imperatriz Elisabeth da Áustria naquele mesmo ano, e motivada em parte pelos apelos da imprensa da época (DE PAULA, 2013). Com a participação de todos os Estados europeus, a primeira ordem da assembleia reunida foi definir um ato anarquista como aquele que visa “a destruição de toda organização social por meios violentos” (JENSEN, 2015, p. 117). Implícito nessa definição generalizada está a noção de que todas as instituições políticas, religiosas, sociais – até mesmo a família – estava em risco devido à ameaça anarquista; o mesmo nível de histeria não se aplicava a outros grupos terroristas, como os revolucionários russos, que foram classificados em outra categoria, considerada menos perigosa (JENSEN, 2015, p. 117-118).

Considerada um dos embriões da Interpol, a conferência foi vista como um grande sucesso, muito devido à ausência de atentados nos 15 meses subsequentes (JENSEN *apud* DE PAULA, 2013; DE GRAAF, 2015). Muitas das propostas legislativas e medidas referentes à extradição não chegaram a ser promulgadas, mas acordos importantes foram apalavrados e relativamente cumpridos, como nos casos da adoção do sistema de Bertillonage por todos os signatários e do compromisso mútuo para a extradição dos responsáveis por um atentado à vida de um chefe de Estado (JENSEN, 2015, p. 118). Porém, logo após o supracitado hiato de 15 meses, os assassinatos de Umberto I e McKinley suscitaram novas tentativas de implementar todas as medidas do Tratado de Roma, desta vez

com a inclusão dos Estados Unidos. Os países não chegaram a um acordo falharam principalmente porque o Secretário de Estado dos EUA, John Hay, desconfiava dos alemães e russos que lideravam os esforços.

Entretanto, a dificuldade em forjar um consenso para medidas multilaterais não significou a falta de consenso sobre o perigo do terrorismo anarquista. Em ambos os lados do Atlântico, a ideia de que o anarquismo representava uma ameaça essencial às sociedades já estava bastante estabelecida, como evidenciado pelo primeiro discurso do “Estado da Nação” de Theodore Roosevelt, sucessor de McKinley:

O presidente McKinley foi morto por um criminoso totalmente depravado, pertencente a este grupo de criminosos que se opõe a todos os governos, sejam eles bons ou maus; que se opõem a qualquer forma de liberdade popular, ainda que garantida pelas leis mais justas e liberais; e que é tão hostil ao expoente honesto da vontade manifesta de um povo livre quanto ao déspota tirânico e irresponsável.

[...]

O anarquista está em toda parte não meramente como inimigo do progresso e do sistema, mas como um adversário mortal da liberdade. Se um dia a anarquia for triunfante, o triunfo vai durar por apenas por um momento vermelho, que será sucedido por eras de uma noite lúgubre de despotismo.

[...]

A anarquia é um crime contra toda a raça humana; e toda a humanidade deve se unir contra o anarquista. Seu crime deve ser considerado uma ofensa à lei das nações, como a pirataria e aquela forma de roubo de homens conhecida como comércio de escravos; porque isso é uma infâmia muito mais negra do que ambas. Isso deveria ser declarado através de tratados que envolvam todos os poderes civilizados. Esses tratados dariam ao Governo Federal o poder para lidar com esse crime. *(tradução nossa)*¹¹

2.4.2 Em busca de uma definição

Como vimos anteriormente, esses primeiros esforços de combate ao terrorismo eram baseados em uma interpretação restrita do fenômeno e investiam-se de uma associação quase exclusiva aos diferentes grupos anarquistas do período, enquanto excluía – ou diminuía

¹¹ Do original em inglês (discurso “Estado da Nação”, de Theodore Roosevelt, ao Congresso americano, em 3/12/1901): “President McKinley was killed by an utterly depraved criminal belonging to that body of criminals who object to all governments, good and bad alike, who are against any form of popular liberty if it is guaranteed by even the most just and liberal laws, and who are as hostile to the upright exponent of a free people’s sober will as to the tyrannical and irresponsible despot. [...] The anarchist is everywhere not merely the enemy of system and of progress, but the deadly foe of liberty. If ever anarchy is triumphant, its triumph will last for but one red moment, to be succeeded, for ages by the gloomy night of despotism. [...] Anarchy is a crime against the whole human race; and all mankind should band against the anarchist. His crime should be made an offense against the law of nations, like piracy and that form of man-stealing known as the slave trade; for it is of far blacker infamy than either. It should be so declared by treaties among all civilized powers. Such treaties would give to the Federal Government the power of dealing with the crime”. ROOSEVELT, Theodore. “First Annual Message”, 3 de dezembro de 1901. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=29542>. Acesso em: 11/11/2017.

em importância – a repressão violenta dos Estados ou a violência terrorista de outros grupos, como a Ku Klux Klan nos EUA e os nacionalistas irlandeses e indianos, entre outros. Apesar de identificar a causa anarquista como uma ameaça singular e existencial, não havia entre os líderes políticos ou especialistas em criminalidade ou segurança alguma intenção de pensar a essência do terrorismo. Entretanto, essa questão se mostraria cada vez mais importante ao passo que as táticas e tecnologias usadas pelos anarquistas se difundiam entre os mais variados grupos e a violência terrorista se afastava de uma ideologia específica.

Uma das primeiras tentativas de estabelecer o terrorismo como crime internacional foi empreendida pela Liga das Nações como resposta aos assassinatos do Rei Alexander e do ex-primeiro ministro francês Jean Barthou, em Marseille, em abril de 1934. Em sua Convenção para a Prevenção e Punição do Terrorismo, realizada em 1937, a Liga definiu o terrorismo como “todos os atos criminais contra um estado e calculados para criar um *estado de terror* na mente de algumas pessoas, de um grupo de pessoas ou do público em geral” (CARDOSO, 2014, p. 132, grifos da autora). O tratado resultante da convenção ainda exigia que os Estados criminalizassem ataques terroristas e sugeria que tais atos fossem excluídos das exceções à extradição por crimes políticos. O pacto não chegou a entrar em vigor, pois as atenções das partes signatárias acabaram sendo desviadas com a deflagração da Segunda Guerra Mundial – mas, todavia, revela as posições dos países sobre o tema, como a exclusão de qualquer ato cometido por forças armadas nacionais da lista de crimes terroristas e a recusa às tentativas de definir o terrorismo como um meio para atingir objetivos políticos (SAUL, 2005).

A interpretação do que exatamente constituía o “estado de terror” citado na definição gerou controvérsias, sendo essa expressão considerada ambígua e suscetível de abuso por muitos dos Estados. Como um dos exemplos palpáveis de tal abuso, Hitler justificou a ocupação nazista da Boêmia e da Morávia em março de 1939 como uma manobra necessária para desarmar grupos terroristas que ameaçavam a vida de minorias alemãs (BROWNLIE *apud* SAUL, 2005). Nos anos seguintes à Segunda Guerra, a comunidade internacional acumulou inúmeras tentativas frustradas de promulgar uma legislação de alcance internacional para o combate ao terrorismo, quase sempre esbarrando na definição do que seriam atos terroristas, da vinculação de um propósito político a essa definição, ou na inclusão ou não de pessoas privadas e agentes não estatais aos potenciais autores de atentados. Esta última questão é significativa, uma vez que revela uma mudança de foco na conceituação do terrorismo: o significado volta a lembrar o sentido original do termo,

cunhado durante a Revolução Francesa, em relação à ação de Estados, agora para se referir a “práticas de repressão em massa empregadas por estados totalitários e seus líderes ditatoriais, contra seus próprios cidadãos” (HOFFMAN *apud* RABELLO, 2007).

2.5 O terrorismo no pós-guerra – descolonização e terrorismo internacional

Essa mudança de acepção, assim como a exclusão dos agentes não estatais das definições da ONU¹², isentava grupos separatistas e anticolonialistas do crime de terrorismo internacional e possibilitou um novo olhar para atores que recorriam a táticas terroristas, capturado na máxima que surge anos depois: “O terrorista para uns é o defensor da liberdade de outros”¹³. Os grupos terroristas desse período agiam sobretudo em territórios onde o poder colonial procurava manter a ocupação devido ao novo desenho geopolítico da Guerra Fria. Segundo Männik, Menachem Begin, líder da organização judaica Irgun de 1943 a 1948, foi o primeiro a descrever seus integrantes como “defensores da liberdade” lutando contra o terror do governo britânico que ocupava a Palestina (MÄNNIK, 2009, p. 156).

Entretanto, as potências ocidentais que lutavam para manter seus territórios na África, na Ásia e no Oriente Médio, justificavam o uso de táticas extremas de “contraterrorismo” – incluindo campos de concentração, tortura e assassinatos extrajudiciais – com relatos de “selvageria indígena” e conspirações comunistas na Argélia e no Quênia (DE GRAAF, 2015, p. 418). Talvez como consequência dessa repressão, a causa das nações colonizadas ganhou a simpatia de grande parte da comunidade internacional, mesmo quando táticas terroristas eram usadas para defender tais causas (HOFFMAN *apud* RABELLO, 2007, p. 27). Aqui, mais uma vez, os avanços das tecnologias da comunicação desempenham um papel importante: em contraposição ao modelo de dominação estatal dos meios de comunicação de massa que havia se consolidado durante a Segunda Guerra, os insurgentes transmitiam suas mensagens por meio de estações clandestinas de rádio de ondas curtas na Malásia, no Vietnã, na República Dominicana e em outros países (DE GRAAF, 2015, p. 430).

A narrativa de uma conspiração global do terrorismo volta a circular no começo dos anos 1970, devido à crescente internacionalização dos atentados. Os grupos autores desses ataques começam a priorizar alvos simbólicos e civis localizados em países fora da sua área

¹² Como o Projeto de Código dos Crimes contra a Paz e Segurança da Humanidade, de 1954, que explicitamente tipificava como “crimes de direito internacional, pelos quais os indivíduos responsáveis devem ser punidos” (Artigo 1º) aqueles cometidos em nome de Estados. (SAUL, 2005, p. 66)

¹³ Do inglês, “one man’s terrorist is another man’s freedom fighter”.

de reivindicação, continuando uma tendência iniciada pelos palestinos após a Guerra de Seis Dias, em 1967. Um amplo leque de grupos nacionalistas, separatistas e da chamada “nova esquerda”, como a Organização para a Liberação Palestina (OLP), o Exército Republicano Irlandês (IRA, na sigla em inglês), o Pátria Basca e Liberdade (ETA, em basco) e a Facção do Exército Vermelho (RAF, em alemão), entre outros, buscam potencializar o apelo de suas causas ao explorar o poder da imagem e do imediatismo da televisão, assim como o alcance global das transmissões por satélite.

Por sua vez, a mídia internacional – sobretudo no *free world*, ou seja, no bloco de países capitalistas no contexto da Guerra Fria – ajuda a criar a impressão de que o mundo se deparava com o começo de uma “nova era do terror”. Essa narrativa era alimentada por importantes líderes mundiais, como o ex-presidente norte-americano Richard Nixon, que causava alarde na população ao associar os protestos estudantis da época com o “terrorismo revolucionário” (DE GRAAF, 2015, p. 419). Para Schlesinger, Murdock e Elliott (1983, p. 2-3), o dispositivo retórico de uma “nova era do terror” não tinha a mera função de espetacularizar o fenômeno, mas representava uma escolha consciente do discurso oficial sobre o terrorismo, aquele “conjunto de pontos de vista, argumentos, explicações e sugestões de políticas promovidas por aqueles que falam em nome do Estado”:

Agrupar esses movimentos díspares sob o rótulo unificador de ‘terrorismo internacional’ ignora diferenças importantes entre eles. Aparentam ser o mesmo, porque são retratados como se cometessem atos semelhantes (ataques a bomba e sequestros) com resultados similares (a morte de pessoas inocentes). Como resultado, a complexidade e especificidade das circunstâncias que produziram esses momentos diversos some de vista. Os movimentos são destacados de suas histórias particulares e redefinidos como parte de um fenômeno geral de nossos tempos. (SCHLESINGER, MURDOCK e ELLIOTT, 1983, p. 3, *tradução nossa*)¹⁴

Outro aspecto do discurso midiático e político sobre o terrorismo nos anos 1970 era a insistência em afirmar que essa suposta “rede de terroristas internacionais” era parte de uma “conspiração global articulada por Moscou para desestabilizar o inimigo americano e os países aliados do bloco capitalista” (RABELLO, 2007, p. 29). Essa tese foi bastante difundida ao redor do mundo, e usada pelos Estados Unidos para justificar as intervenções em El Salvador e na Nicarágua como parte da luta para impedir a dominação global da União

¹⁴ Do original em inglês: “Grouping these disparate movements under the unifying lable [sic] of ‘international terrorism’ ignores the important differences between them. They appear to be the same because they are shown as engaging in similar actions (bombings and kidnaps) with similar with similar results (the death of innocent people). In the process, the complexity and specificity of the circumstances which have produced these various moments slides from view. They are detached from their particular histories and redefined as part of a general phenomenon of our times.”

Soviética (SCHLESINGER, MURDOCK e ELLIOTT, 1983, p. 6). Esse grande arco narrativa culminou no livro *A rede do terror*, da publicitária Claire Sterling, publicado em 1981, e distribuído persistentemente pelo governo Reagan para comitês do congresso norte-americano, profissionais de imprensa e centros culturais no exterior (SCHLESINGER, MURDOCK e ELLIOTT, 1983, p. 7). Embora a CIA (Agência Central de Inteligência dos EUA) tivesse rejeitado a premissa do livro desde os anos 1970 (SAUNDERS, 2015, p. 419), esse dispositivo encontrou ampla repercussão na mídia e no imaginário popular ocidental.

O período também corresponde a um ponto crucial na proliferação de estudos acadêmicos sobre o terrorismo. De acordo com Stampnitzky (2016, p. 46, *tradução nossa*), esse interesse está intimamente associado a dois fatores: a emergência de uma “forma inovadora de violência político-teatral”, exemplificada pelos sequestros de aviões e o caso emblemático do atentado aos Jogos Olímpicos de Munique; e também a forma inédita pela qual a violência ultrapassa fronteiras internacionais para vitimar cidadãos norte-americanos e de países aliados. Grande parte da atenção é voltada para o papel da comunicação nesse processo. São vários os teóricos que afirmam que a relação (quase sempre) simbiótica entre os terroristas e os meios de comunicação alcança um novo patamar nos anos 1960 e 70.

O historiador David Fromkin, por exemplo, descreve o terrorismo como “uma forma de comunicação de massa”, cuja intenção e significado dependem mais de sua representação na mídia diante de uma “audiência” do que do impacto sobre as vítimas; ainda em 1975, ele constatou que “a singularidade da estratégia [do terrorismo] reside no seguinte fato: que ele alcança seus objetivos não através de seus atos, mas através da resposta aos seus atos” (FROMKIN *apud* LAW, 2015, p. 5). De forma semelhante, Brian Jenkins e Walter Laqueur reconhecem a importância da publicidade para a campanha dos terroristas, mas destacam a volubilidade da imprensa, sempre sedenta pela próxima matéria, que deve ser ainda mais sensacionalista, podendo levar a um ciclo crescente e vicioso de violência (JENKINS *apud* SCHLESINGER, MURDOCK e ELLIOTT, 1983, p. 12). Para Robert A. Saunders (2015, p. 431), a enorme divulgação dos ataques terroristas da década representa o lado sombrio da “aldeia global” de McLuhan, com o atentado de Munique alcançando uma audiência estimada em cerca de 500 milhões de pessoas ao redor do mundo.

Por fim, a comunidade internacional retomou as tentativas de aumentar a cooperação para o combate ao terrorismo nos anos 1970, motivada pela repercussão do atentado aos Jogos de Munique. É importante destacar que, a princípio, a comunidade internacional hesitou em denominar o evento ou o grupo responsável, Setembro Negro, de um “atentado

terrorista” ou “grupo terrorista”. A principal manchete do *The New York Times* no dia seguinte aos ataques (6 de setembro de 1972), por exemplo, dizia que “9 Atletas Olímpicos Israelenses Assassinados Junto Com 4 Sequestradores Após Confronto Entre Polícia E Bando Que Interrompeu Os Jogos De Munique”¹⁵. Já na matéria da primeira página, a primeira menção aos autores os chama de “quatro terroristas árabes”¹⁶, enquanto no segundo parágrafo eles são chamados de “comandos árabes”¹⁷

Na Assembleia Geral da ONU, os atos terroristas provocaram acalorados debates. A Resolução 3034 definiu três comitês, encarregados com três tarefas distintas: estabelecer uma definição comum para o terrorismo; examinar as causas do terrorismo; e propor medidas para prevenir o terrorismo (DE GRAAF, 2015, p. 420). Novamente, as diferentes interpretações sobre a ameaça terrorista dificultaram o acordo. Enquanto o bloco de países ocidentais enxergava os ataques terroristas como uma onda global inspirada por sentimentos revolucionários de esquerda ou até mesmo diretamente comandada por Moscou e destinada a abalar a ordem social no mundo capitalista, o bloco comunista não oferecia uma contranarrativa à tese de “conspiração global”, mas também acreditava que os grupos terroristas representavam uma ameaça ao *status quo* político; já os países do chamado Terceiro Mundo, que se juntaram à ONU após a independência das antigas colônias durante as décadas de 1950 e 1960, defendiam as ações de certos movimentos de libertação como uma forma legítima de lutar contra o “terrorismo estatal opressivo” (DE GRAAF, 2015, p. 420).

Em meio às controvérsias, os Estados Unidos introduziram, na Assembleia Geral, uma proposta chamada Projeto de Convenção para a Prevenção e Punição de Certos Atos de Terrorismo Internacional (SAUL, 2005, p. 69). Apesar do título mencionar o terrorismo por nome, os artigos se referiam às ofensas simplesmente como “crimes de relevância internacional”. O Artigo 1º enumerava três principais infrações: homicídio ilegítimo, causar ferimentos graves e sequestros, quando os atos tivessem uma “dimensão internacional” e fossem “destinados a prejudicar os interesses ou obter uma concessão de um Estado ou de uma organização internacional” (SAUL, 2005, p.70). Com divergências centradas sobretudo na questão da autodeterminação de povos contra Estados opressores, a iniciativa não obteve

¹⁵ Do original em inglês: “9 Israelis on Olympic Team Killed with 4 Arab Captors as Police Fight Band That Disrupted Munich Games”. BINDER, David. *The New York Times*, 6 de setembro de 1971. Disponível em: <http://www.nytimes.com/learning/general/onthisday/big/0905.html>. Acesso em: 16/06/2017.

¹⁶ Do original em inglês: “four Arab terrorists”. Idem à nota 15.

¹⁷ Do original em inglês: “four Arab commands”. Idem à nota 15.

o apoio necessário. Resumidamente, definições opostas foram propostas e defendidas por seus respectivos blocos, cada qual defendendo sua própria interpretação ou teoria da conspiração sobre as origens, causas, natureza e intenção da onda de terrorismo global. Apesar de as tentativas de construir um discurso comum ou até mesmo uma solução genérica em relação ao problema terrorista tenham fracassado, os países avançaram na convergência das práticas para o combate ao terrorismo (DE GRAAF, 2015, p. 420).

2.6 Terrorismo contemporâneo

A fase mais recente do terrorismo teve sua origem ainda no final dos anos 1970, dentro da dinâmica polarizada da Guerra Fria e da ocupação israelenses de terras palestinas. O envolvimento crescente dos Estados Unidos no Oriente Médio gera uma reação violenta por grupos ligados à causa palestina, que começam a empreender ataques suicidas direcionados a alvos norte-americanos – diplomáticos e militares – na região. Governos de países como a Líbia, a Síria e o Irã passam a influenciar as ações de grupos terroristas como o Hezbollah, muitas vezes submetidos a interesses externos, mas também para defender seus interesses geopolíticos – ou seja, conter os avanços de Israel (LAQUEUR, 2002, p. 116). Esses países são chamados de “*state sponsors*” (“Estados financiadores”) pelo governo de Ronald Reagan, e tornam-se o principal alvo da “guerra ao terrorismo” dessa administração nos anos 1980 – uma campanha que parece esquecida desde que o a atual guerra ao “terrorismo islâmico” teve início após os ataques de 2001.

Aqui vale ressaltar que, não obstante o crescente envolvimento de fundamentalistas religiosos com atividades terroristas, como no caso de grupos apoiados pelo regime teocrático do Irã inaugurado em 1979, a narrativa que começa a ser construída de um novo “choque de civilizações” resultante de uma suposta incompatibilidade intrínseca entre o Islã e o Ocidente não se sustenta sobre fatos concretos. No caso específico dos EUA, Noam Chomsky lembra que, além de uma forte corrente fundamentalista interna, o país é aliado de longa data da Arábia Saudita e ajudou a colocar o Talibã no poder no Afeganistão – dois dos regimes mais fundamentalistas do mundo –, além de manter uma relação muito próxima com o governo de Suharto na Indonésia (CHOMSKY, 2002). O que de fato pode ser considerado “novo”, como mencionamos, é o aumento de ataques a alvos norte-americanos, assim como frequentes intervenções militares por parte dos EUA nas ações de combate ao terrorismo.

Entretanto, em meio a um complicado ambiente geopolítico, a política norte-americana alternava entre “declarações públicas de intolerância e concessões secretas; de

fato, a CIA manteve contatos sigilosos com Ali Hasan Salameh, líder do Setembro Negro, até ele ser morto pelo Mossad [agência israelense de combate ao terrorismo] em janeiro de 1979” (HUGHES, 2015, p. 460). Reagan deu as ordens para o bombardeio da Líbia em 15 de abril de 1986 (Operação El Dorado Canyon) por causa do apoio financeiro de Muammar Gaddafi à Organização Abu Nidal (ANO), mas também autorizou conversas clandestinas com o Irã na tentativa de garantir a libertação de reféns norte-americanos mantidos pelo Hezbollah em Beirute. Os EUA e aliados tiveram um envolvimento ainda mais direto com islâmicos radicais na guerra de liberação do Afeganistão da invasão soviética, incluindo o apoio da CIA a Osama Bin Laden e outros membros dos *mujahadeen* (guerrilheiros árabes que migraram para o Afeganistão de diversos países), um evento que mostrou ser fundamental para a formação da Al-Qaeda.

Ainda assim, a ideia de um choque entre o Islã e o Ocidente ganhou força suficiente nos meios acadêmicos ao longo dos anos 1980, a ponto de ser cristalizada pelo cientista político Samuel Huntington em um artigo intitulado “Choque das Civilizações”, publicado em 1992 na revista norte-americana *Foreign Affairs*. Com o fim da Guerra Fria e a rápida expansão da globalização – com a consequente imposição da cultura e capitalismo ocidentais nos países em desenvolvimento –, Huntington defende que as diferenças entre as civilizações são reais e relevantes para um mundo cada vez mais ciente da sua identidade cultural ou “civilizacional”, e que o conflito entre civilizações suplantará os confrontos ideológicos e demais como a forma global dominante de conflito. Além disso, as relações internacionais, até então um “jogo interno” da civilização ocidental, seriam cada vez mais des-ocidentalizadas para um palco onde as civilizações não-ocidentais finalmente assumiriam o papel de atores, e não apenas de objetos (HUNTINGTON, 1992, p. 48).

Enquanto a “des-ocidentalização” do mundo parece uma proposta plausível para um mundo descentralizado onde a importância econômica dos países em desenvolvimento ganha maior importância – embora na esfera geopolítica essa proposta seja mais difícil de conceber –, o aspecto mais preocupante na tese de Huntington é a maneira como ele generaliza não apenas as civilizações em si (por exemplo, ao criar um amálgama das culturas chinesa e islâmica, a “civilização sino-islâmica”), mas também as diferentes populações dentro desse coletivo. Assim, o autor reforça o estereótipo do islã violento, que neste trabalho vimos surgir com os Assassinos persas, mas que data de ainda antes.

As interações entre civilizações variam muito à medida em que provavelmente são caracterizadas pela violência. [...] No continente euroasiático, no entanto, a proliferação dos conflitos étnicos, cujo exemplo

máximo é a “limpeza étnica”, não tem sido completamente aleatória. Esse fenômeno tem ocorrido com maior frequência e de forma mais violenta entre grupos pertencentes a diferentes civilizações. [...] Isso é particularmente verdadeiro ao longo das fronteiras dos países islâmicos da região do crescente, que se estende da África até a Ásia Central. A violência também ocorre entre os muçulmanos, de um lado, e os sérvios ortodoxos nos Balcãs, os judeus em Israel, os hindus na Índia, os budistas na Birmânia e os católicos nas Filipinas. *O Islã tem bordas sangrentas*. (HUNTINGTON, 1992, p. 34-35, tradução e grifo nossos)¹⁸

O artigo de Huntington nos oferece uma fonte valiosa para analisar a facilidade com a qual o discurso de uma “ameaça existencial” foi imposto à sociedade e usado como justificativa para uma “guerra global contra o terrorismo” na esteira dos atentados ao Pentágono e ao World Trade Center. Assim como as acusações de uma conspiração global da rede terrorista financiada pelos soviéticos, a narrativa de que “o islã tem bordas sangrentas” automaticamente remove qualquer motivação legítima de qualquer grupo ou país que recorra à violência ao longo dessas fronteiras – independente de tais ações serem ou não classificadas como “terrorismo” ou até mesmo serem legitimamente empreendidas para resistir regimes opressores ou o intervencionismo militar das potências ocidentais. Como consequência, populações inteiras são despolitizadas, demonizadas e consideradas “inimigas da civilização ocidental”.

Quanto à questão de identidade e identificação com uma determinada civilização, Syed Mansoob Murshed nos oferece uma visão mais ampla, numa resposta direta às alegações de Huntington:

Ao contrário das previsões “culturalistas”, as religiões globais, como o Islã, não são monolíticas. As categorias de identidade dicotomizadas, que colocam a cultura ocidental (“nós”) confronto com o Islã (“eles”), e vice-versa, não respeitam o fato de que o Islã é composto de diversas faces, tanto em termos históricos como na atualidade. Além disso, e mais importante, a identidade individual é considerada [em Huntington] um fenômeno singular, ignorando a multiplicidade de identidades que os indivíduos podem ter. Assim, é concebível que um indivíduo seja simultaneamente um muçulmano, um cidadão ocidental, alguém que acredita na democracia, bem como alguém que respeite a diferença e os direitos humanos. (MURSHED, 2013, p. 22, tradução nossa)¹⁹

¹⁸ Do original, em inglês: “The interactions between civilizations vary greatly in the extent to which they are likely to be characterized by violence. [...] On the Eurasian continent, however, the proliferation of ethnic conflict, epitomized at the extreme in ‘ethnic cleansing,’ has not been totally random. It has been most frequent and most violent between groups belonging to different civilizations. [...] This is particularly true along the boundaries of the crescent-shaped Islamic bloc of nations from the bulge of Africa to central Asia. Violence also occurs between Muslims, on the one hand, and Orthodox Serbs in the Balkans, Jews in Israel, Hindus in India, Buddhists in Burma and Catholics in the Philippines. Islam has bloody borders”.

¹⁹ Do original em inglês: “Contrary to ‘culturalist’ predictions, global religions, such as Islam, are not monolithic. Dichotomised identity categories, pitting Western culture (“us”) against Islam (“them”) and vice-

Finalmente, em 1994, a Assembleia Geral das Nações Unidas chegou a uma definição mais detalhada de atos terroristas e das responsabilidades dos Estados para preveni-los, em sua Resolução 49/60 (Declaração sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional), cujo parágrafo 3 contém a seguinte redação:

Qualquer outro ato com intenção de causar a morte de ou lesões corporais graves a um civil, ou a qualquer outra pessoa que não participe ativamente das hostilidades em situação de conflito armado, quando o propósito do referido ato, por sua natureza e contexto, for intimidar uma população, ou compelir um governo ou uma organização internacional a agir ou abster-se de agir.²⁰

A declaração da ONU foi significativa em que, embora não a faça em termos explícitos, incorpora a motivação política à definição de terrorismo (“intimidar uma população, ou compelir *um governo ou uma organização internacional* a agir ou abster-se de agir”, grifo nosso), uma concepção que se tornou amplamente aceita no âmbito do direito internacional. Outra definição importante constou do primeiro texto proposto para o Estatuto de Roma, que instituiu a Corte Penal Internacional, em 1998, e que acabou não sendo incorporada à redação final: “Realizar, organizar, patrocinar, encomendar, facilitar, financiar, promover ou tolerar atos de violência contra outro Estado [...] de tal forma que criem terror, medo ou insegurança na mente de figuras públicas, grupos de pessoas, o público geral ou povos [...]” (SAUL, 2005). A referência às noções de *medo* e *insegurança* na população de países-alvo de ataques terroristas são significativas, pois esses termos serão referenciais que dominarão os discursos antiterrorismo no pós-11 de setembro.

versa, do not do justice to the fact that there are many faces of Islam across both historical and time and at present. Secondly, and more importantly, individual identity is regarded [by Huntington] as a singular phenomenon, ignoring the multiplicity of identities that individuals may possibly possess. Thus, it is conceivable for an individual to be simultaneously a Muslim, a Western citizen, a believer in democracy, as well as someone who respects difference and human rights”.

²⁰ NAÇÕES UNIDAS. “A ONU e o Terrorismo”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/terrorismo/>. Acesso em: 20/6/2017.

3. UMA RESPOSTA FILOSÓFICA AO “TERROR”

A atual conjuntura da guerra internacional ao terrorismo – com a continuação de políticas desastrosas de repressão, as tensões sociopolíticas nos países ocidentais, manifestações cada vez mais categóricas de xenofobia, racismo e nacionalismo, a apropriação política do medo e a erosão das liberdades civis ao redor do mundo – revela a importância de um pensar filosófico sobre questões como identidade e diferença, a natureza da guerra e as repercussões do liberal-capitalismo globalizante. Cada lado deste conflito busca impor sua visão de mundo como única e totalizante, conseqüentemente negando ao outro o direito de pertencer ao mundo resultante dessa visão (ou, poderíamos dizer, o direito de “ser” neste mundo). Ao ressaltarem a barbárie das redes terroristas e o ódio de seus membros para com valores canonizados do Ocidente – como liberdade de expressão, o voto democrático e a separação entre o Estado e a Igreja –, os líderes da aliança global contra o terrorismo buscam ressaltar uma identidade homogênea, alicerçada no caráter supostamente absoluto desses valores no “mundo civilizado”. Afirmam não haver *possibilidade* de diálogo – afinal, dizem, não se pode chegar a um lugar comum com um outro capaz de tais atrocidades –, mas parecem ignorar o fato de que, historicamente, as grandes potências ocidentais muitas vezes recorreram às mesmas práticas ou forjaram alianças com um “outro” terrorista para defender seus interesses geopolíticos. E, ao retaliar contra regiões e países inteiros, tratam as populações desses locais, em toda sua multiplicidade e diversidade, como um único inimigo em potencial.

Por outro lado, a postura de quem recorre à violência extrema e espetacularizada contra “infieis” e seus aliados também busca afirmar uma identidade abstrata para todos os seguidores do Islã, onde todas as contradições e diferenças desse enorme contingente se extinguem. Para os jihadistas, a libertação das terras muçulmanas só será possível após a extinção de tudo que representa as forças políticas, militares e econômicas do Ocidente em seus territórios – incluindo-se aí os muçulmanos tidos como moderados, isto é, aqueles que toleram ou mantêm laços com as lideranças ocidentais que agem sob influência “do lobby

sionista”²¹. Tudo que pertence a esse universo é considerado desprovido de moral²² e uma afronta aos ensinamentos do Islã conforme uma interpretação mais radical. Entretanto, não hesitam em adotar as tecnologias e práticas comunicacionais do Ocidente para promover seus interesses.

Vale lembrar que o discurso oficial norte-americano imediatamente após o 11 de setembro foi igualmente marcado por um forte tom religioso, com George W. Bush usando a palavra “cruzada” para descrever a resposta dos EUA aos ataques²³ e a campanha militar que teve início com o envio de aviões de combate e navios para Oriente Médio e Mediterrâneo sendo batizada de “Operação Justiça Infinita”²⁴. Ambos esses pontos de vista buscam reforçar a identidade interna do grupo por meio da alteridade absoluta e intraduzível do outro, em contraste com o princípio heideggeriano de “identidade na diferença”, onde a presença recíproca do “eu” e do “outro” exclui a primazia de um sobre o outro e permite a cada um atingir sua singularidade (HEIDEGGER *apud* DA SILVA, 2016).

Na busca pela raiz dessa polarização radical, por entender como que discursos totalizantes puderam crescer a ponto de protagonizar esse conflito global, podemos apontar para a ebulição do discurso pós-moderno, da eficácia e do virtual, para os quais o real, a verdade e o fundamento são obstáculos a superar. O poder do eficaz, que após dois milênios e meio substituiu o poder do fundamento e das causas como força motriz da cultura que já chamamos de *ocidental* (e que hoje é cada vez mais globalizada), tornando o real cada vez

²¹ Entrevista com Osama Bin Laden à rede catariana Al-Jazeera, em 5 de fevereiro de 2002: “Digo aos muçulmanos que acreditem na vitória de Deus e na Jihad contra os infiéis do mundo. Uma de nossas principais obrigações é o assassinato de judeus e americanos. [...] as lideranças ocidentais agem sob a influência do lobby sionista com o propósito de servir a Israel, que assassina nossos filhos de maneira ilegítima para que possam permanecer em suas posições de liderança” (*tradução nossa*, do original em inglês: “I tell Muslims to believe in the victory of God and in Jihad against the infidels of the world. The killing of Jews and Americans is one of the greatest duties. [...] the Western leadership acts under the Zionist lobby’s influence for the purpose of serving Israel, which kills our sons unlawfully in order for them to remain in their leadership positions”). CNN. “Transcript of Bin Laden’s October interview”. 5 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2002/WORLD/asiapcf/south/02/05/binladen.transcript/>. Acesso em: 23/10/2017.

²² Idem à nota 21: “Os valores dessa civilização ocidental, sob a liderança dos Estados Unidos, foram destruídos. Aquelas incríveis torres simbólicas que representam a liberdade, os direitos humanos e a humanidade foram destruídas. Viraram fumaça” (*tradução nossa*, do original em inglês: “The values of this Western civilization under the leadership of America have been destroyed. Those awesome symbolic towers that speak of liberty, human rights, and humanity have been destroyed. They have gone up in smoke”). Disponível em: <http://edition.cnn.com/2002/WORLD/asiapcf/south/02/05/binladen.transcript/>. Acesso em: 23/10/2017

²³ Declaração do Presidente George W. Bush a repórteres na chegada à Casa Branca, em 16 de setembro de 2001: “Esta cruzada – esta guerra contra o terrorismo – será demorada, e o povo americano terá que ter paciência. Eu terei paciência” (*tradução nossa*, do original em inglês: “This crusade, this war on terrorism is going to take a while, and the American people must be patient. I’m going to be patient”). Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=63346>. Acesso em: 29/10/2017.

²⁴ AITH, Marcio. “Operação Justiça Infinita”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2009200101.htm>. Acesso em: 24/10/2017.

menos relevante. Se a máxima eficácia pode ser alcançada por meio do virtual, “conjunto de potências de realização, titular de ilimitadas possibilidades” (AMARAL, 2010, p. 355), e a eficácia é o novo paradigma cultural, o real já não interessa mais e, com isso, o fundamento e a causa desse real perdem seu lugar. A pergunta para se conhecer a verdade de algo passa de *o que é* para *o que faz*, ou ainda *quanto faz*? Essa é a lógica para o fundo de reserva, onde as pessoas, a natureza e a tecnologia são todas peças substituíveis no regime da eficácia.

Com o mundo das causas para trás, abre-se o caminho para os “efeitos de verdade”, como vemos em Foucault (2012). “Cada sociedade tem seu regime de verdade, ‘sua política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros [...]” (FOUCAULT, 2012, p. 52). Mas, pensados na dimensão dos efeitos, da eficácia máxima, esses regimes são ditados pelas possibilidades, precisam se adaptar de acordo com os contextos. “A verdade não é coisa tão absoluta assim. [...] na ausência de fundamento, e esvaziado o real do seu antigo poder de atração, a verdade não se funda nem se refere” (AMARAL, 2010, p. 356). Nesse sentido, a verdade cai no colo dos fundamentalistas, que reivindicam a verdade absoluta – não precisam se justificar, pois seus discursos já se dizem revelados, e, portanto, são de adesão imediata. Encontramos esses discursos tanto na *jihad* quando na “guerra ao terror”.

O papel da globalização nessa dicotomia aparentemente estanque também merece destaque, embora seja preciso cautela para não reduzir as causas do terrorismo ao contágio dos modelos econômico e cultural nos países muçulmanos – lembremos que a região tem uma longa tradição como centro de comércio internacional e intercâmbio cultural, e que os grupos terroristas apontam demandas mais tangíveis como seus objetivos finais. Mas há um traço desse movimento atual de globalização, que Derrida (*apud* BORRADORI, 2003, p. 132) descreve como “um simulacro, um artifício retórico ou arma que dissimula um desequilíbrio crescente”, apropriado por um pequeno número de estados ou corporações internacionais, que atinge as populações muçulmanas com peculiar crueldade. Afinal, esses cidadãos são não somente privados do acesso à participação democrática, mas também dos benefícios das reservas de recursos naturais, que geram a riqueza ofensiva de uma minoria.

3.1 Identidade e diferença

Impulsionada por aquilo que Heidegger chama de “cálculo planificador” e por um sistema de circulação incessante de bens e recursos, a globalização é o reflexo de um longo processo do pensamento ocidental que busca apagar as diferenças para que o mundo possa

ser apreendido em uma visão homogênea. Por “diferenças”, não nos referimos às diferenças materiais, pois estas ou podem ser virtualizadas ou quantificadas, expressas em forma de valor, fórmula matemática, código genético etc. – ou ainda anuladas por meio de tecnologias que eliminam as distâncias –, mas sim às diferenças encontradas na alteridade, na identidade em sua essência originária, geradora de multiplicidades. Segundo Amaral, esse sistema move em prol da supremacia do Um: “essa vontade de sistema que se tornou uma compulsão moderno-contemporânea – diz sempre e monotonamente o mesmo: Tudo, que é muitos, se já não pode ser Dois, *deve ser Um*” (AMARAL, 2004, p. 31, grifo do autor). Vista por este ângulo, podemos afirmar que a globalização liberal-capitalista, que se propõe laica, não é muito diferente do fundamentalismo religioso, em que ambas buscam eliminar as multiplicidades.

A mesma questão da unificação das multiplicidades encontra-se no cerne do pensamento filosófico ocidental, que ao longo dos séculos desenvolveu um conceito de identidade e diferença baseado em lógicas de oposição e separação.

A cultura ocidental, herdeira das tradições grega e judaico-cristã, pode ter sido a primeira cultura a fazer a experiência da diferença como separação inconciliável. Tanto em Israel como na Grécia, desenvolveu-se um processo de identificação pela delimitação de uma alteridade radical, fundadora do mundo e da compreensão do mundo. (SIMAS, 2013, p. 63).

Esse processo de identificação é intimamente ligado à noção de verdade; quando afirmamos saber o que somos, dizemos saber a nossa verdade. De maneira resumida, podemos dizer que, para os pré-socráticos, a noção de verdade (*alethéia*) era velada e desvelada por meio de uma articulação de *physis* (um “puro surgir”, identificada à multiplicidade e à natureza) e *logos* (força que reúne e ordena aquilo que se apresenta, por meio da cultura ou linguagem), em uma relação de identidade recíproca e convergente – e não excludente – entre esses três elementos. A tensão entre eles passa longe de uma compreensão acabada – vide a copertinência de polos contrários, como “velamento” e “desvelamento”.

Já a lógica que nasce com a Escola de Platão e é desenvolvida de forma mais explícita com Aristóteles marca uma mudança de paradigma no pensamento ocidental. Enquanto doutrina, a lógica – a metafísica do *logos* – é a palavra de ordem para todo pensar, o fundamento em virtude do qual algo pode ser colhido ou recolhido como isso ou aquilo.

A lógica aristotélica expressa uma relação de exclusão e oposição entre as diferenças na cultura Ocidental: não há termo de conciliação entre identidade e alteridade. [...] aquilo que está entre, através e além, é negado,

ou não é reconhecido. Na lógica científicista, não há o reconhecimento de interdependência. [...] Por outro lado, no mito [...] as dimensões natural, humana e sagrada estão imbricadas e se interpenetram. As diferenças não são percebidas segundo categorias pré-determinadas e fixas que marcam as identidades de uma vez para sempre, como o cientificismo. (SIMAS, 2013, pp. 64-65).

Heidegger decide enfrentar esse modo predominante de compreensão das dinâmicas de identidade e diferença em dois textos, *O Princípio da Identidade* e *A Constituição Onto-teo-lógica da Metafísica*, que integram a compilação *Identidade e Diferença*. Nessa obra, o autor questiona a própria relação entre Ente e Ser²⁵, investigando como esses componentes se relacionam em uma dimensão de identidade. Além disso, concebe o problema da identidade de modo tão fundamental que os “idênticos”, Ser e Ente, só podem ser pensados a partir da própria relação. Isso o aproxima do pensamento pré-metafísico de Parmênides, para quem o Ser é uma característica da identidade, não algo que estaria previamente dado e, portanto, determinaria a identidade (STAUMBAUGH *apud* HEIDEGGER, 1969).

Ao longo de sua história, a metafísica havia baseado sua solução ao problema do Ser em uma primazia do Ente sobre o Ser, já concretizada na lógica aristotélica – ou seja, a experiência do Ser *como* Ente que impera a partir de Sócrates, divergindo da experiência múltipla de ser, de ser todas as coisas, dos pré-socráticos –, gerando um esquecimento da diferença ontológica e um encobrimento “radical” das questões existenciais na filosofia. Para superar a metafísica, Heidegger visa desvelar o Ser desse encobrimento, proposta essa que difere da resposta neopositivista ao pensamento metafísico, levada adiante por Wittgenstein e guiada pela lógica e a filosofia das ciências. O filósofo da Floresta Negra enxerga um signo do esquecimento do Ser no processo da filosofia das ciências, que se empenha em promover a atividade científica na era da técnica, e quer impedir que a razão se instrumentalize por inteiro, perca a visão do todo. Acima de tudo, porém, ele vê como superada a “ideia de uma filosofia primeira, no sentido clássico, e com isto libertou ele o homem e a obra humana de modelos cosmológicos superados” (STEIN *apud* HEIDEGGER, 1979, p. 18).

O princípio da identidade formulado por Parmênides declara: $A = A$. No entanto, a proposta de Heidegger é de ir além da comparação entre elementos semelhantes. Aprofundando-se no princípio, ele constata que a identidade sempre converge para o mesmo, e oferece uma fórmula corrigida que declara “*A é A [...], cada A é ele mesmo o mesmo*”

²⁵ Heidegger já havia pensado a relação entre Ser e Ente em *Ser e Tempo*. Porém, nesse primeiro movimento, ele busca superar a essencialização do homem que acompanha o esquecimento do Ser, pensando-o na “analítica existencial” como existência, para depois buscar a compreensão do Ser (LEÃO, 2002; STAMBAUGH *apud* HEIDEGGER, 1969).

(HEIDEGGER, 1979, p. 174, grifo do autor). Este mesmo deflagra uma relação imperante na identidade: uma mediação, uma síntese, unindo os dois elementos em um. Seguindo adiante, Heidegger observa que “A é A” fala a respeito do Ser do Ente – a maneira como cada ente é, na unidade consigo mesmo. Portanto, o princípio da identidade exprime de modo emblemático todo o pensamento ocidental, a saber: “a unidade da identidade constitui um traço fundamental no seio do ser do ente. Em toda parte, onde quer que mantenhamos qualquer tipo de relação com qualquer tipo de ente, somos interpelados pela identidade” (HEIDEGGER, 1979, p. 174).

A unidade da identidade é consolidada pela metafísica a partir do esquecimento e objetificação do Ser, em um processo que durou cerca de dois mil anos. Essa objetificação, que significa tratar o ser sempre como ente, é operada por meio de conceitos como essência, substância, alma, animal racional, cogito e subjetividade, entre outros, os quais resultam em um modelo estático de identidade. Heidegger trabalha para libertar a filosofia e a separar dessas visões de mundo, destruindo “o sentido ilusório da metáfora da reconciliação de história e natureza, enquanto ela implica uma busca de identidade absoluta” (STEIN *apud* HEIDEGGER, 1979, p. 19). Mas como a identidade poderia ser não absoluta e ainda assim identificável, ou seja, ser muitas e ao mesmo tempo uma?

Retomando o princípio de Parmênides, Heidegger observa que ele diz também outra coisa: “ser pertence – com o pensar – ao mesmo”; relação essa que é denominada de *comum-pertencer*. Desconstruindo essa expressão, abre-se a possibilidade de duas interpretações, cada qual enfatizando um dos elementos da palavra composta. A primeira delas, que pensa a relação como um *comum-pertencer*, segue a linha da compreensão metafísica da identidade, que reduz a diversidade a uma unidade mediada pela síntese. Já a segunda interpretação pensa em um *comum-pertencer*, colocando homem e Ser juntos e ao mesmo tempo separados, num jogo de recíproco pertencimento onde se interpelam mutuamente. Para Heidegger, precisamos de um “salto” no pensamento para poder acessar o *comum-pertencer* de homem e pertencer, saltando “[p]ara onde já fomos admitidos: ao pertencer ao ser. O mesmo, porém, pertence a nós; pois somente junto a nós pode ele ser como ser, isto é, pre-sentar-se” (HEIDEGGER, 1979, p. 178).

O *comum-pertencer* é importante para nosso tema, pois abre espaço para pensar o Ser, o Ente e a História como multiplicidades que se interpelam, determinando de maneira específica a “constelação” de nossa época. Acessando o *comum-pertencer*, podemos enxergar que a conjuntura da “guerra ao terror” passa ao largo de um conflito binário entre

duas culturas homogêneas em si; assim, seria um grande equívoco assimilar e reproduzir a narrativa um conflito entre um lado iluminado pela razão e pelas liberdades individuais contra um outro de pessoas que “perderam o bonde da história”. É possível não haver uma “essência” do terrorismo; é possível, apesar do discurso dominante, não haver um consenso nas sociedades envolvidas nesse conflito – alguém poderia muito bem condenar atos terroristas e admitir que as ações das grandes potências ocidentais para avançar e proteger seus interesses políticos e econômicos além de suas fronteiras deixam pouca escolha aos cidadãos desses locais. E esses são apenas dois pontos de vista de *um* dos aspectos de *uma* das questões que atravessam nossa atual constelação – embora talvez seja a questão mais importante.

Para Heidegger, a constelação do pós-guerra é marcada pelo universo da técnica e pela maneira como a totalidade desse universo – aí compreendidas energia atômica, planificação calculadora e automatização – é representada a partir do homem, como se fosse o único autor dessa obra. O autor enxerga isso como um dos indícios do esquecimento do Ser:

Cativos desta representação, confirmamo-nos na convicção de que a técnica é apenas um negócio do homem. Passa-se por alto o apelo do ser, que fala na essência da técnica. Distanciamos-nos, afinal, do hábito de representar o elemento técnico apenas tecnicamente, isto é, a partir do homem e suas máquinas. Prestemos atenção ao apelo cujo alvo em nossa época não é apenas o homem, mas tudo o que é, natureza e história, sob o ponto de vista do ser. (HEIDEGGER, 1979, p. 179)

A essência da técnica moderna é chamada por Heidegger de *Gestell*, palavra de difícil tradução²⁶, que chamaremos aqui de composição. Essa essência, que é sempre afetada pelo seu momento histórico e conseqüentemente assume contornos *historiais* não é algo meramente técnico; o que está em jogo não é o caráter instrumental ou antropológico da técnica, como mero instrumento disponível para o homem alcançar seus destinos. Antes, Amaral esclarece que a *Gestell* é a composição do homem com a natureza, o modo como o homem se dispõe e é desafiado pela técnica a explorar a natureza, que se faz disponível

²⁶ Como acontece frequentemente na tradução da terminologia heideggeriana, não há consenso para a tradução de *Gestell*. Stein segue os tradutores franceses e opta por “arrazoamento”, enfatizando a ideia jurídica de interpelação. Carneiro Leão traduz o termo por “composição”, ao articular o prefixo *Ge*, que dá a ideia de reunião, com o sufixo *stell*, do verbo pôr. Outras traduções possíveis são dispositivo (Duarte) e, para o inglês, *frame* ou *framework* (Stambaugh, entre outros), que por vezes resultaram na tradução anglicizada para o português, “enquadramento”.

passivamente²⁷. Enquanto que na era da ciência moderna, cujo início se dá no século XVII, o homem se coloca em posição de dominar a natureza e revelar a verdade a partir desta, temos que na era da dominação da técnica que se consolida no pós-guerra, a tecnologia (fusão da teoria e da prática, guiada pela eficiência e pelo cálculo planificador) vem a progressivamente superar a verdade. Essa mudança na composição tem um efeito desenraizador no que diz respeito à relação do homem com o sagrado e com a natureza. Não se trata de estabelecer um juízo de valor, de enxergar os avanços tecnológicos como obras malignas, mas sim de estar ciente de que somos meros usuários ou senhores da técnica. Segundo Duarte, os aparatos tecnológicos “nos empregam e utilizam, no sentido de que predeterminam não apenas nosso ser, o modo como somos atualmente, mas também o horizonte no qual podemos nos relacionar com tudo o que há no mundo, incluindo-se aí as outras pessoas” (DUARTE *apud* FIGUEIREDO, 2009).

Essa transformação traz uma mudança radical para as categorias de sujeito e objeto constituídas a partir da ciência moderna. Como vimos acima, o homem já não se encaixa apenas no papel de sujeito do conhecimento, pronto para desvelar a verdade da natureza e atingir seus fins por meio da técnica. Paralelamente, a natureza ou os entes tecnológicos já não são mais meros objetos entregues à investigação ou a uma função determinada, e assumem a condição de estoque ou fundo de reserva disponível para os mais diversos fins. Essa composição pode ser verificada no atual quadro de ameaça terrorista e Guerra ao Terror, onde o avião pode ser tanto transporte de carga e seres humanos quanto uma arma de destruição em massa; as tecnologias da comunicação podem servir para facilitar o fluxo de informações e apagar a distância física entre as pessoas ou para vigiar a comunicação e controlar a movimentação dessas mesmas pessoas. O perigo para o qual alertava Heidegger, conforme Amaral, é interpretar essa composição atual como único destino possível, não se espantar, perguntar o que é mais radicalmente originário. Quando o destino impera segundo o modo da composição, ele pode tornar-se alienado na técnica²⁸.

Segundo Heidegger, o caminho para perguntar o que há de mais originário passa pelo salto para trás, para fora da metafísica, onde ele possa realmente desvelar o ser, experimentar de maneira mais originária o ente, a totalidade do moderno universo da técnica, da natureza

²⁷ Notas pessoais da disciplina Globalização, Sistemas e Tecnologia, ministrada no 2º semestre de 2015 pelo professor Marcio Tavares d’Amaral no Programa de graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

²⁸ Idem à nota 27 (notas de aula da disciplina ministrada pelo Prof. Marcio Tavares d’Amaral).

e da história e, sobretudo, o ser deles. Por sua vez, o salto para trás é efetuado por meio do que Heidegger chama de *Ereignis*, descrito como “o âmbito dinâmico em que homem e ser atingem unidos sua essência, conquistam seu caráter historial, enquanto perdem aquelas determinações que lhes emprestou a metafísica” (HEIDEGGER, 1979, p. 181). Heidegger trabalha a noção de *Ereignis*²⁹ ao longo de toda sua obra. Em *O que é a metafísica*, faz a distinção entre acontecimento e produto. A noção presente em *Identidade e Diferença* deriva dessa distinção e descreve a maneira pela qual “acontecimentos históricos genuínos envolvem uma mudança de mentalidade e compreensão do mundo, de modo que não podem ser considerados meras circunstâncias” (BORRADORI, 2003, p. 199).

A linguagem é fundamental para acessar esse âmbito dinâmico de união entre homem e Ser. Em Heidegger, a linguagem está livre de uma interpretação instrumental, como mera “técnica de comunicação, que nos apresenta, já prontas para o uso, as distinções que operamos nas situações concretas da vida [...] na lógica e gramática da tradição” (LEÃO, 1977, p. 125). Ao analisar o caráter ambíguo e fundamental da palavra “e” em *Ser e Tempo*, Manuel Antônio de Castro enfatiza o caráter poético da identidade dentro de *Ereignis*:

[...] o que é próprio é o que nos pertence, não porque nós o conquistamos, porém, porque nos foi dado. Dar implica um receber possibilidades e apropriar-se do que nos é próprio. Nisso consiste viver a vida como experienciar e fazer travessia. Isso dá-se radicalmente no amar. O dar-se dos amantes é um dar-se de mútuo apropriar-se. O que os une é *lógos*, enquanto reúne no acontecer-poético-apropriante: *Ereignis*. (CASTRO, 2017)³⁰

Um salto para trás nos permitiria enxergar as raízes comuns entre as fés abraâmicas, isto é, o Cristianismo, o Islã e o Judaísmo, assim como a entificação do Ser – inclusive do Ser Supremo – que se alastra por meio do cálculo planificador, hoje a serviço da globalização. Para isso, é preciso cuidado e uma reflexão profunda em relação à linguagem que usamos, de modo que possamos acessar um pensamento que ultrapasse a metafísica tradicional. Como vemos em Stambaugh, os conceitos da metafísica, como Ser, Ente e fundamento, podem denominar o que é diferente, mas não são capazes de denominar a diferença em si (STAMBAUGH *apud* HEIDEGGER, 1969, p. 18). A questão, colocada por

²⁹ Mais uma palavra de difícil tradução, *Ereignis* é traduzida por Stein como “acontecimento-apropriação”, por Manuel Antônio de Castro como “acontecer poético apropriante” e por Ronaldo de Melo e Souza como “evento criptofânico”. As traduções para o inglês tendem a preferir “event”, que é o termo usado no original de Borradori, traduzido para português simplesmente como “acontecimento”.

³⁰ CASTRO, Manuel Antônio. *Dicionário de Poética e Pensamento*. Disponível em: <http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br/index.php/Ereignis>. Acesso em: 28/10/2017.

Heidegger na última página de *Identidade e Diferença*, é se nossas línguas ocidentais seriam capazes de um novo pensar:

A dificuldade está na linguagem. Nossas línguas ocidentais são, de maneiras sempre diversas, línguas do pensamento metafísico. Fica aberta a questão se a essência das línguas ocidentais é em si puramente metafísica e, por conseguinte, em definitivo caracterizada pela onto-teo-lógica. ou se estas línguas garantem outras possibilidades de dizer e isto significa ao mesmo tempo possibilidades do não-dizer que diz. (HEIDEGGER, 1979, p.200)

3.2 Heidegger e terrorismo

Em *Heidegger and Terrorism*, Andrew J. Mitchell (2005) alerta para a necessidade de pensarmos o terrorismo não apenas sob a ótica da política, mas também – e sobretudo – como uma questão do Ser. Dialogando com as noções de guerra, terror e segurança presentes no pensamento de Martin Heidegger, o autor afirma que vivemos uma “época do terror”, uma vez que a superação do modelo clássico de guerra e a *Gestell* acarretaram mudanças ontológicas fundamentais. Nossa época é marcada por uma retirada do Ser, por seres que vivem aterrorizados e seres que, assim como os recursos naturais e tecnológicos, são facilmente substituíveis como membros de um fundo de reserva (MITCHELL, 2005). Embora Heidegger não faça referência específica ao terrorismo em suas obras, o fato de seu pensamento ser voltado para a questão do Ser significa que o pensamento deve comprometer-se com seu tempo histórico, pois é através desse tempo histórico que temos acesso ao Ser.

Na medida em que o pensamento heideggeriano é um pensamento do ser, deve ser capaz de pensar o terrorismo, pela simples razão de que *o terrorismo denomina o semblante atual do ser em nossos tempos*, e sem essa correspondência ao ser, o pensamento heideggeriano não é nada. A questão não se trata da aplicação de uma doutrina heideggeriana preestabelecida a um objeto ou situação que permaneceria fora do pensamento, mas sim de reconhecer que os próprios objetos e as situações do nosso mundo demandam ser pensadas e que, ao pensar o mundo, ingressamos em uma correspondência com o ser. (MITCHELL, 2005, p. 182-183, tradução nossa, grifos do autor.)³¹

O modelo clássico de guerra de Clausewitz oferece a Mitchell um ponto de partida para o pensamento heideggeriano sobre conflitos armados após as guerras mundiais do

³¹ Do original em inglês: “Insofar as Heideggerian thinking is a thinking of being, then it must be able to think terrorism, for the simple reason that *terrorism names the current countenance of being for our times*, and without such a correspondence to being, Heideggerian thinking is nothing. The issue is not one of applying a preestablished Heideggerian doctrine to an object or situation that would remain outside of thought. Rather, the issue is one of recognizing that the objects and situations of our world themselves call for thought, and that in thinking the world, we enter into a correspondence with being”.

século XX. Enquanto a formulação de Clausewitz (que também pode ser denominada de *modelo de guerra moderna*) pressupõe uma oposição claramente definida entre dois lados antagônicos, o “Heidegger tardio” enxerga uma mudança drástica nesse teatro de guerra, ocasionada sobretudo pelo domínio planetário da técnica. As guerras mundiais deram claros indícios de que a humanidade entrava em uma era além da guerra moderna, na qual guerras são travadas sem objetivo ou fim, onde os soldados são equiparados a suprimentos, pertencentes a um fundo de reserva cuja circulação constante e disponibilidade instantânea é garantida pela técnica (MITCHELL, 2005). Esse “além da guerra moderna” é, para Mitchell, a *época do terrorismo*, que coincide com as épocas do Americanismo e da técnica moderna. A seguir, apresentamos a estrutura oferecida por Mitchell (2005) para contrapor o modelo clássico de guerra de Clausewitz com alguns dos conceitos de Heidegger sobre a época do terrorismo.

3.2.1 A guerra pressupõe uma oposição claramente definida

Ao oferecer uma definição para a guerra, Clausewitz é sucinto e fiel ao pensamento racional e subjetivista que marca a era moderna: “A guerra nada mais é do que um duelo em grande escala” (CLAUSEWITZ, 2017, p. 75). Como em um duelo de cavalheiros, os dois lados seriam ainda vinculados por um “acordo mútuo para lutar”, mediados por um conjunto de regras e guiados por grandes ideais consideradas incompatíveis. “Não poderá haver um engajamento, a menos que os dois lados estejam dispostos a travá-lo. [...] seu fundamento não consiste apenas no desejo ou na disposição mútua de lutar, mas nos propósitos envolvidos, e estes propósitos sempre fazem parte de um conjunto maior” (CLAUSEWITZ, 2017, p. 281). Nesse sentido, a guerra era compreendida em termos lógicos, racionais, guiada por pares de opostos: teoria política e engajamento militar, estratégia e tática, amigo e inimigo.

Por outro lado, a oposição já não é mais um conceito operativo para Heidegger, uma vez que a tecnologia serviu para erradicar a distância que separaria as partes distintas (MITCHELL, 2005, p. 187). Não apenas o mundo físico encolheu devido a tecnologias como o transporte aéreo e telecomunicações, mas a distância metafísica entre sujeito e objeto foi igualmente reduzida. Esse dualismo moderno foi suplantado pela composição (*Gestell*), transformando todos os entes em fundo de reserva, com a mera função de alimentar a engrenagem de uma maquinaria infinita (DUARTE, 2015). Tudo é calculado em valor, e assim sendo, tudo é substituível por um valor equivalente, incluindo os seres humanos.

Como resultado, a dicotomia amigo/inimigo perde sentido – e o mesmo é verdadeiro para a distinção entre guerra e paz:

Alteradas em desvio de essência, “guerra” e “paz” são absorvidas pela errância, desaparecendo no simples curso do fazer potenciador das atividades à medida que se tornam irreconhecíveis em sua diferença. A pergunta – quando haverá paz? – [...] se faz sobre alguma coisa que não mais existe. A guerra não é mais aquilo que pode chegar à paz. A guerra tornou-se uma aberração do uso e abuso dos entes, que progride na paz e em paz. (HEIDEGGER, 2012, pp. 80-81)

3.2.2 A guerra é um ato intencional

Dentre uma gama de aspectos emocionais (tais como coragem, moral das tropas e presença de espírito) citadas ao longo de *Da Guerra*, Mitchell afirma que nenhuma é tão decisiva quanto aquilo que inglês é chamado de *will*, que em português pode significar tanto vontade quanto determinação. No caso do trecho a seguir, devemos considerar a segunda acepção: “é a luva pela qual a razão é capaz de apreender o mundo [...] A determinação conduz as tropas a superar o cansaço físico, e essa determinação é influenciada pelas determinações prevalecentes ao seu redor” (MITCHELL, 2005, p. 185, *tradução nossa*)³².

Nas palavras de Clausewitz, a determinação é considerada tanto um dos “elementos morais [...] mais importantes na guerra”, orientando e movimentando todo um conjunto de forças (CLAUSEWITZ, 2017, p. 208), quanto a barreira final a ser vencida para que as hostilidades possam ser encerradas:

[...] a guerra, que é a animosidade e os efeitos recíprocos de elementos hostis, não pode ser considerada terminada enquanto não tiver sido quebrada a determinação do inimigo: em outras palavras, enquanto o governo inimigo e os seus aliados não forem levados a pedir a paz, ou enquanto a população não for levada a se render. (CLAUSEWITZ, 2017, p. 94)

Vemos, portanto, que a determinação é a chave da primazia da razão sobre o mundo e sobre a vida. Assim como a coragem e a força de vontade, são virtudes movidas pela razão e pelo cálculo de riscos e ganhos, virtudes essas que operam no plano estratégico e são expressas por meio da aptidão em manipular uma ferramenta – seja uma arma ou o próprio corpo humano. A referida superação do cansaço físico só é possível devido ao domínio da razão sobre o corpo, que por sua vez é um exemplo do sucesso da estratégia, da negociação

³² Do original em inglês: “The will is the glove by which reason is able to seize the world. [...] The will drives the troops to overcome physical exhaustion, and this will is influenced by the prevailing wills around it”.

entre os planos da teoria e da prática. Para Mitchell, esses aspectos deflagram mais uma vez o caráter moderno do pensamento de Clausewitz (MITCHELL, 2005, p. 185).

Na era moderna, essa determinação era pessoal e intrinsecamente ligada à individualidade de quem a expressava, ainda que o fim almejado muitas vezes não pudesse ser vislumbrado por esses sujeitos. Já na era da dominação técnica, a vontade (e aqui torna-se mais apropriado usar a outra acepção de *will*) deixa de ser a vontade individual. Da metafísica da “vontade de poder” de Nietzsche, passamos para “a plena consumação da metafísica da presença na Gestell tecnocientífica” (BOGÉA, 2016). Mitchell recorre às noções heideggerianas de “vontade de vontade” e do “cálculo planificador” para demonstrar como a vontade torna-se desatrelada da subjetividade e de uma agenda humana. Possibilitada pelo cálculo planificador, a vontade afirma-se a si mesma, sem a necessidade de objeto ou objetivos externos (MITCHELL, 2005, p. 185).

Como exposto acima, o ser humano é mais uma peça substituível para o sistema de circulação cujo único objetivo é o de satisfazer todas as demandas estabelecidas pelo planejamento. Nem mesmo os líderes escapam a essa condição; enquanto podemos ter a impressão de que possuem poder de decisão e agem de acordo com suas vontades subjetivas, Heidegger afirma que os líderes são “a consequência necessária do fato de todos os entes terem passado para o modo da errância em que o vazio se espraia, na avidez de uma ordem e de um asseguramento únicos de tudo o que é e está sendo” (HEIDEGGER, 2012, p. 81). Esse vazio, no qual se encontram todos os entes, é causado pelo esquecimento do Ser. Porém, o vazio não pode ser percebido pelos entes, uma vez que esses estão sempre mobilizados para circulação. De fato, Heidegger acredita que a única diferenciação que resta ao ser humano é que ele ainda é “a matéria-prima mais importante” desse sistema, não pela sua essência ou fisicalidade, mas “porque permanece o sujeito de todo e qualquer uso e abuso. Isso é de tal modo que, nesse processo, deixa sua vontade emergir incondicionalmente, tornando-se, desse modo, o ‘objeto’ desse deixar o ser.” (HEIDEGGER, 2012, p. 80).

3.2.3 A guerra herda temas clássicos

Mitchell enxerga uma herança do período clássico na formulação de Clausewitz, para quem a guerra seria baseada em um “estado ideal de guerra” para além das guerras materiais travadas em sua época. “Tal guerra, uma ‘guerra absoluta’, seria travada entre duas forças iguais, uma contra a outra, em posições de exata polaridade” (MITCHELL, 2005, p. 185,

tradução nossa)³³. A herança platônica da distinção entre o ideal e o real produziria esse modelo de “guerra absoluta”, e a tarefa do general constituiria sobretudo em negociar a distância entre esse arquétipo aspirado e as demandas concretas da guerra física (MITCHELL, 2005, p. 186). Tudo aquilo que pode impedir a transposição do ideal para o real – como o cansaço, as dificuldades encontradas no terreno e nos alojamentos, a falta de suprimentos etc. –, Clausewitz chama de “fricção”.

A fricção é o único conceito que contém mais ou menos os fatores que distinguem a guerra real da guerra no papel. [...] Na teoria, parece ser bastante razoável: a tarefa do comandante de um batalhão é cumprir as suas ordens. A disciplina mantém o batalhão unido, o seu comandante deve ser um homem de capacidade comprovada e, assim, o grande cilindro gira em torno do seu eixo com um mínimo de atrito. Na realidade é diferente, e qualquer falta ou excesso de teoria é instantaneamente revelado na guerra. (CLAUSEWITZ, 2017, p. 132)

Como vimos acima em 3.2.2, a guerra não pode ser considerada encerrada até que um dos lados consiga *quebrar a determinação* do outro, ocasião na qual o lado derrotado estaria disposto a propor a paz. Porém, o próprio Clausewitz reconhece que essa é uma paz alcançada pelo enfraquecimento do inimigo, não sua destruição, que seria o propósito de qualquer operação militar. O autor adverte que “em essência a guerra e a paz não admitem gradações” (CLAUSEWITZ, 2017, p. 715); assim sendo, a paz duradoura somente seria possível por meio de uma guerra absoluta, na qual “as operações militares não poderiam ser suspensas e [...] as hostilidades não poderiam terminar até que um lado ou o outro tivesse sido finalmente derrotado” (CLAUSEWITZ, 2017, p. 686). Nem sempre perceptível no mundo real, a diferença entre a guerra e a paz é conservada no plano do ideal.

Vemos, portanto, que as condições materiais ainda são determinantes para o modelo de guerra de Clausewitz. Porém, a era da dominação da técnica não apenas apaga a distância entre sujeito e objeto, como também trabalha para apagar as diferenças, incluindo aquela entre o real e o ideal (MITCHELL, 2005). A guerra moderna envolvia as questões de mobilização de tropas, ofensivas, reforço e defesa – e, por esse motivo, o consumo de recursos ainda era uma preocupação para Clausewitz. Porque a técnica compreende todos os recursos (até mesmo as tropas) e os transforma em fundo de reserva, disponíveis e substituíveis a qualquer tempo, o esgotamento de recursos já não é mais um problema. “Já não há mais “perdas” que não podem ser substituídas. [...] Toda a incerteza está resolvida, já que não é reconhecida em primeiro lugar. Tudo é monitorado e controlado” (MITCHELL,

³³ Do original em inglês: “Such a war, an “absolute war,” would pit equally powerful forces against one another in exact positions of exact polarity”.

2005, p. 191, *tradução nossa*)³⁴. A estratégia é substituída pelo cálculo planificador, que não responde a nenhuma lógica senão a continuação do sistema de circulação incessante; com isso, a guerra pode ser travada indefinitivamente. Quando as condições lógicas são as mesmas tanto para a guerra quanto para a paz, a era da dominação técnica (con)funde-se com a era do terrorismo.

Assim como acontece com a guerra e a paz, o binômio civil/soldado também perde seu sentido. Os entes da era do ou lutam na guerra, ou trabalham para a guerra, ou são afetados pela guerra – poderíamos ainda substituir “segurança” onde lê-se “guerra” e o mesmo seria verdadeiro. Segurança é o conceito mais próximo que temos de paz nos dias de hoje; é a paz definida em função do risco, o que no caso do nosso tema é o risco de uma guerra constante e imprevisível. Desde o pós-guerra já convivemos com conflitos de duração incerta, nos quais os armamentos e as agressões muitas vezes foram voltados para os civis (ora deliberadamente, ora como “danos colaterais”). Os exemplos incluem tanto as guerras da Coreia, do Vietnã, do Irã-Iraque, da Bósnia (que ainda se convencionaram chamar de guerra, isto é, um conflito militar propriamente dito), quanto a Guerra Fria, que se encaixa na descrição de uma “guerra da era do terrorismo”: um conflito em potencial, cujo maior impacto era a incerteza causada pela *possibilidade* de um ataque futuro, a qualquer momento.

3.3 Derrida: 9/11 e o processo autoimunitário

Se a abordagem de Andrew Mitchell sobre o terrorismo consiste sobretudo de uma aproximação de conceitos de Pierre Clausewitz e Martin Heidegger que datam de décadas e séculos passados, Jacques Derrida se apresenta como uma fonte mais próxima para o pensar filosófico sobre o tema. Uma proximidade não apenas temporal, mas também geográfica, uma vez que o filósofo francês esteve presente em Nova York poucas semanas após os atentados de 11 de setembro – simultaneamente a Jürgen Habermas, embora por motivos diferentes. As visitas de Derrida e Habermas permitiram à professora de filosofia do Vassar College, Giovanna Borradori, levar a cabo uma ideia que tivera poucas horas após o ataque: registrar as reações dos dois filósofos ao “mais devastador ataque terrorista da história” (BORRADORI, 2003, p. 8).

³⁴ Do original em inglês: “There are no longer any “losses” that cannot be replaced. [...] All uncertainty is lost, since it is not recognized in the first place. Everything is monitored and controlled”.

Tanto Habermas como Derrida demonstram um alinhamento com ideais do Iluminismo como o direito cosmopolitano de Kant³⁵, embora Habermas confie mais no poder normativo da democracia constitucional para resolver conflitos internacionais, ao passo que Derrida desconstrói a complexa relação entre justiça e direito, assim como noções de republicanismo, participação e instituições democráticas, para que possamos tomá-las não como absolutas, mas como construções que evoluem com o tempo e, portanto, precisam de revisão constante. Nesse sentido, ambos concordam que o fundamentalismo é um fenômeno exclusivamente moderno, como um distúrbio da modernidade tardia – para Habermas, uma reação violenta à desigualdade e ao medo causado pela aceleração da globalização, que divide a sociedade global em vencedores, beneficiários e perdedores. Já Derrida enxerga um processo de vários séculos que culminou na atual situação geopolítica dos países muçulmanos, passando pelo colonialismo e imperialismo europeus, mas também pela “ausência de uma era do Iluminismo” (DERRIDA *apud* BORRADORI, 2003, p. 132).

A desconstrução de Derrida também abrange a linguagem usada para falar sobre o terrorismo e a resposta dos Estados Unidos e seus aliados aos ataques de 11 de setembro. Derrida põe em foco a estrutura psicopolítica da discussão sobre o tema, assim como a contribuição da mídia em multiplicar o efeito traumático da experiência dos ataques por meio de uma “compulsão à repetição”, começando pela repetição do próprio nome dado ao acontecimento (em inglês, o *9/11*, *nine-eleven*).

Acredito sempre na necessidade de estar atento antes de mais nada para esse fenômeno da linguagem, ao nomear e datar, essa compulsão à repetição (ao mesmo tempo retórica, mágica e poética). Ao que essa compulsão significa, traduz ou trai. Não a fim de nos isolarmos na linguagem, como pessoas em meio a um excesso de agitação gostariam que acreditássemos, mas, ao contrário, para entender o que está ocorrendo precisamente além da linguagem, e o que nos está levando a repetir interminavelmente e sem saber do que estamos falando, precisamente ali onde a linguagem e o conceito esbarram nos seus limites: “Onze de setembro, setembro 11, *le 11 septembre*, 11/9”. (DERRIDA *apud* BORRADORI, 2003, p. 97, grifo do autor)

O emprego e a repetição dessa metonímia teriam uma função dupla: exorcizar, “como por mágica”, o medo e o terror que o a coisa em si inspira; e negar, “tão próximo quanto possível deste ato de linguagem”, nossa impotência de descrevê-la, de atribuí-la um significado concreto, de “ir além do mero dêitico da data: alguma coisa terrível aconteceu

³⁵ Conforme definição oferecida por Borradori, retirada do tratado de Kant, *Paz perpétua*: “[O direito cosmopolitano] é o Estado de uma comunidade universal em que todos os membros estão habilitados a ‘se apresentar diante da sociedade dos outros, porque têm direito à posse comunal da superfície da terra.’” (BORRADORI, 2003, p.12)

no dia 11 de setembro, e, ao final, não sabemos o que foi” (DERRIDA *apud* BORRADORI, 2003, p. 96-97). Assim, o caráter daquilo que é apresentado como um dos maiores acontecimentos de nossos tempos é constituído por uma mediação que ao mesmo tempo amplia e reduz o que realmente aconteceu. Amplia, porque toma o conceito de “terrorismo” como autoevidente e o alça para o topo da agenda política; e reduz, uma vez que transforma o acontecimento em um ícone, um grito de guerra para um governo predisposto a usar seu poderio bélico.

Borradori explica que, para Derrida, a linguagem é a ferramenta que nos permite lançar luz sobre o que chama de “continentes escondidos”, a rede de conexões históricas e textuais por trás de certas palavras que tende a residir nas entrelinhas. “Enquanto usarmos irrefletidamente a linguagem, permaneceremos completamente alheios a estes continentes; o problema [...] é que reiteramos um número de pressuposições normativas das quais não temos sequer consciência, simplesmente ao depender delas.” (BORRADORI, 2003, p. 23). Seja por ignorância ou consentimento, a cobertura incessante da mídia – não apenas nos EUA, mas em todo o Ocidente – ajudou a construir um sistema de representação icônica e simbólica em torno dos ataques, facilitando a apropriação política do conceito de terrorismo por aqueles que queriam declarar uma guerra ao terror para “extirpar o mal” do mundo. Segundo Richard Jackson (2005a), a normalização de discursos totalizantes e sufocantes gera uma cumplicidade tácita e impossibilita outros modos de pensar, uma vez que a linguagem necessária para articular a dúvida ou o questionamento perante as justificativas oficiais perde espaço ou torna-se inacessível. Ciente da dificuldade em questionar a narrativa que havia sido normalizada no Ocidente no curto período entre o 11 de setembro e sua visita a Nova York, Derrida nos lembra dos riscos de uma adesão unânime, e por vezes involuntária, aos tropos retóricos da Guerra ao Terror:

É nosso dever lembrar isso, sem que em nada se atenuem nossa tristeza pelas vítimas das Torres Gêmeas e nosso horror ou ultraje diante do crime. É nosso dever lembrar que as ondas de choque produzidas por tais assassinatos nunca são puramente naturais e espontâneas. Elas dependem de uma complexa maquinaria envolvendo história, política, mídia etc. (DERRIDA *apud* BORRADORI, 2003, p. 101-102)

Ao reproduzir maniqueísmos como nós/eles, bem/mal, mocinho/bandido, civilizado/bárbaro, a exposição midiática constante também serviu para avançar a causa terrorista, conferindo status, visibilidade e uma aura sobrenatural aos autores dos ataques. Além, a reação desproporcional dos EUA e seus aliados – tanto interna como externamente – trazia em si elementos terroristas, como a intimidação e morte de civis, sinalizando que,

de certo modo, o mundo passara a operar em função do terrorismo. Derrida (*apud* BORRADORI, 2003) acredita que esse novo panorama é resultado do duplo choque causado pelos atentados: o primeiro sendo o extermínio em massa, em plena capital financeira do mundo e da maior potência econômica e industrial do mundo; o segundo sendo um desequilíbrio da ordem mundial que, de maneira mais ou menos precária, era garantida por essa superpotência, resultando em um novo sistema vigente que legitima o léxico de violência, agressão, crime, guerra e terrorismo no espaço público mundial. O impulso de mimetizar a violência sofrida, que vimos manifestado em diversas ações antiterroristas das últimas décadas – desde a tortura conduzida pela CIA contra suspeitos de terrorismo em Beirute durante o governo Reagan, aos bombardeios de áreas palestinas pelas forças especiais israelenses como retaliação a atentados com carros-bomba, passando pelos assassinatos extrajudiciais de membros do IRA pelas forças de segurança britânicas – obtém o efeito contrário àquilo que seria o principal objetivo do governo norte-americano na Guerra ao Terror: garantir a segurança do território nacional.

Para Derrida (*apud* BORRADORI, 2003, p. 104), essa reação é um dos sintomas de um “processo autoimunitário”, que ele descreve como “aquele estranho comportamento pelo qual um ser vivo, de maneira quase suicida, trabalha ‘por si mesmo’ para destruir sua própria proteção, para se imunizar contra sua própria imunidade”. A metáfora biológica sobre o sistema imunológico é composta em três momentos de uma propagação autônoma de violência – externa e interna – e de autodestruição por parte dos EUA, esse organismo que é a única superpotência mundial. Dois desses momentos fazem referência direta à Guerra Fria; no primeiro, “Guerra Fria na cabeça”³⁶, Derrida nos lembra que, nos últimos anos do conflito com a União Soviética, os EUA haviam feito uma aliança com Osama Bin Laden e Ayman Al-Zawahari, oferecendo treinamento e armas aos líderes do que viria a se constituir como Al-Qaeda na tentativa de expulsar os soviéticos do Afeganistão:

Pois não vamos esquecer que os Estados Unidos tinham com efeito preparado o caminho para as forças do “adversário” e consolidado as forças dele e consolidado as forças dele, treinando pessoas como “bin Laden”, que seriam aqui o exemplo mais notável; e, antes de tudo, criado as circunstâncias político-militares que favoreceriam a emergência dessas pessoas e sua mudança de lealdade (por exemplo, a aliança com a Arábia Saudita e outros países árabes muçulmanos na guerra contra a União Soviética ou a Rússia no Afeganistão, embora pudéssemos multiplicar

³⁶ No original em inglês, Derrida faz um trocadilho com o nome deste primeiro momento, chamado de “Cold War to the Head”, ao aludir tanto à Guerra Fria (*Cold War*) quanto a um resfriado que causa uma dor de cabeça forte (*head cold*) (DERRIDA *apud* BORRADORI, 2013, *passim*).

interminavelmente os exemplos desses paradoxos suicidas). (DERRIDA *apud* BORRADORI, 2003, p. 105)

De acordo com a metáfora, a agressão a qual o território norte-americano fora exposto viria de dentro, de indivíduos (antígenos) que haviam sido acolhidos, treinados e preparados para o seu ato nos Estados Unidos, antes de cometer um suicídio duplo: o seu próprio e o do organismo que os acolhera, por meio de um ataque a dois dos lugares “ao mesmo tempo simbólica e operacionalmente essenciais ao *corpus* americano: o local econômico ou ‘cabeça’ capital do mundo capital [...] e o local estratégico, militar e administrativo da capital americana” (DERRIDA *apud* BORRADORI, 2003, p. 105), ou seja, o World Trade Center e o Pentágono, as “cabeças” do poderio financeiro e militar global. A ideia de um suicídio que parte de dentro desse sistema encontra ressonância em Baudrillard, que enxergou uma certa cumplicidade por parte da superpotência e das próprias Torres Gêmeas no desmoronamento, como se as torres não aguentassem o peso de simbolizar o único modelo dominante no mundo (BAUDRILLARD, 2003, p. 37).

Os inúmeros filmes-catástrofe dão testemunho desta fantasia, que conjuram pelas imagens e pelos efeitos especiais. Mas a fascinação que exercem é o sinal de uma passagem à ação sempre próxima – a denegação de todo sistema, inclusive a denegação interna, sendo tanto mais forte quanto mais ele se aproxima da perfeição e do poder absoluto. (BAUDRILLARD, 2003, p. 38)

O segundo momento do processo de autoimunidade, chamado de “Pior do que a Guerra Fria”, questiona a cronologia do traumatismo do 11 de setembro, afirmando que a memória traumática estaria menos relacionada ao que aconteceu e mais ao terror diante do porvir, e assinala que não há mais a possibilidade de um “equilíbrio de terror” no mundo, como foi o caso durante o longo período de tensão nuclear entre os EUA e a URSS (DERRIDA *apud* BORRADORI, 2003). O mundo contemporâneo, da aparente ausência de limites, com seu movimento em direção à *mondialisation* (um único sistema de leis internacionais, de mercado mundial, de língua universal, etc.), encontra sua nova ameaça “total” nas forças anônimas que Derrida considera “absolutamente imprevisíveis e incalculáveis” (DERRIDA *apud* BORRADORI, 2003, p. 108). Aqui, o momento dialoga com os conceitos heideggerianos de *Ereignis* (o acontecimento de apropriação, o que pode ser apropriado) e *Enteignis* (a expropriação, o esquecimento, *léthe*, que fundamenta o desvelamento, *alétheia*³⁷). Ou seja, aquilo que pode ser apropriado, como as imagens

³⁷ Ronald Melo e Souza diz “[...] No jogo alethopoético, a *alétheia* (*Ereignis*) se fundamenta na *léthe* (*Enteignis*). No *krýptesthai* de Heráclito, pronunciou-se pela primeira e última vez o que é

repetidas das torres em chamas, a narrativa do outro bárbaro que ameaça a civilização, o dêitico da data como um marco histórico da demonstração do mal absoluto, e aquilo que nos escapa, seja por causa da invisibilidade anônima do inimigo, a incapacidade de se definir o terrorismo ou de distinguir entre o terrorismo doméstico, internacional ou de Estado. A memória terrível do que aconteceu é acompanhada pelo fantasma ainda mais aterrorizante do “porvir”, o que inclui o terceiro momento: “O círculo vicioso da repressão”.

Nesta terceira fase, o distúrbio autoimune consiste no já citado impulso de mimetizar a violência e é considerado por Borradori (2003, p. 161) como “a mais suicida das três, porque descreve o modo como, ao declarar guerra contra o terrorismo, a coalizão ocidental engendra uma guerra com si mesma”. O círculo vicioso da repressão vai além do discurso hegemônico e das repercussões psicopolíticas da apropriação dos ataques terroristas. Em poucos meses, os pronunciamentos de Bush passam de uma conclamação para uma guerra abstrata entre “a liberdade e o medo”³⁸ à menção de elementos mais concretos dessa campanha, como a designação de um “eixo do mal” e uma proposta de orçamento que “inclui o maior aumento nos gastos com defesa nas últimas duas décadas – porque o preço da liberdade e da segurança pode ser alto, mas nunca é alto demais”³⁹, além da criação da National Security Agency e da permissão para “o monitoramento de todas as comunicações utilizadas pelos terroristas, incluindo e-mails, internet e telefones celulares”⁴⁰.

Interna ou externamente, essas reações servem para alimentar o círculo de violência e repressão, regenerando a curto ou longo prazo as causas do mal que alegam erradicar. Seja no Iraque, no Afeganistão, na Síria ou na perseguição de muçulmanos cidadãos norte-americanos, “as ‘bombas’ jamais serão ‘inteligentes’ o bastante para impedir que as vítimas (militares e/ou civis, outra distinção que se tornou cada vez menos confiável) reajam [...]

a *retração* (*léthe*) do ser.” (apud CASTRO, Manuel Antônio. *Dicionário de Poética e Pensamento*. Disponível em: <http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br/index.php/Ereignis>. Acesso em: 28/10/2017. Grifos do autor.)

³⁸ *Tradução nossa* do original em inglês (do pronunciamento de George W. Bush ao Congresso norte-americano em 20 de setembro de 2001): “Freedom and fear are at war”. BUSH, George W. “Address to a Joint Session of Congress and the American People”. 20 de setembro de 2001. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html>. Acesso em: 28/10/2017.

³⁹ *Tradução nossa* do original em inglês (retirado do discurso “Estado da Nação” de janeiro de 2002): “My budget includes the largest increase in defense spending in two decades -- because while the price of freedom and security is high, it is never too high”. BUSH, George W. “The President’s State of the Union Address”, 29 de janeiro de 2002. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>. Acesso em: 28/10/2017.

⁴⁰ *Tradução nossa* do original em inglês (retirado de pronunciamento de George W. Bush ao promulgar o pacote legislativo conhecido como “Patriot Act”): “This new law that I sign today will allow surveillance of all communications used by terrorists, including e-mails, the Internet, and cell phones”. BUSH, George W. “Remarks on Signing the USA PATRIOT ACT of 2001”, 26 de outubro de 2001. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=63850>. Acesso em: 28/10/2014.

com aquilo que para elas será então fácil apresentar como retaliações legítimas ou contraterrorismo” (DERRIDA *apud* BORRADORI, 2003, p. 109).

Além de desconstruir as oposições simplistas que estruturam a guerra ao terror, a metáfora da autoimunidade coloca o terrorismo como uma questão de saúde do corpo político, que deve ser pensada de forma analítica e sistêmica, assim como um diagnóstico médico (MITCHELL, 2007).

A guerra ao terror é como jogar gasolina no fogo ou (para manter a analogia biopolítica), como doses maciças e generalizadas de radiação ou uma intervenção cirúrgica invasiva, “tratamentos” exagerados que não diferenciam entre o corpo e os organismos nocivos ou até mesmo estimulam a proliferação de patógenos. Do ponto de vista da saúde pública, o fato de que a guerra contra o terrorismo foi acompanhada por um aumento mensurável do número de ataques terroristas (Londres, Madri) e tenha acelerado o recrutamento de jihadistas certamente seria motivo de preocupação (MITCHELL, 2007, p. 283, *tradução nossa*)⁴¹.

⁴¹ Do original em inglês: “The war on terror is like pouring gasoline on a fire or (to maintain the biopolitical analogy) like massive, unfocused doses of radiation or surgical intervention, overreactive “treatments” that fail to discriminate the body from its attackers or even that stimulate the proliferation of pathogens. The fact that the war on terror has been accompanied by a measurable increase in the number of terrorist attacks (London, Madrid) and accelerated the recruitment of jihadists would, if viewed from a public health perspective, surely give us pause.”

4. ANÁLISE CRÍTICA DOS EDITORIAIS

Este capítulo apresenta as teorias que servem de base à análise dos textos selecionados, discorre sobre as categorias analíticas que se coadunam aos objetivos da pesquisa e justifica a constituição do *corpus*.

4.1 Fundamentação teórica e objetivos da análise

Se considerarmos as diversas pesquisas que demonstram que, para a vasta maioria da população mundial, a probabilidade de morrer como decorrência de um ataque terrorista é minúscula⁴² (MUELLER e STEWART, 2011; NOWRASTEH, 2016; JACKSON, 2006), não seria exagero inferir que o maior perigo relacionado à questão do terrorismo talvez seja o discurso público dominante da “guerra ao terror”. Como mencionamos anteriormente no capítulo 2 deste trabalho, o terrorismo é um conceito socialmente construído e disseminado por vozes da elite como parte integrante de um discurso que serve para legitimar e expandir o poder social – aqui entendido como o poder de redefinir valores culturais como patriotismo ou liberdade, assim como estabelecer os limites do que é falso ou verdadeiro e daquilo que se considera razoável dizer. Portanto, a linguagem do contraterrorismo “não é uma simples reflexão neutra ou objetiva das realidades do terrorismo e do contraterrorismo, mas sim um discurso público deliberadamente construído para que a guerra pareça lógica, responsável e inerentemente ‘boa’” (JACKSON, 2005b, p. 147, *tradução nossa*)⁴³.

O processo de como essa linguagem da “guerra ao terror” foi construída e normalizada, primeiro nos EUA e subsequentemente em outros países aliados, tem sido objeto de investigação na área dos Estudos Críticos do Terrorismo, uma corrente de estudos acadêmicos que começou a ganhar força dentro das disciplinas de Estudos da Segurança e Estudos do Terrorismo após relatos das torturas cometidas na prisão de Abu Ghraib, no Iraque, em 2004. Os adeptos desse novo subcampo disciplinar buscavam sobretudo libertar-se de algumas das limitações tradicionais dos Estudos do Terrorismo, como a tendência de

⁴² Mueller e Stewart contabilizam cerca de 300 mortes anuais causadas pela Al-Qaeda ou “grupos terroristas semelhantes” no período de 2002-2010, menos do que o número de mortes anuais causadas por afogamentos em banheiras nos EUA. Nowrasteh conduz um estudo sobre a probabilidade de cidadãos estadunidenses serem mortos por ataques terroristas estrangeiros, e conclui que essa probabilidade é de 1 em 3,6 milhões por ano. Jackson afirma que o total de mortes causadas por ataques terroristas no mundo todo varia de 1.000 a 7.000 por ano, menos da metade das mortes anuais causadas por armas de fogo apenas nos EUA.

⁴³ Do original em inglês: “the language of the ‘war on terrorism’ is not simply a neutral or objective reflection of policy debates and the realities of terrorism and counterterrorism; rather, it is a very carefully and deliberately constructed public discourse that is specifically designed to make the war seem reasonable, responsible, and inherently ‘good.’”

tratá-lo como uma realidade objetiva e não socialmente construída, a falta de pesquisas empíricas primárias e a reciclagem de velhos clichês, que normalmente faziam com que suas conclusões reforçassem o discurso dos Estados sobre o tema (JARVIS, 2016, p. 71-72). Uma das ferramentas mais usadas para a execução dessa nova abordagem crítica é a Análise Crítica do Discurso (ACD), o que pode ser explicado pelo enfoque específico da ACD segundo Van Dijk (2017, p. 115, *grifos do autor*), a saber, “os modos como as estruturas do discurso produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de *poder* e de *dominação* na sociedade”.

Autor de alguns dos trabalhos seminais dos Estudos Críticos do Terrorismo, Richard Jackson (2005, p. 157) afirma que o discurso dominante da “guerra ao terror” começou a ser construído por George W. Bush e outros membros do alto escalão de seu governo ainda no mesmo dia dos ataques de 11 de setembro, quando buscaram estabelecer uma narrativa que colocava a data como o marco inicial de uma nova “era do terror”, protagonizada por fanáticos religiosos que não hesitariam em “*matar milhões* de cidadãos inocentes” (WOLFOWITZ *apud* JACKSON, 2005b, p. 158, *tradução nossa*, grifos no original)⁴⁴. Jackson ainda aponta que localizar a fonte de inspiração para o terrorismo no extremismo religioso serve a um propósito bastante desejável do Estado: negar a origem política dessa violência e a possibilidade de ela ser uma resposta a políticas específicas das potências ocidentais – ou seja, ao atribuir objetivos não-rationais e cósmicos a grupos violentos, o discurso despolitiza e descontextualiza as queixas e lutas políticas de grupos e até mesmo de sociedades como um todo (JACKSON, 2006, p. 19).

O conceito de “novo terrorismo” possibilitou a (re)construção do terrorismo como uma ameaça existencial ao mundo civilizado, aos moldes do que representavam o Nazismo e o Comunismo no século XX, e também reafirmou ou criou novas identidades, tanto para as vítimas (no papel de americanos heroicos e inocentes) quanto para os vilões dessa encenação moral (os terroristas malignos, bárbaros e desumanos) (JACKSON, 2005b, p. 149). Por fim, outra manobra discursiva fundamental da “guerra ao terror” foi a legitimação e normalização da guerra como uma guerra “justa” e “longa” – como podemos verificar pelo uso das frases “cruzada contra o terrorismo”, “Operação Justiça Infinita”. Essa narrativa busca estabelecer uma relação com a Segunda Guerra Mundial, no que tange ao dever moral dos EUA de combater uma ameaça à humanidade, e também com a Guerra Fria, no que se

⁴⁴ Do original em inglês: “If they had the capability to *kill millions* of innocent civilians, do any of us believe they would hesitate to do so?”

refere ao conflito com um inimigo dissimulado que pode recorrer a armas de destruição em massa a qualquer momento.

A princípio, esse apelo ao patriotismo e ao apreço pela vida e pelos valores democráticos de liberdade e igualdade, que visa convencer a população de que há um inimigo bárbaro ou até mesmo sub-humano a ser derrotado, parece estar isento das divisões ideológicas encontradas no cenário político interno dos EUA, da Grã-Bretanha ou da Austrália (esses dois últimos sendo os primeiros aliados a manifestarem apoio à invasão norte-americana do Afeganistão): democratas e republicanos, trabalhistas e conservadores, trabalhistas e liberais, respectivamente, foram virtualmente unânimes em condenar o fanatismo religioso e aprovar as medidas antiterrorismo de seus governos. Entretanto, uma análise mais cuidadosa da linguagem usada nos pronunciamentos oficiais revela que o discurso da guerra contra o terrorismo é embutido de uma ideologia clara: a defesa do liberal-capitalismo e do complexo industrial-militar dos países ocidentais. Agindo unilateralmente, sem preocupar-se com os dispositivos da lei internacional, os EUA e seus aliados afirmam que o cenário geopolítico do mundo continuará sendo dominado por essas potências, custe o que custar. A proteção de interesses econômicos em regiões como o Oriente Médio e a Ásia Ocidental e a integração dessas economias ao modelo global são de suma importância, como revela a fala de Alan Greenspan, ex-presidente do banco central dos EUA, o *Federal Reserve*, em 25 de outubro de 2001: “Se permitimos que o terrorismo prejudique nossa liberdade de ação, poderíamos reverter pelo menos parte dos ganhos palpáveis alcançados pela globalização do pós-guerra. É nosso dever não deixar que isso aconteça”⁴⁵.

A análise crítica do discurso de que se trata este capítulo leva em conta esse posicionamento ideológico, por entendermos que o discurso jornalístico não é produzido num vácuo social, isento de valores e interesses. Nesse sentido, Van Dijk (2017, p. 49) argumenta que “o discurso, e em especial o discurso de instituições e grupos poderosos, é a prática social capaz de mediar a administrar” uma base de crenças que formam a estrutura sociocognitiva fundamental da ideologia. Embora possa haver posicionamentos críticos dos jornalistas perante o discurso oficial das autoridades ou até contradições na linha editorial de determinado veículo, Van Dijk assume, junto com outros teóricos, que “as práticas midiáticas continuam, em geral, dentro das fronteiras de um consenso flexível, mas

⁴⁵ Do original em inglês: “If we allow terrorism to undermine our freedom of action, we could reverse at least part of the palpable gains achieved by postwar globalization. It is incumbent upon us not to allow that to happen”. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2001/US/10/25/rec.greenspan.terror/index.html>. Acesso em: 21/11/2017.

dominante, mesmo quando há espaço para discordâncias ou críticas ocasionais” (VAN DIJK, 2017, p. 75).

Mais especificamente, a análise aqui empreendida visa analisar as marcas de manipulação e controle presentes nos textos que constituem o *corpus*, balizada pela abordagem sociocognitiva de Van Dijk (2017) para a ACD, que compreende conceitos significativos para nossa pesquisa, como modelo mental, manipulação e autoapresentação e outro-apresentação. Segundo essa análise sociocognitiva, a intermediação entre o discursivo e o social se dá por meio da cognição. Uma das interfaces necessárias para essa mediação é composta por “modelos mentais”, ou seja, as estruturas cognitivas que representam as situações, os eventos e os atores sobre os quais se fala no discurso e que relacionam esses elementos entre si.

Os modelos mentais estão diretamente relacionados com a compreensão e produção do discurso, uma vez que esses processos envolvem a formação, a ativação e a atualização de modelos mentais como uma representação de informações na memória de longo prazo. Tradicionalmente faz-se uma distinção entre “memória de trabalho” e “memória de longo prazo”; o processamento real de informações, como a compreensão e produção discursiva se dá na memória de trabalho, acessando a informação (por ex., conhecimento) armazenada na memória de longo prazo (VAN DIJK, 2017, p. 202). Há ainda uma distinção na memória de longo prazo entre “memória episódica”, que armazena experiências pessoais, e “memória semântica”, que armazena informações mais gerais, abstratas e socialmente partilhadas – incluindo uma “base comum” de crenças, conhecimentos e opiniões socioculturais chamada de “memória social” (VAN DIJK, 2017, p. 202).

Por sua vez, o conhecimento pode ser dividido entre o conhecimento partilhado por um grupo específico – e que só é reconhecido como conhecimento dentro do próprio grupo – e o conhecimento geral compartilhado por muitos grupos diferentes de uma sociedade, tais como crenças “factuais” e mitos fundadores de uma nação (VAN DIJK, 2017, p. 214-215). Para Van Dijk (2017, p. 219), as ideologias fazem parte do conhecimento de grupo, embora sejam gerais e abstratas para que possam ser adaptadas aos mais diferentes domínios sociais (por exemplo, habitação, saúde, educação, legislação tributária) e não sejam adquiridas de maneira uniforme por todos os membros do grupo – alguns membros serão considerados *experts* (ideólogos), enquanto outros provavelmente aceitarão apenas algumas crenças ideológicas centrais.

Em relação à manipulação, Van Dijk (2017) reconhece que há uma linha tênue entre a manipulação e outras práticas discursivas que servem à reprodução do poder de grupos dominantes (tais como os discursos persuasivos religiosos, educacionais e publicitários) e que ambas fazem as pessoas agirem contra sua consciência e interesses, mas enfim esboça uma definição para o discurso manipulador:

[...] a manipulação é ilegítima em uma sociedade democrática porque (re)produz ou pode (re)produzir desigualdade: ela serve aos interesses dos grupos dos poderosos e seus falantes, e fere os interesses dos grupos e falantes menos poderosos. (VAN DIJK, 2017, p. 239).

Embora a manipulação não dependa de estruturas específicas do discurso, Van Dijk (2017) afirma que algumas estruturas são mais eficientes que outras em influenciar os receptores de acordo com os interesses dos falantes ou escritores. Dentre essas, destaca-se a estratégia global de polarização, que trata de enfatizar as coisas boas em Nós (autoapresentação positiva) e ruins nos Outros (outro-apresentação negativa), como “bastante típica nesse relato tendencioso dos fatos” (VAN DIJK, 2017, p. 252). O reforço dos atributos negativos ou positivos ocorre em diversas estruturas discursivas, tais quais: macroato de fala indicando Nossos “bons” atos e os “maus” atos do Outros (por exemplo, acusação, defesa); tópicos (macroestruturas semânticas); léxico (palavras positivas para Nós, negativas para Eles); figuras retóricas (hipérboles *versus* eufemismos para significados positivos/negativos); e metonímias e metáforas (enfatizando as propriedades positivas/negativas Nossas/Deles); entre outras (VAN DIJK, 2017, p. 252).

Uma hipótese aqui explorada é que a proximidade temporal entre os textos analisados e os acontecimentos pode revelar o quanto esses jornais reproduzem – ou contribuem para – os discursos dominantes do terrorismo e contraterrorismo, uma vez que podem moldar a representação de uma memória episódica e fixar essas informações na memória social. Em específico, buscaremos analisar o posicionamento em relação às narrativas descritas por Jackson (2006), resumidas nos seguintes tópicos: i) a noção de que um “novo terrorismo” representa uma ameaça existencial ao “mundo civilizado”; ii) a dicotomia entre esse “mundo civilizado” (Autoapresentação – *Nós*, livres, democráticos, benevolentes) e o mundo de onde vem essa “barbárie” (Outro-apresentação – *Eles*, fanáticos, opressores, nos odeiam); iii) o consenso de que a guerra é uma resposta necessária, ou talvez até a única possível, uma vez que lutaremos a guerra “justa”, para o bem da humanidade.

4.2 Constituição do *corpus*

Para examinar como o discurso deliberadamente construído da “guerra ao terror” é refletido no texto jornalístico, selecionaram-se editoriais de dois jornais de grande circulação, um estadunidense (*The New York Times*) e um britânico (*The Guardian*), veiculados nas datas imediatamente seguintes a três ataques terroristas ocorridos em grandes centros urbanos dos Estados Unidos e da Europa. Portanto, os textos foram extraídos das edições de 12 de setembro de 2001 para os ataques ao World Trade Center (em Nova York) e Pentágono (em Washington) em 11 de setembro de 2001; as edições de 8 de julho de 2005 para os ataques a bomba a um vagão do metrô e a um ônibus urbano em Londres em 7 de julho de 2005; e as edições de 14 de novembro de 2015 (no caso do *The New York Times*) e 15 de novembro de 2015 (no caso do *The Guardian*) para o ataque a bomba e assassinatos em massa em diversos locais de Paris em 13 de novembro de 2015.

Portanto, o *corpus* é composto dos seis textos descritos acima mais as seis traduções que foram o objeto da análise em si. As traduções foram realizadas da forma mais literal possível, priorizando a fidelidade ao léxico, à sintaxe e às expressões idiomáticas do texto original, por vezes em detrimento da fluência. Nos casos de palavras com múltiplos equivalentes em português, optou-se sempre pela palavra mais próximas semanticamente, de forma a garantir maior uniformidade às unidades de análise.

A escolha por editoriais deu-se pelo fato de esse ser um gênero de discurso persuasivo, que revela o grau de adesão do veículo ao posicionamento ideológico do Estado, a depender do posicionamento e dos interesses defendidos pelos editores e/ou proprietários. Na sua consideração sobre gêneros textuais, Charaudeau (2012) considera o editorial como um *acontecimento comentado*, que traz um ponto de vista propenso a esclarecer os acontecimentos mais relevantes da atualidade. Além disso, o autor afirma que o editorial permite uma certa liberdade para expressar uma opinião partidária, contanto que essa seja feita de maneira argumentada, pois “seu ponto de vista implica engajamento de toda a redação do jornal” (CHARAUDEAU, 2005, p. 235).

Já a escolha dos veículos foi baseada no posicionamento ideológico de seus leitores. Uma pesquisa do Pew Research Center⁴⁶ sobre a preferência política do público consumidor de diferentes veículos jornalísticos, dentro de um espectro que vai de “liberal” (posicionamentos identificados como “de esquerda”) a “conservador” (posicionamentos

⁴⁶ Disponível em: <http://www.journalism.org/interactives/media-polarization/>. Acesso em: 21/11/2017.

identificados como “de direita”), revela que a maior parte dos leitores de ambos os jornais⁴⁷ foi considerada como “majoritariamente liberal”, sendo que 40% dos leitores do *The New York Times* e 46% dos leitores do *The Guardian* foram classificados como “consistentemente liberal” (o posicionamento mais “à esquerda” do espectro). Um dos itens da pesquisa que define o posicionamento do leitor⁴⁸ é de particular relevância para nossa análise, uma vez que o leitor é instado a escolher entre as seguintes opções: “A melhor maneira de garantir a paz é por meio da força militar” (denota posicionamento conservador) ou “Uma boa diplomacia é a melhor maneira de garantir a paz” (denota posicionamento liberal)⁴⁹.

4.3 Análise dos editoriais

Seguem as traduções dos textos escolhidos, cujos originais estão nos anexos desta monografia.

4.3.1 Evento: 11 de setembro de 2001 – Nova York e Washington

(1) Editorial do *The New York Times* – 12/09/2001 (*tradução nossa*)⁵⁰:

A Guerra Contra A América; A Defesa Nacional

5 Enquanto a nação analisa as terríveis perdas humanas e materiais dos ataques terroristas brutalmente eficientes de ontem, ela também deve começar o trabalho urgente de determinar como uma sociedade aberta e democrática pode se defender melhor contra uma ameaça que exércitos e armas convencionais não podem derrotar.

10 O terrorismo não é novo, mas a escala e a audácia dos ataques em Nova York e Washington tornam óbvio que as estratégias defensivas familiares são inadequadas e que a luta contra o terror deve se deslocar da periferia para o centro do planejamento e das operações da segurança nacional americana. Deu-se início a um ataque não convencional e assustador ao território americano. O povo americano e seus líderes devem mobilizar os recursos para enfrentá-lo.

15 Este não pode ser apenas mais um momento em que o presidente declara que os Estados Unidos são indestrutíveis, em que as forças militares americanas atacam de maneira ineficaz e em que aumentamos a segurança nos aeroportos por um ou dois meses. Esta deve ser a ocasião para uma reavaliação fundamental das atividades de inteligência e defesa. Deve haver um exame rigoroso de como o país pode enfrentar essa ameaça sem sacrificar suas liberdades.

A melhor defesa contra o terrorismo é uma boa e oportuna inteligência. A Agência Central de Inteligência e outras organizações desfrutaram de algumas vitórias silenciosas, mas muito mais deve ser feito para tentarem infiltrar-se em grupos terroristas e rastrear suas atividades e comunicações. Ninguém está sugerindo que isso seja um trabalho fácil ou barato, mas com os quase US\$ 30 bilhões

⁴⁷ A pesquisa define “leitor” como um respondente que obteve alguma notícia do veículo pelo menos uma vez nos últimos 7 dias. Referência: idem à nota 46.

⁴⁸ A pesquisa utiliza um questionário de dez perguntas, chamado de “Escala de Consistência Ideológica” (do original em inglês, “Ideological Consistency Scale”, *tradução nossa*), para determinar o posicionamento ideológico dos leitores (ver Anexo 1). Referência: idem à nota 46.

⁴⁹ *Tradução nossa*, do original em inglês: “The best way to ensure peace is through military strength” ou “Good diplomacy is the best way to ensure peace”. Disponível em: <http://www.people-press.org/2014/06/12/appendix-a-the-ideological-consistency-scale/pp-2014-06-12-polarization-a1-01/>. Acesso em: 21/11/2017.

⁵⁰ Para o original em inglês, ver Anexo 2.

20 que Washington gasta com espionagem, a nação deve saber mais sobre as redes terroristas e seus planos. Se mais dinheiro puder ser investido de forma útil nesses esforços, ele pode ser providenciado pelo Congresso.

Quando a retaliação for justificada, como será neste caso, assim que os organizadores forem identificados, Washington precisará de armas leves, porém letais, para atacar os complexos dos terroristas em locais remotos. Os mísseis de cruzeiro podem ser eficazes, mas poderão ser necessárias armas ainda mais precisas, que podem ser usadas em coordenação com informações de inteligência aprimoradas.

Quando Washington se preparou para agir no passado, muitas vezes foi bloqueado por aliados de coração fraco. Alguns dos amigos mais próximos da América acharam mais útil fazer negócios com países que apoiavam os terroristas dentro de seus territórios, eram indiferentes a eles ou tiveram medo de persegui-los. A América deve informar a seus parceiros econômicos e aliados que não podem mais ficar à margem desse conflito global.

Embora os Estados Unidos devam manter seu maquinário de guerra convencional e nuclear, o governo precisa considerar uma realocação de recursos para as defesas do território nacional contra ameaças pouco ortodoxas. Essa foi a recomendação, em grande parte ignorada, feita por uma comissão nacional chefiada pelos ex-senadores Gary Hart e Warren Rudman e que no início deste ano constatou que a relativa invulnerabilidade da nação para um ataque catastrófico poderia acabar em breve devido a ameaças terroristas.

Quando tudo que terroristas suicidas precisam para derrubar as torres gêmeas do World Trade Center são passagens de avião de Boston para Los Angeles, parece razoável perguntarmos novamente por que um escudo antimísseis deveria ser a maior prioridade de Washington.

Aumentar a segurança nos aeroportos parece uma maneira tão dolorosamente óbvia de melhorar a segurança nacional após os ataques de ontem, que usaram aviões comerciais sequestrados como armas mortíferas. Uma nação com as habilidades e os recursos tecnológicos dos Estados Unidos pode desenvolver sistemas de detecção muito mais sofisticados do que os que estão atualmente em uso. Na verdade, já existem máquinas que podem detectar explosivos plásticos e outros dispositivos não metálicos, mas essas foram instaladas em apenas alguns aeroportos porque são caras e consideradas uma inconveniência.

Os americanos devem repensar como proteger o país sem que essas negociações impliquem a perda dos direitos e privilégios da sociedade livre que estamos defendendo. Nos próximos dias, haverá uma grande tentação de criar novas leis draconianas que darão às agências de segurança pública – ou até mesmo as forças militares – o direito de minar as liberdades civis que moldam o caráter dos Estados Unidos. O Presidente Bush e o Congresso devem equilibrar cuidadosamente a necessidade de mais segurança com a necessidade de proteger os direitos constitucionais dos americanos. Isso inclui os americanos de ascendência islâmica, que agora poderão facilmente tornar-se o alvo para outro período de xenofobia e discriminação étnica americana.

O terrorismo é uma ameaça global. Parte do desafio dos Estados Unidos constitui em reconhecer que as raízes do terrorismo se encontram em problemas econômicos e políticos em grandes partes do mundo. O fim da guerra fria fez ressurgir o ódio étnico que muitas vezes havia sido pacificado pelos conflitos de superpotências entre o Oriente e o Ocidente.

Os Estados Unidos devem, portanto, ser tão perspicazes quanto fortes. Não será fácil abordar o fanatismo religioso ou a raiva entre aqueles que foram deixados para trás pela globalização. O desprezo pela civilização e os valores culturais do Ocidente, que alimenta o terrorismo, é difícil de superar.

Os americanos sabem há muito tempo que esses ressentimentos existiam. A nação deve agora reconhecer e lidar com o fato de que o ódio se transformou em uma ameaça maligna que pode desestabilizar os fundamentos da economia mundial e da sociedade civil. O World Trade Center não era apenas um símbolo da prosperidade americana. Era um centro nervoso econômico.

Por mais horrível que seja imaginar, os Estados Unidos também devem considerar um futuro em que os ataques realizados ontem podem ser ofuscados por ataques ainda mais mortais por parte dos terroristas, como os ataques nucleares, biológicos ou químicos. Há muito sabemos que esses perigos podem ser parte do nosso futuro. Agora está claro que eles podem estar mais próximos do que a

maioria das pessoas pensava. Um esforço nacional concertado para refazer as defesas do país deve começar imediatamente.

(2) Editorial do *The Guardian* – 12/9/2001 (tradução nossa)⁵¹:

A soma de todos nossos medos

Mesmo em sua agonia, a América deve ficar fria

Os Estados Unidos foram imersos em um estado de guerra ontem por um inimigo que não podiam enxergar. Ao contrário de outros conflitos em que os EUA já se envolveram, desta vez não soaram as buzinas Klaxon, as sirenes de ataque aéreo, não houve nenhuma declaração aberta de hostilidades, nenhum ultimato, nem qualquer expressão anterior de intenção.

Isso não foi um mero ataque com carro-bomba, um ataque surpresa a um navio de guerra ou embaixada dos EUA, nem um atirador solitário visando um diplomata ou empresário americano. A ofensiva de ontem foi simplesmente incomparável. Aconteceu sem qualquer sinal de um aviso prévio, atingindo vários alvos escolhidos por seu valor simbólico primordial, e foi claramente e impiedosamente projetada para causar o máximo de dano, o maior número possível de baixas e o maior grau de terror alcançável.

Até mesmo os marinheiros da Frota do Pacífico dos EUA em Pearl Harbor, em 1941, descobriram, tarde demais, quem os atacava. Quando entenderam o que estava acontecendo, eles sabiam o porquê. E eles sabiam o que tinham que fazer em resposta. Um aspecto essencial do horror dos eventos verdadeiramente assustadores e espantosos de ontem foi a falta de um rosto ou um nome, a falta de significado – a falta de razão. Mas o terrorismo nunca foi uma atividade racional. É, por definição, uma negação da humanidade, o oposto da vida, do senso e da sensibilidade.

É, como disse o secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, em um discurso em abril, “uma doença persistente”. Para os muitos americanos que morreram ontem, cujos números ainda são desconhecidos, para aqueles que foram feridos e para aqueles que sofrerão as consequências desse assassinato em massa pelo resto de suas vidas, manifestamos nossa profunda solidariedade. Para aqueles que conduziram esses ataques covardes, manifestamos apenas nosso desprezo – e a convicção sincera de que a Grã-Bretanha e o povo britânico, para quem os atentados terroristas não são nenhuma novidade, farão tudo que estiver ao seu alcance para ajudar o governo americano a encontrar os responsáveis. Os Estados Unidos, seu governo e seu povo não mereceram isso. Para este dia de carnificina e lágrimas não pode haver justificção ou desculpa alguma.

Quando a sequência de horrores começou a desencadear-se no horizonte de Nova York, foi, a princípio inacreditável. Como se fosse em um dos exagerados filmes de desastres de Hollywood, surgiram relatos de uma explosão no World Trade Center, possivelmente causada por um avião. Então, conforme as câmeras chegaram e começaram os comentários da televisão ao vivo, outro avião parecia ter vindo do nada. “O segundo avião fez a curva vindo do oeste e pareceu apontar diretamente para a segunda torre e atingiu-a logo abaixo do nível do primeiro impacto... estava sendo dirigido deliberadamente para o alvo”, disse um repórter no local.

De repente, uma bola de fogo entrou em erupção na segunda torre e ambos os arranha-céus estavam em chamas. As pessoas pulavam dos pisos superiores onde o incêndio queimava, levados a suas mortes por chamas escorchantes. Conforme cada pessoa caía, as que estavam embaixo soltavam um forte grito de lamúria. Mas isso, como viemos a saber depois, foi apenas o começo.

Em poucos minutos, o Pentágono em Washington estava em chamas. Outro avião sequestrado havia mergulhado diretamente nele. Alguns relatos informaram que os chefes de defesa haviam sido alertados de que a aeronave vinha em sua direção. Porém, mesmo o exército mais poderoso do mundo não pôde fazer nada para impedi-lo. Logo depois, uma bomba explodiu no Departamento de Estado e foram iniciadas evacuações em escala máxima na Casa Branca, no Tesouro e em outros edifícios na área central do governo federal dos Estados Unidos.

⁵¹ Para o original em inglês, ver Anexo 3.

O sistema aéreo foi fechado, grandes cidades como Chicago, Los Angeles e Miami entraram em alerta máximo e o expediente foi encerrado em Wall Street e todos os mercados menores. Mesmo o maior de todos os símbolos americanos, a presidência – encarnada neste momento por George Bush – parecia abalada, enervada e sem saber o que dizer.

50 Longe de ser alguma fantasia de um diretor de Hollywood, tudo era horripilantemente real. Foi realmente a soma de todos os medos. À medida que os serviços de emergência de Nova York atravessavam Manhattan, fragmentos das torres feridas criavam um novo perigo. O pânico alastrou-se pelas ruas enquanto as pessoas esforçavam-se para evacuar a área. E com razão. Um após o outro, com uma pavorosa inevitabilidade, os arranha-céus do World Trade Center desabaram e estatelaram-se no chão. Aquilo que o renegado e milionário terrorista saudita, Osama bin Laden, tentara fazer em

55 fevereiro de 1993, junto com seus fanáticos seguidores fundamentalistas islâmicos, fora finalmente alcançado. Se alguma vez o mundo precisara de um símbolo da potência da ameaça que paira sobre todos nós, aqui ele estava, como uma realidade espantosa.

60 Esse momento de colapso será lembrado nos próximos anos, como o momento em que o terrorismo internacional tornou, sem dúvida, a principal ameaça à segurança global. Se esses homens de sangue podem chegar ao jardim da frente da América e causar destruição desesperadora com tamanha impunidade aparente, então, quem entre nós está seguro?

65 Essa é apenas uma das muitas questões que agora vem à tona com a urgência que resulta do sofrimento e de uma crescente onda de raiva. Outra é se o governo dos EUA poderia ter prevenido os ataques.

Não é como se [o governo] não estivesse ciente do problema; não é uma questão de complacência. Há muitos anos, o Departamento de Estado mapeia e identifica os diversos grupos terroristas que habitam todos os cantos do mundo, da Irlanda do Norte até as Filipinas, e que poderiam (teoricamente) organizar ataques contra os EUA em território americano. O governo publica todos

70 os anos uma lista de “estados financiadores” do terrorismo, que inclui países como Iraque, Irã, Líbia e Sudão, mas também, nos últimos anos, o Afeganistão, o lar adotado por Bin Laden.

Em maio passado, o Sr. Bush encarregou pessoalmente seu vice-presidente, Dick Cheney, com os esforços de combate ao terrorismo no território continental americano e criou uma nova agência nacional, a Agência Nacional de Contingência, para coordenar as respostas de emergência e a coleta de inteligência em nível federal. O FBI, a CIA, a Agência de Inteligência para Defesa, do Pentágono, e a Agência de Segurança Nacional já controlam grandes orçamentos e utilizam uma vasta

75 quantidade de recursos para monitorar ameaças potenciais. Mas ontem, nada disso funcionou. Não havia sequer uma pista do que estava por vir, nenhuma chance de prevenção. Ao que parece, nenhum avião-caça foi acionado quando os aviões sequestrados surgiram; nenhum bombardeiro foi visto, muito menos alcançado. Mais uma vez, a lição foi clara. O terrorismo suicida contra alvos civis é quase impossível de prevenir; seja você um guerrilheiro da resistência afegã, como Ahmad Shah Masood, um policial israelense ou o país mais poderoso do mundo.

80 Isso não quer dizer que o terrorismo não possa ser reprimido, ou que seus autores não possam ser encontrados e punidos. A próxima, e talvez a principal pergunta, que deve ser feita enquanto as ruínas de Nova York são vasculhadas na procura por algum sinal de vida, é: quem?

85 O Sr. Masood é relevante para essa investigação, sendo ele próprio uma provável vítima recente da rede terrorista de Bin Laden e seus aliados talibãs e árabes. Há três semanas, Bin Laden vangloriou-se de que estava planejando atacar os interesses americanos de forma supostamente “sem precedentes”. Ameaças como essas já foram feitas no passado. E outros ontem foram apontados como possíveis suspeitos, incluindo os militantes da Jihad Islâmica, um dos principais atormentadores de Israel. Mas Bin Laden tem um histórico.

90 Ele já atacou o território dos EUA no passado – com o ataque à bomba do World Trade Center de 1993. Seus ataques às embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia em 1998 foram sanguinários ao extremo; centenas morreram. Ele é o principal suspeito de ter organizado o ataque ao USS Cole, um navio de guerra americano que visitava o Iêmen no ano passado. Bin Laden já é há muito tempo considerado pelos americanos como seu adversário não estatal mais poderoso. Ele tem dinheiro, tem os recursos, e tem a espécie de crueldade cega e a hipocrisia necessárias para tamanha desumanidade. E se Bin Laden for o suspeito mais provável, isso, de maneira perversa, pode ser uma benção disfarçada.

95

100 A ideia de que o Iraque de Saddam Hussein, ou outro “estado pária”, esteve por trás dos ataques seria de fato assustadora. Se isso fosse comprovado, poderia provocar uma guerra americana de represálias, em grande escala, com consequências que seriam verdadeiramente globais. Outra dádiva, num dia de pouca compaixão, é o fato de que não foram usadas armas químicas ou biológicas em Nova York ou Washington. Elas poderiam ter sido e, deve-se dizer, o plano de defesa antimísseis de 105 Bush – uma defesa nacional antimísseis – teria sido inútil na prevenção de tal ataque. O controle efetivo e global sobre a proliferação de armas de destruição em massa e de armas convencionais, incluindo armas pequenas, são algo para o qual o governo de Bush precisa agora dedicar mais atenção.

110 A dor que todos os americanos devem sentir hoje não pode ser subestimada. Surgem dois perigos imediatos. O primeiro é que, feridos, confusos e convencidos de que o mundo é seu inimigo, os Estados Unidos irão isolar-se do mundo. Muitas vezes, nos últimos meses, os EUA pareciam estar fora de sintonia com seus amigos e parceiros em uma série de questões, grandes e pequenas. Mas um unilateralismo ainda maior, ou uma demanda crescente por um estado de sítio, devem ser evitados a todo custo. Seria uma vitória para os terroristas.

115 Da mesma forma, deve-se prevenir contra uma reação excessiva por parte dos americanos, especialmente uma resposta militar. A tentação agora é fazer com que alguém pague. E pague... e pague... e pague. Respire fundo, América. Fique fria. E mantenha o controle.

TESES CENTRAIS: O terrorismo representa uma ameaça à civilização ocidental e seus valores. Americanos foram massacrados cruelmente em seu território; portanto, EUA devem envidar todos os esforços possíveis para reforçar a segurança nacional e combater os terroristas em locais remotos.

ARGUMENTOS

Sustentam a importância da defesa nacional (políticas para um novo cenário de segurança)	Sustentam a ideia de que os EUA não declararão guerra, mas proporão ações de retaliação ao ataque sofrido (justificativas para a guerra, violência mitigada)	Constroem o cenário de ameaça essencial (autoapresentação positiva/outro-apresentação negativa)
--	--	---

<ul style="list-style-type: none"> • uma ameaça que exércitos e armas convencionais não podem derrotar; • o povo e governo norte-americanos devem mobilizar os recursos necessários para adequar a defesa nacional; • declarações do poderio bélico dos EUA, ataques ineficazes ou medidas paliativas são ineficazes; • reavaliação das atividades de inteligência e defesa, com uma ressalva: enfrentar essa ameaça sem sacrificar as liberdades; • melhor defesa é a inteligência; a CIA e outras organizações têm obtido algum sucesso, mas precisam fazer mais, infiltrar e rastrear; • orçamento anual de espionagem (US\$ 30 bilhões) não foi suficiente ou foi gasto de maneira ineficiente: se mais for preciso, o Congresso deve agir; • necessidade de manter maquinários de guerra convencional e nuclear, mas também de redirecionar recursos para ameaças inesperadas; • recomendação de comissão de segurança anterior aos ataques foi ignorada; 	<ul style="list-style-type: none"> • quando a retaliação for adequada – “como será nesse caso” – as tropas norte-americanas precisarão de novos armamentos, precisos e letais; • combate aos terroristas ocorrerá em “locais remotos”; • combate armado em coordenação com “inteligência aprimorada”; • falta de apoio de aliados no passado devido a indiferença ou medo (“aliados de coração fraco”); • país deve informar a seus parceiros e aliados que não podem mais ficar à margem desse conflito global; 	<ul style="list-style-type: none"> • eficiência dos “ataques terroristas brutalmente eficientes” • terrorismo é uma ameaça global que pode ser traçada a problemas econômicos e políticos em “grandes partes do mundo”; • escala inédita e audácia dos ataques: terrorismo deve ser o principal foco dos planos e operações de segurança; • ressurgem o ódio étnico que antes era pacificado pelos conflitos entre as superpotências da Guerra Fria; • ressurgem o ódio étnico que antes era pacificado pelos conflitos entre as superpotências da Guerra Fria; • é preciso ser perspicaz e forte para abordar fanatismo religioso e raiva daqueles “deixados para trás pela globalização”; • terrorismo é alimentado pelo desprezo pela civilização ocidental e seus valores culturais; • ressentimentos e ódio de populações deixadas para trás pela globalização já eram de conhecimento dos norte-americanos, mas EUA devem reconhecer que agora
--	---	--

<ul style="list-style-type: none"> • vulnerabilidade da nação: facilidade na execução dos ataques; • política equivocada do governo Bush até então: foco em defesa antimísseis, impotente contra esse tipo de ataque; • em retrospectiva, falha do governo devido à falta de procedimentos óbvios de segurança em aeroportos; • um país desenvolvido como os EUA precisa implementar sistemas de detecção mais sofisticados; • país deve resistir tentação de implementar leis draconianas que podem minar direitos civis; • perigo de xenofobia e discriminação contra muçulmanos; 		<p>se tornaram uma “ameaça maligna” aos “fundamentos da economia mundial e da sociedade civil”;</p> <ul style="list-style-type: none"> • ataques futuros podem ser ainda piores e estar mais próximos do que pensávamos: risco de armas nucleares, biológicas ou químicas; • um “esforço nacional” deve ser empreendido imediatamente;
---	--	--

Figura 1: Argumentos centrais do Texto (1).

TESES CENTRAIS: Ataques serão vistos como um marco histórico, momento em que o terrorismo passa a ser principal ameaça à segurança global. EUA devem agir, em conjunto com aliados, mas sem cometer excessos.

ARGUMENTOS

<p>Sustentam a noção de um aspecto inédito nos ataques (“novo terrorismo”, referências a meta-narrativas heroicas dos EUA)</p>	<p>Questionam as políticas de segurança dos EUA (crítica ao governo Bush)</p>	<p>Sustentam a ideia de que retaliação é justificada, “oferece” apoio da GB (porém, alerta para possíveis excessos dos EUA)</p>
--	---	---

<ul style="list-style-type: none"> • EUA atacados por um inimigo invisível, sem uma declaração de guerra; • ataque incomparável, surpreendente, causando impacto para além da perda de vidas e destruição material: alvos escolhidos por valor simbólico primordial, projetado para causar “o maior grau de terror alcançável”; • falta de motivo declarado e de identificação do inimigo aspecto essencial do horror dos ataques; • terrorismo sempre foi irracional, a negação da humanidade; • descrição do choque coletivo e da cobertura da mídia: maquinário do cotidiano usado como armas mortíferas; • referência a filmes de catástrofe de Hollywood: tudo “horripilantemente real”, a “soma de todos os medos” (carga simbólica); • aspecto histórico: dia será lembrado como o momento em que o terrorismo internacional passa a ser principal ameaça à segurança global (intensificação e identificação com os EUA; ambos os países têm longo 	<ul style="list-style-type: none"> • questionamento: os EUA teriam sido capazes de prevenir ataques?; • governo estava ciente do problema, já mantinha lista de grupos terroristas ao redor do mundo; • ações recentes e estratégia atual para o combate ao terrorismo foram ineficientes (“grandes orçamentos”, “vasta quantidade de recursos para monitorar ameaças potenciais” vs. “nada disso funcionou”, “não havia sequer uma pista”); • o terrorismo suicida é, por natureza, quase impossível de prevenir; • foco do governo Bush e da comunidade global deveria ser proliferação de armas de destruição em massa, não a defesa antimísseis (risco de um ataque maior, que justifica o foco no terrorismo; crítica ao unilateralismo norte-americano); 	<ul style="list-style-type: none"> • terrorismo é uma ameaça global que pode ser traçada a problemas econômicos e políticos em “grandes partes do mundo”; • luto e impacto emocional dos ataques; • manifestação de solidariedade em nome da Grã-Bretanha e do povo britânico, que têm um longo histórico de ataques terroristas enfrentados; • convicção de que Grã-Bretanha e do povo britânico oferecerão todo o apoio necessário aos EUA; • medidas de prevenção e repressão devem ser tomadas e os responsáveis punidos; • rede terrorista de Bin Laden e seus “aliados talibãs e árabes” apontados como principais suspeitos devido ao envolvimento de Bin Laden em outros ataques a alvo norte-americanos (nenhuma prova ou argumento oferecido); • caso seja comprovado que o Iraque ou outro “estado pária” esteve envolvido, risco de que os EUA poderiam começar uma grande guerra de represálias, com repercussões globais;
--	---	--

<p>históricos de intervenções no Oriente Médio);</p>		<ul style="list-style-type: none"> • risco dos EUA isolarem-se do mundo: decisões recentes de Bush afastaram o país de seus aliados; • unilateralismo ou implementação de estado de sítio nos EUA seria uma vitória dos terroristas; • reação excessiva deve ser evitada;
--	--	--

Figura 2: Argumentos centrais do texto (2).

O editorial do *The New York Times* de 12 de setembro de 2012 se constrói na tensão entre o estado de “repouso pacífico” estadunidense e o estado “belicoso e cruel” dos terroristas. Logo no título, os editores deixam claro que os ataques devem ser interpretados como um ato de guerra contra a nação (“A Guerra Contra A América; A Defesa Nacional”), estabelecendo aí um ponto de partida para uma argumentação que vai ser tecida ao longo do editorial: o país deve contra-atacar com todo seu poderio técnico-militar. Considerando a vasta supremacia do aparelho de guerra norte-americano, pode-se inferir que esse contra-ataque será em proporção ainda maior, incluindo a crueldade. O texto segue três eixos argumentativos: a importância da defesa nacional; a ideia de que o país deve retaliar ao ataque sofrido com novos armamentos e uma aliança global; um novo cenário de segurança para o país e o mundo, baseado na ameaça essencial do “novo terrorismo”, apresentando um processo de construção do inimigo.

Deve-se notar que esses eixos não são estanques, e que os argumentos por vezes se entrelaçam. Por exemplo, o primeiro período reúne todos os três eixos, começando pelo uso de uma antítese (“ataques terroristas *brutalmente eficientes*” – ou seja, são eficientes, mas brutais) que reforça a representação do outro como uma força cujo poder é destrutivo, essencial à construção da imagem do vilão. Logo na sequência, traz uma adjetivação positiva (“aberta e democrática”) para demarcar o contraste entre a crueldade dos terroristas e os valores norte-americanos, antes de fazer um apelo para o desenvolvimento de novas táticas, armas ou políticas que sejam capazes de *derrotar* (não prevenir) essa ameaça.

Essa conclamação para novas armas e estratégias é trabalhada nos próximos quatro parágrafos, ao longo dos quais o editorial traz críticas às decisões recentes do governo central, com referências implícitas à proposta polêmica de George W. Bush de instalar um escudo

antimísseis para proteger o país – posteriormente explicitada na linha 41 – e sugestões mais explícitas para as táticas a serem adotadas (“mísseis de cruzeiro podem ser eficazes, mas poderão ser necessárias armas ainda mais precisas, [...] em coordenação com informações de inteligência mais aprimoradas”) e de como essas ações podem ser financiadas (“[s]e mais dinheiro puder ser investido de forma útil nesses esforços, ele pode ser providenciado pelo Congresso”).

Embora o jornal reconheça que o terrorismo não é fenômeno inédito, argumenta que esses esforços são necessários devido à “escala e *audácia*” dos atentados – por audácia, lê-se um ataque ao território norte-americano, em contraste a ataques em países mais distantes, como o Iêmen ou a Tanzânia. Adicionalmente, o texto opera uma extensão da temporalidade dos ataques (“Deu-se início a um ataque não convencional e assustador ao território norte-americano. O povo norte-americano e seus líderes devem mobilizar os recursos para enfrentá-lo”), revelando a intencionalidade de enquadrar o 11 de setembro como marco zero de um grande conflito contra o terrorismo, cuja duração é desconhecida, apesar da ausência de qualquer indício de novos ataques. No último parágrafo, esse conflito ganha tons ainda mais catastróficos, quando é enfatizado o risco de que, no futuro, os terroristas poderiam obter e utilizar armas nucleares, químicas ou biológicas para atacar os EUA (linhas 70-74).

Essas camadas de informações, das mais específicas sobre gastos e armamentos às mais vagas sobre possíveis ataques futuros, cria condições propícias para a manipulação dos leitores, pois esses dificilmente teriam alguns dos recursos cruciais elencados por Van Dijk (2017, p. 255) para resistir a essas narrativas, como o conhecimento especializado para formular um contra-argumento a tais afirmações tendenciosas, principalmente em um momento de fortes emoções e caos informacional. Em alguns trechos, o jornal chega a adotar um tom imperativo em nome da segurança nacional, quando diz que a retaliação “será” justificada, sem nenhuma brecha para contestações, ou quando diz que o país “deve informar a seus parceiros e aliados que não podem mais ficar à margem desse conflito”. Em nenhum momento o texto oferece outra alternativa, como uma via exclusivamente jurídica ou diplomática.

Verifica-se ainda no editorial alguns exemplos da “encenação midiática” descrita por Charaudeau (2012, p. 181), que consiste em uma concessão para uma opinião contrária ou uma mitigação de um posicionamento mais extremo. Enquanto defende a expansão dos programas de monitoramento e vigilância da CIA (linhas 18 e 19) e um maior uso dos recursos

tecnológicos para a segurança (linha 44), o *The New York Times* também alerta para a “tentação de criar novas leis draconianas” (linha 51) e defende que o presidente Bush e o Congresso equilibrem a necessidade de segurança com a necessidade de proteger os direitos dos cidadãos norte-americanos. Porém, essas defesas às liberdades civis são vagas e superficiais em comparação à atenção dada à ameaça terrorista. De maneira semelhante, essa encenação é aplicada ao tema “guerra”. Defendendo que o combate aos terroristas deve ocorrer em “locais remotos” (linha 24), com maior tecnologia e armas precisas e letais, o jornal parece buscar neutralizar as vozes que ecoam o trauma sofrido com as perdas na Guerra do Vietnã – assegurando que, dessa vez, os norte-americanos matarão sem morrer.

A construção do inimigo é desenvolvida de maneira mais detalhada nos parágrafos 11 a 14 e remete à teoria do “choque de civilizações” de Samuel Huntington (1997) quando o texto coloca as raízes do terrorismo no atraso econômico e político de “grandes partes do mundo” ou no “ódio étnico que muitas vezes havia sido pacificado pelos conflitos de superpotências entre o Oriente e o Ocidente” (linhas 60 e 61). Esses eufemismos são usados para se referir implicitamente ao Oriente Médio como a fonte do terrorismo e para reclassificar as guerras por procuração travadas entre os EUA e a URSS como “conflitos pacificadores”. As causas do terrorismo são despolitizadas e atribuídas ao “fanatismo religioso” ou ao “desprezo”, “ódio” e “ressentimentos” pela civilização ocidental e seus valores (linhas 64 e 67), como se os terroristas fossem invejosos desequilibrados que, não tendo acesso às riquezas e cultura das sociedades ocidentais, quissem a morte de seus cidadãos.

Já o editorial do britânico *The Guardian*, de 12 de setembro de 2001, sustenta-se em torno de três eixos argumentativos: a noção de que os ataques tiveram um aspecto inédito; o questionamento às políticas de segurança dos EUA, com críticas ao posicionamento do governo Bush nos sete meses de sua gestão até então; e a ideia de que a retaliação é justificada, sendo que a Grã-Bretanha deveria oferecer todo o apoio necessário aos norte-americanos. De maneira semelhante ao *The New York Times*, o texto busca desde o início estabelecer os eventos de 11 de setembro como um ato de guerra, não como um atentado terrorista – pelo menos não na acepção “comum” do termo. Nos três primeiros parágrafos, são elencados os aspectos incomuns, como o fato de que “não foi um mero ataque com carro-bomba, um ataque surpresa a um navio de guerra ou embaixada dos EUA”. A distinção é ampliada por meio de construções adverbiais como “simplesmente incomparável” ou “claramente e impiedosamente projetada

para causar o máximo de dano, o maior número possível de baixas e o maior grau de terror alcançável” – esta última pressupondo uma escala do terror.

Essa primeira parte do texto também ativa a memória social dos britânicos com referências da Segunda Guerra – como as sirenes Klaxon, usadas para alertar a população local sobre os bombardeios aéreos dos alemães, e o ataque dos japoneses à frota dos EUA em Pearl Harbor – demonstrando um alinhamento com os norte-americanos e começando a construir o discurso de adesão à eventual campanha militar que esse aliado venha a conduzir. A identificação com o sofrimento norte-americano é reforçada por uma retórica dramática da reconstituição dos eventos, descrevendo o desespero dos cidadãos comuns (“[c]onforme cada pessoa caía, as que estavam embaixo soltavam um forte grito de lamúria”), a impotência do alto escalão militar (“os chefes de defesa haviam sido alertados de que a aeronave vinha em sua direção. Porém, mesmo o exército mais poderoso do mundo não pôde fazer nada para impedi-lo”) e a indecisão até mesmo do “maior de todos os símbolos americanos – a presidência”). Podemos interpretar esses medos e expectativas como parte da estratégia de “argumentação por emoção”, em que “emoções das pessoas podem ser despertadas e estimuladas por meio de palavras especialmente selecionadas, da retórica dramática (hipérboles etc.), de fotografias etc.”.

A estratégia de argumentação por emoção pode ser resumida na hipóbole usada como título do editorial, também repetida na linha 53 (“a soma de todos os medos”). Ao que podemos inferir das linhas 58 e 64, o terrorismo torna-se, a partir de então, a principal ameaça à segurança global porque até mesmo os EUA – país mais poderoso do mundo, principal aliado britânico – estão vulneráveis à tamanha destruição causada por *fanáticos fundamentalistas islâmicos*. O governo norte-americano é questionado em relação às suas práticas de segurança, mas eventualmente absolvido: “não é uma questão de complacência” (linhas 69 e 70); “ontem, nada disso funcionou. Não havia sequer uma pista do que estava por vir, nenhuma chance de prevenção”. Aparentemente, o terrorismo suicida é “quase impossível de prevenir” (linha 85), embora possa ser prevenido e seus autores “encontrados e punidos” (linha 89).

Sobre quem deve ser punido, o editorial já aponta o caminho para seus leitores, assentando as bases para a construção de um supervilão. Enquanto o *The New York Times* se mostrou mais comedido em relação a identificar um suposto autor dos atentados, o *The Guardian* não hesita em nomear para Osama Bin Laden como principal suspeito, alguém que

“há muito tempo [é] considerado pelos americanos como seu adversário não estatal mais poderoso”. Entre os motivos, o jornal cita seu envolvimento no ataque à bomba ao World Trade Center, em 1993, as explosões das embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia, em 1998, e a disponibilidade de recursos e “crueldade cega” necessárias para “tamanho desumanidade”. Não há nenhuma menção ao apoio financeiro e tático que Bin Laden e os *mujahadeens* receberam da CIA em Afeganistão até meados da década de 1980, apenas que ele e seus “aliados talibãs e árabes” estiveram envolvidos nesses ataques a alvos norte-americanos na década anterior a 2001.

Nos últimos três parágrafos, verificamos mais uma vez a encenação midiática, com o leitor sendo alertado para a possibilidade de multiplicarem-se os riscos à segurança global caso o autor não fosse Osama Bin Laden, mas sim um “estado pária” como o Iraque. Nesse caso, o perigo seria uma “guerra americana de represálias”, com “consequências verdadeiramente globais”. Hoje, é claro, sabemos que foi exatamente isso que se sucedeu, tanto na “guerra” contra Osama Bin Laden quanto na invasão infundada do Iraque, mas aqui vale retomar o contexto de circulação para uma melhor compreensão do texto sob análise (VAN DIJK, 2017). Claramente o jornal já conhecia o histórico de retaliação dos EUA à época: os bombardeamentos autorizados por Ronald Reagan à Líbia em 1986 devido ao apoio de Muammar Gaddafi à organização Abu Nidal, a destruição das instalações farmacêuticas de Al-Shifa, no Sudão, em 1998, na tentativa de forçar o governo sudanês a entregar Bin Laden, entre outros ataques – operações que causaram a morte direta ou indireta de milhares de civis (HUGHES, 2015; CHOMSKY, 2002). Ou seja, ao oferecer o apoio irrestrito do povo e governo britânicos aos EUA, afirmando que “farão tudo que estiver ao seu alcance para ajudar os americanos a encontrar os responsáveis”, há de se entender que os editores estavam cientes da escala de uma possível represália, ainda que alertem contra o “unilateralismo ainda maior” e “uma reação excessiva” por parte dos norte-americanos.

4.3.2 Evento: 7 de julho de 2005 – Londres

(3) Editorial do *The New York Times* – 08/07/2005 (tradução nossa)⁵²:

Londres Sob Ataque

Assistimos às cenas do assassinato em massa no coração de Londres ontem com uma cascata de emoções, começando pela pura indignação. As lembranças de 11 de setembro de 2001 voltaram como uma enchente – a lenta realização da magnitude desse crime, a preocupação persistente de que ainda não havia acabado. As imagens eram tragicamente familiares: os rostos sangrentos de sobreviventes que marchavam lentamente pela escuridão esfumada em direção à luz, as sirenes gritantes e os espectadores aterrorizados.

Mas a familiaridade não faz nada para mitigar a dor daqueles que perderam seus entes queridos, dos diversos feridos e dos milhões de londrinos que viram a calma da manhã de um dia útil em sua cidade ser interrompida pela bestialidade de pessoas capazes de detonar bombas em vagões de metrô e um ônibus lotados.

A raiva e a dor se misturam com admiração pela força e a calma daqueles que moram em um lugar que tem presenciado mais do que sua parcela de tragédia doméstica: bombardeios de aviões nazistas há mais de meio século e o terrorismo insensato de militantes irlandeses mais recentemente.

Infelizmente, esse ataque ocorreu exatamente num momento em que se podia ver uma centelha de esperança e unidade. No dia anterior, Londres ganhara o direito de sediar as Olimpíadas, aquela grande manifestação de compreensão internacional e competição pacífica. E na manhã dos atentados a bomba, o primeiro-ministro Tony Blair, o presidente Bush e os líderes de outras seis nações ricas e poderosas encontraram-se na Escócia para definir um plano de ação comum para ajudar os pobres em lugares como a África, onde pobreza e doença cria ressentimento entre os que não têm nada em relação aos que têm tanto. Essa justaposição de esperança e medo é uma arma integral do terrorista, que busca não somente destruir a vida e a propriedade, mas também perturbar nossas vidas de maneiras que causem mais destruição.

O medo foi mais uma resposta inescapável – o medo natural de que esse tipo de ataque, levado a cabo por pessoas sem consideração por suas próprias vidas ou pelas de qualquer outra pessoa, poderia acontecer em qualquer lugar.

Esse medo já conduziu a questionamentos sobre por que as agências de segurança britânicas não anteciparam os ataques, por que as nações ricas ainda não fizeram o suficiente em relação às causas do terrorismo e por que a Al Qaeda e Osama bin Laden continuam a operar depois de quase quatro anos do início da chamada guerra ao terrorismo. Muitos se perguntarão por que os Estados Unidos estão atolados no Iraque, enquanto o líder da Al Qaeda continua a vagar livremente.

Não há respostas fáceis para essas questões, assim como não há uma defesa fácil contra atos de terrorismo. O que as pessoas comuns podem fazer é seguir em frente. Assim como os líderes mundiais continuaram as reuniões na Escócia ontem, podemos voltar para o metrô (e o metrô de Londres, quando este for reaberto), voltar às ruas e voltar ao trabalho.

⁵² Para o original em inglês, ver Anexo 4.

Em face ao perigo

“Enquanto escrevo, seres humanos civilizadíssimos sobrevoam-me, tentando matar-me”, escreveu George Orwell no auge da blitz da segunda guerra mundial. Os londrinos já conviveram com o medo de várias ondas de inimigos invisíveis ao longo dos anos. A menos de uma milha da redação deste jornal, por exemplo, fica o local do bombardeio de Clerkenwell de 1867, no qual os Fenianos irlandeses tentaram usar explosivos para invadir uma prisão e resgatar dois de seus camaradas; em vez disso, conseguiram demolir uma fileira de casas, causando a morte de 12 moradores locais e ferindo 126. Um conjunto habitacional Peabody, localizado logo do outro lado da rua, foi reduzido a escombros pela Luftwaffe, matando alguns dos 43 mil civis britânicos que morreram no Blitz. Durante as décadas de 1970 e 80, os londrinos ficaram calejados com os frequentes ataques a bomba do Provisional IRA. Agora ontem, a poucos minutos a pé deste jornal, alguns londrinos em direção ao trabalho utilizavam a linha Piccadilly, ao sul de King’s Cross, enquanto outros atravessavam Russell Square em um ônibus da linha 30, no horário de pico, quando foram atacados de maneira cruel e sem qualquer aviso prévio, em uma série de atentados cuja intenção era matar – e assim o fizeram, assassinando e ferindo dezenas de trabalhadores londrino indiscriminadamente.

Assim como os seus antecessores diante desses horrores do passado, a geração atual de londrinos respondeu a este mais recente e não provocado ato maligno – o que, em termos de vidas perdidas, parece ter sido o ato terrorista mais mortífero de nossa história moderna – com uma combinação de calma e coragem. Como tem-nos alertado repetidamente os chefes de polícia e das agências de segurança, esse era um evento que provavelmente aconteceria mais cedo ou mais tarde. Quando chegou, ele pareceu ser aceito sem amargura. Dentro de minutos dos primeiros relatos das explosões no metrô, os planos de emergência foram rapidamente colocados em ação. Lá embaixo, no escuro, apesar da fumaça, dos detritos, da morte e do perigo, os passageiros foram evacuados, na maior parte sem histeria, por serviços de emergência que conduziram operações bem ensaiadas. Nas ruas, dezenas de milhares de pessoas, conformadas com a situação caminharam para o trabalho sob a chuva da manhã, uma vez que o sistema de transporte foi paralisado. A bolsa de valores, que a princípio sofreu uma queda, recuperou seu ânimo mais tarde – servindo como uma metáfora para a cidade como um todo. Como em Nova York, em 11 de setembro de 2001, e em Madri, em 11 de março do ano passado, eventos muito maiores, com os quais as comparações devem agora ser desenhadas, as principais histórias de Londres em 7 de julho de 2005 não são meramente de tragédia individual, mas também de heroísmo individual e da determinação de uma mentalidade sanguinária.

Menos de 24 horas antes da explosão das bombas, Londres recebeu uma homenagem ilustre do resto do mundo, porque este ofereceu-lhe uma edição dos Jogos Olímpicos, baseada na esperança e na inclusão de todas as raças, credos e nações. Como disse Ken Livingstone ontem, essas bombas foram um ataque direto a essa visão nobre e admirável. Esse não foi um ataque aos governantes ou aos poderosos, mas sim, como disseram o prefeito e os líderes religiosos da cidade, cada qual da sua maneira, um ataque aos londrinos comuns, homens e mulheres, jovens e velhos, negros e brancos, cristãos e muçulmanos, hindus e judeus que abominam tal violência. O rabino-chefe teve toda razão ao dizer ontem que os ataques a bomba são a raiva dos enfuriados contra os indefesos e os inocentes. No entanto, o importante é que a raiva não foi recebida com raiva. Londres ganhou as Olimpíadas porque é uma cidade aberta e tolerante. A forma como os londrinos responderam aos ataques cruéis contra eles justificou a confiança dos dirigentes olímpicos.

⁵³ Para o original em inglês, ver Anexo 5.

Os líderes mundiais reunidos em Gleneagles para a cúpula do G8 foram rápidos em ressaltar o contraste entre a mensagem de ódio dos atentados de ontem e a mensagem de esperança que, os líderes afirmam, ainda emergirá de suas conversas na Escócia. Eles estavam certos em destacar o abismo entre a barbárie das ações dos homens-bomba e os esforços contínuos desta semana para combater a pobreza africana e os efeitos das mudanças climáticas. É igualmente importante termos em mente a raiva que existe dentro dos mundos muçulmano e árabe em relação às ações de alguns dos países representados em Gleneagles. Robin Cook, em outra seção desse jornal, fala por muitos ao escrever: “O presidente Bush costuma justificar a invasão do Iraque com base em que o combate ao terrorismo no exterior protege o Ocidente de ter que lutar contra terroristas em nossos territórios. De tudo que se pode dizer em defesa da guerra no Iraque hoje, não se pode afirmar que ela nos tenha protegido do terrorismo em nosso solo”. O terror do passado era, em última instância, político. Era um meio para um fim. Poderíamos vencê-lo, submeter-nos ou negociar com ele. Terror como o de ontem é mais evasivo e menos formal. Não é, de forma alguma, um movimento ou um exército no sentido tradicional. O seu sentido é apocalíptico e não político. As suas demandas são, portanto, difíceis de satisfazer, mesmo que a negociação seja praticável ou aceitável. A luta contra este tipo de terrorismo exige, portanto, uma combinação permanente de estratégias inteligentes – a proteção e a segurança das comunidades e sociedades que são suas vítimas em potencial, junto com o reconhecimento da necessidade de drenar o que pode ser drenado do reservatório de queixas de onde os terroristas extraem força. Ontem foi um dia sombrio, em que atos infames foram realizados por pessoas perigosas. Os assassinos, se ainda estiverem vivos, devem ser levados à justiça e não temos outra alternativa senão nos manter sempre alerta contra a probabilidade de outros planejarem uma repetição dos ataques. Blair teve razão ao insistir na ideia de que nossa determinação para defender nossos valores e nosso modo de vida deve ser indomável. Isso certamente significa nos manter implacáveis perante a ameaça direta do inimigo terrorista. Significa um policiamento intenso e um trabalho de inteligência de longo prazo. Mas também compreende a tentativa de entender por que as pessoas são atraídas a cometer atos tão infames e malignos, e não apenas aumentar a segurança para evitar que elas aconteçam de novo. E significa defender firmemente todos os valores que fazem valer a pena viver em uma sociedade aberta, incluindo a tolerância e as liberdades civis. No final, como o Sr. Bush e o Sr. Blair disseram, é o contraste que conta. Este é um conflito de valores. Mas não é apenas o contraste entre o ódio dos terroristas e os trabalhos dos líderes mundiais que farão reverter a corrente. É o contraste entre a raiva dos terroristas e a decência das pessoas comuns, como os londrinos mostraram tão poderosamente ontem.

TESES CENTRAIS: Os cruéis ataques terroristas interromperam o cotidiano de inocentes londrinos e um momento geopolítico marcado por símbolos de paz e cooperação internacional. Guerra ao terrorismo ainda não alcançou seu principal objetivo: derrotar a Al-Qaeda. Portanto, o mundo continua a enfrentar a violência terrorista, que pode irromper em qualquer lugar, a qualquer momento.

ARGUMENTOS

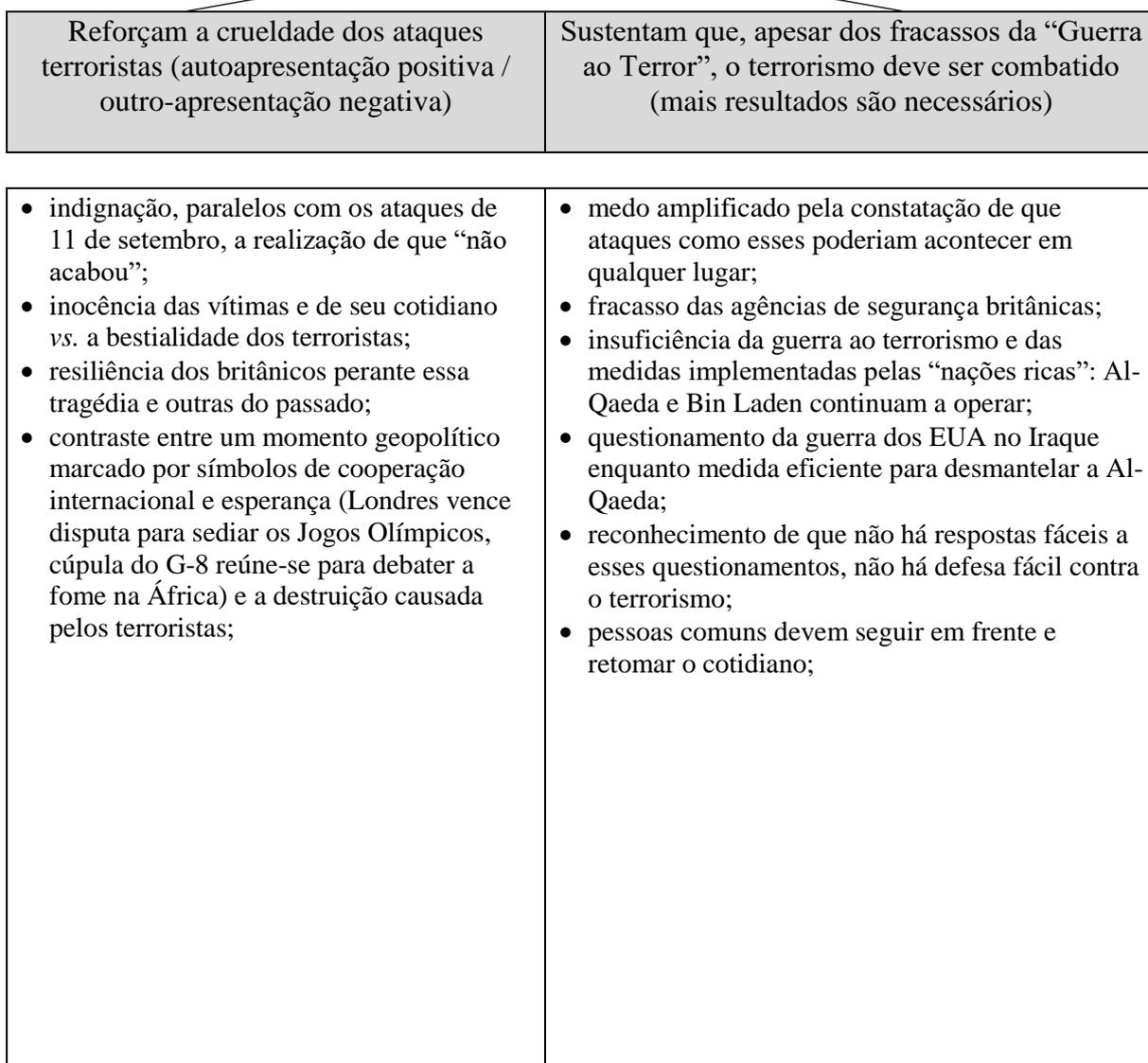


Figura 3: Argumentos centrais do texto (3).

TESES CENTRAIS: Ataques representam o contraste entre momento geopolítico marcado por esperança e cooperação internacional *versus* barbárie e ódio dos terroristas. A Grã-Bretanha deve agir de maneira inteligente, combinando estratégias de defesa nacional e investigações sobre causas do terrorismo.

ARGUMENTOS

Reforçam o contraste entre resiliência e temperamento estável dos londrinos <i>vs.</i> crueldade dos terroristas (autoapresentação positiva /outro-apresentação negativa)	Sustentam que o combate ao terrorismo deve abranger diversas estratégias (policimento, inteligência e reconhecimento das reivindicações)	Reforçam a ideia de um novo terrorismo (apolítico, sem possibilidades de negociação)
<ul style="list-style-type: none"> • destruição causada pelos alemães e irlandeses na vizinhança da redação do jornal, em um passado mais distante; • em um passado mais recente, londrinos ficaram calejados com os ataques a bomba do Provisional IRA; • “calma e coragem” dos londrinos frente a um ato maligno, não provocado; • ações de contingência executadas com prontidão e conforme planejamento; • assim como Nova York (2001) e Madrid (2005), histórias de heroísmo da população local contrastam com a mentalidade sanguinária dos terroristas; • contraste entre visão de esperança e inclusão resultante da escolha de Londres como sede olímpica e um ataque de “enraivados contra os indefesos e inocentes”; • ênfase em Londres como uma cidade multicultural, aberta e tolerante (crenças avaliativas, memória social); 	<ul style="list-style-type: none"> • declarações das autoridades alertavam à inevitabilidade dos ataques; • invasão dos EUA ao Iraque não se justifica em que países ocidentais não estão mais protegidos do terrorismo; • combate ao novo terrorismo exige uma combinação de estratégias inteligentes: a proteção dos países-alvo e o reconhecimento de que é necessário lidar com as queixas que estão na origem do terrorismo; • necessidade de seguir um caminho jurídico e manter a vigilância; • país deve buscar compreender por que pessoas são atraídas a cometer atos “infames e malignos”; • necessidade de defender os valores de “uma sociedade aberta”, i.e., tolerância e liberdades civis 	<ul style="list-style-type: none"> • terrorismo do passado era político, um “meio para um fim”, mais semelhante à guerra clássica; • novo terrorismo é “mais evasivo e menos formal” e não se assemelha a um movimento político ou exército tradicionais: “apocalíptico e não político”;

<ul style="list-style-type: none"> • líderes mundiais reunidos para a cúpula do G-8 destacam abismo entre a barbárie dos terroristas e os esforços internacionais para combater a pobreza africana e efeitos das mudanças climáticas; • importante ter em mente a raiva de muçulmanos e árabes em relação aos países representados no G-8; • contraste não apenas entre o ódio de terroristas e os esforços de líderes mundiais, mas sobretudo o contraste “entre a raiva dos terroristas e a decência das pessoas comuns” 		
---	--	--

Figura 4: Argumentos centrais do texto (4).

O editorial do *The New York Times* de 8 de julho de 2005 segue a mesma linha do texto de 2001, em que é marcado por um forte contraste entre o cotidiano pacífico de inocentes londrinos e a “bestialidade de pessoas capazes de detonar bombas” no transporte público de Londres. O contraste ainda é atenuado pelas referências ao contexto político local e global: no dia anterior aos ataques, a cidade havia sido nomeada sede das Olimpíadas de 2012, enquanto os líderes das nações mais poderosas do mundo, o chamado G-8, davam início à uma reunião de cúpula cujo propósito o jornal descreve como “ajudar os pobres em lugares como a África, onde pobreza e doença cria ressentimento entre os que não tem nada em relação aos que têm tanto” (linha 21). Nesse trecho, além de estabelecer uma relação entre esse ressentimento e o terrorismo, o texto busca retratar os países desenvolvidos (“Nós”) como arautos da paz e da esperança.

O eixo argumentativo desse contraste começa a ser desenvolvido ainda no primeiro parágrafo, trazendo metáforas que servem para aumentar o apelo emocional, ativando a memória social dos norte-americanos sobre os eventos do 11 de setembro e buscando a reforçar a identificação com o sofrimento dos britânicos – “assistimos às cenas do assassinato em massa no coração de Londres ontem com uma cascata de emoções”, “[a]s lembranças de 11 de setembro de 2001 voltaram como uma enchente” (linhas 1 a 3). Mais abaixo, vemos a resiliência dos britânicos citada em mais uma ativação da memória social sobre a Segunda Guerra

(“admiração pela força e a calma daqueles que moram em um lugar que já presenciou mais do que sua parcela de tragédia doméstica: bombardeios nazistas há mais de meio século”), reforçando o tropo dos heróis ocidentais – os quais, somos lembrados, corajosamente enfrentam o mal e a barbárie há pelo menos 70 anos.

O outro argumento central do texto é de que as nações ricas ainda não fizeram o suficiente para combater os terroristas. Os questionamentos à “chamada guerra ao terrorismo” (linha 31) concentram-se no fato de que, Osama Bin Laden e a Al-Qaeda “continua a operar depois de quase quatro anos” das declarações de George W. Bush. Entretanto, enquanto a invasão do Iraque é alvo de uma crítica mais contundente, intensificada com o uso da metáfora (“Os Estados Unidos estão atolados no Iraque, enquanto o líder da Al Qaeda continua a vagar livremente”). Portanto, torna-se evidente que as críticas não são dirigidas às campanhas militares em si, mas sim à ineficiência das mesmas, que não obtiveram os resultados necessários.

O texto ainda generaliza e amplifica a ameaça terrorista (“o medo natural de que esse tipo de ataque [...] poderia acontecer em qualquer lugar”), reforçando a narrativa de “ameaça existencial” e o caráter supostamente aleatório dos ataques. Entretanto, Shanahan (2016, p. 232) oferece um contra-argumento convincente à noção de aleatoriedade do terrorismo, ao afirmar que “nenhum ato terrorista é verdadeiramente aleatório no sentido de que qualquer indivíduo específico, independentemente da localização ou afiliação grupal, seja um alvo tão provável quanto qualquer outro”⁵⁴. Embora nos últimos anos tenhamos visto uma proliferação de “atentados solitários” em locais aparentemente aleatórios, ainda é difícil imaginar que alguém que esteja em casa, em uma localidade longe de um grande centro urbano, seja a vítima de um ataque terrorista.

O editorial do *The Guardian* para a edição de 8 de julho de 2005 é ainda mais direto em demarcar o contraste entre os símbolos de inclusão (representados pelos Jogos Olímpicos) e esperança (a cúpula do G-8 em Gleneagles) oferecidos pelo “mundo civilizado”, e a crueldade e barbárie dos terroristas. Novamente, há um forte apelo emocional na ativação da memória social do envolvimento da Grã-Bretanha na Segunda Guerra e da metanarrativa nacional de um povo estoico e desafiador, começando pela ironia na citação de um dos principais escritores

⁵⁴ Do original em inglês: “no act of terrorism is ever truly random in the sense that any given individual, regardless of location or group affiliation, is as likely as any other to be targeted”.

britânicos do século XX: ““Enquanto escrevo, seres humanos civilizadíssimos sobrevoam-me, tentando matar-me”, escreveu George Orwell no auge da blitz da segunda guerra mundial” (linhas 1 e 2). Alguns dos desastres sofridos e superados pelo país são elencados no primeiro parágrafo, com destaque para ataques próximos da redação do jornal (deslocando o impacto para o mais próximo do leitor possível). No segundo parágrafo, a metanarrativa é estendida para o presente, com uma vaga descrição da reação dos cidadãos locais: “a geração atual de londrinos respondeu a este mais recente e não provocado ato maligno – o que [...] parece ter sido o ato terrorista mais mortífero de nossa história moderna – com uma combinação de calma e coragem”.

O texto recorre ainda a outra metanarrativa, essa desenvolvida logo após os eventos de 11 de setembro, que coloca as vítimas dos ataques como heróis da guerra entre os países livres e democráticos e os fanáticos religiosos:

“Como em Nova York, em 11 de setembro de 2001, e em Madri, em 11 de março do ano passado, eventos muito maiores, com os quais as comparações devem agora ser desenhadas, as principais histórias de Londres em 7 de julho de 2005 não são meramente de tragédia individual, mas também de heroísmo individual e da determinação de uma mentalidade sanguinária”. (THE GUARDIAN, 2005)

Apesar de ressaltar o multiculturalismo de Londres ao apontar que os ataques vitimaram “aos londrinos comuns, homens e mulheres, jovens e velhos, negros e brancos, cristãos e muçulmanos, hindus e judeus que abominam tal violência” (linhas 39 e 40), o jornal não deixa dúvidas sobre a origem e etnia dos terroristas, quando diz que é “importante termos em mente a raiva que existe dentro dos mundos muçulmano e árabe em relação às ações de alguns dos países representados em Gleneagles” (linhas 51 a 52). Assim como o *The New York Times*, o *The Guardian* critica a guerra no Iraque sob a ótica da eficiência, reproduzindo a fala de um de seus jornalistas, publicada na mesma edição: “De tudo que se pode dizer hoje em defesa da guerra no Iraque, não se pode afirmar que ela nos tenha protegido do terrorismo em nosso solo” (linhas 55 e 56).

O *The Guardian* é mais categórico em sua defesa às liberdades civis – as quais, deve-se ressaltar, não são sequer mencionadas no editorial do *The New York Times* do mesmo dia –, mas a insistência em qualificar o “novo terrorismo” como “apocalíptico e não político” e como uma força letal com a qual não se negocia, “cujas demandas são [...] difíceis de satisfazer, mesmo que a negociação seja prática ou aceitável”, revela a ambiguidade dessa posição. Por

um lado, os editores defendem uma nova abordagem, que busque “entender porque as pessoas são atraídas a cometer atos tão infames e malignos, e não apenas aumentar a segurança para evitar que elas aconteçam de novo” e “defender firmemente todos os valores que fazem valer a pena viver em uma sociedade aberta, incluindo a tolerância e as liberdades civis”. Por outro, fecham o texto colocando a questão como parte do “conflito de valores” em jogo na guerra com os terroristas. É o contraste que conta, dizem, “o contraste entre a raiva dos terroristas e a decência das pessoas comuns, como os londrinos mostraram tão poderosamente ontem”. Neste sentido, concordamos com Jackson (2006), para quem a despolitização de reivindicações serve para desvincular as ações dos grupos terroristas das políticas dos Estados ocidentais e seus aliados.

4.3.3 Evento: 13 de novembro, 2015 – Paris

(5) Editorial do The New York Times – 14/11/2015 (*tradução nossa*)⁵⁵:

Terror em Paris

Na manhã de sábado, depois de uma noite de incompreensível barbárie contra uma sociedade livre e civilizada por terroristas armados, o presidente François Hollande da França qualificou os ataques como um ato de guerra. Mais de 125 pessoas foram massacradas em diversos locais de Paris – em uma casa de shows, em vários restaurantes, perto de um estádio esportivo, na rua. O Sr. Hollande declarou estado de emergência nacional, impôs controles em todas as fronteiras da França e convocou o exército para proteger a cidade.

O grupo terrorista Estado Islâmico reivindicou a responsabilidade e prometeu que este seria “apenas o início da tempestade” para punir a França por seus ataques aéreos contra o Estado Islâmico na Síria e no Iraque.

Este ataque, Hollande disse, foi “contra a França, contra os valores que defendemos em todo o mundo, contra aquilo que somos: um país livre que significa algo para todo o planeta”. Ele prometeu que a França responderia, usando “todos os meios necessários, e em todos os terrenos, interno e externo, em coordenação com nossos aliados, que são eles mesmos alvos dessa ameaça terrorista”.

Os alvos – o estádio esportivo Stade de France, onde o Sr. Hollande e milhares de outros torcedores assistiam a um jogo de futebol entre as seleções da França e da Alemanha, restaurantes populares nos bairros descolados ao redor do Canal Saint Martin e da Bastilha e a casa de shows Bataclan, lotada de pessoas que assistiam à banda americana Eagles of Death Metal – pareciam ter sido selecionados por serem lugares onde pessoas se reuniam livremente para apreciar os prazeres públicos que o Estado Islâmico odeia: esportes, música, vinho e comida compartilhados por homens e mulheres juntos.

Faz menos de um ano que Paris foi abalada pelos ataques de janeiro à equipe da revista Charlie Hebdo e a um supermercado kasher. Esses ataques levaram a França a fazer uma autorreflexão nacional sobre os valores seculares da França e a uma ampla legislação antiterrorista para permitir que as autoridades sejam mais eficazes no rastreamento de possíveis autores de ataques.

Os ataques de janeiro, após os quais milhões de pessoas foram às ruas para manifestar solidariedade às vítimas, tiveram um alvo bem definido. A carnificina de sexta-feira foi de uma ordem diferente e mais abrangente. Foi projetada para atacar cada pessoa que exercia atividades normais, para que os franceses sentissem que não estão seguros, em qualquer lugar.

Sete dos oito assassinos, armados com fuzis, granadas e cintos com explosivos, estão mortos. Porém, à medida que os parisienses acordam e encaram uma manhã sombria, muitas perguntas permanecem sem resposta, incluindo se há outros cúmplices que coordenaram os ataques e ainda não foram encontrados e se medidas antiterrorismo poderiam ter frustrado os atentados. Há também a questão de saber quanto tempo o estado de emergência – que dá amplo poderes às autoridades e suspende alguns direitos democráticos – vai durar. Claramente, o estado de emergência deve ser encerrado quanto antes.

O sangue frio e a depravação com a qual os terroristas assassinaram pessoas sentadas em restaurantes e fuzilaram reféns na sala de shows do Bataclan, onde mais de 80 pessoas morreram, foram horrendos. Mas os parisienses permaneceram resolutos e unidos. Ontem à noite, enquanto a carnificina ocorria, os parisienses ocuparam as mídias sociais com o hashtag #porteouverte, ou “porta aberta”, oferecendo abrigo em suas casas para pessoas que fugiam do caos. De manhã, centenas de residentes de Paris alinhavam-se para doar sangue e procuravam outras maneiras de ajudar.

⁵⁵ Para o original em inglês, ver Anexo 6.

Este ataque intensificará a determinação dos franceses contra a selvageria do Estado Islâmico, um exemplo que o mundo inteiro deveria seguir.

15/11/2015: *Este editorial foi atualizado para refletir notícias mais recentes.*

(6) Editorial do *The Guardian* – 15/11/2015 (tradução nossa)⁵⁶:

A opinião do The Guardian sobre os ataques em Paris: em meio ao sofrimento, devemos defender os valores que nos defendem

Antes que possamos falar de qualquer outra coisa, devemos falar das vítimas. Em meio ao ruído que sucede um ato de violência horrível, em meio ao debate e aos argumentos, às vezes é fácil parar de ouvir a dor do evento em si. Paris está de luto pela perda de pelo menos 129 pessoas que, na sexta-feira, estavam envolvidas com atividades inofensivas e alegres da vida comum: comer juntos, assistir a um jogo de futebol juntos, ouvir música juntos. Agora eles estão mortos, após serem assassinados em circunstâncias absolutamente aterrorizantes. Os sobreviventes, os feridos, todo o povo francês, já feridos pelos ataques letais de janeiro, abalados com o choque. Em sua perda, em seu luto, em sua dor, estamos com eles.

O presidente francês respondeu aos assassinatos de Paris qualificando-os como uma declaração de guerra. Foi uma resposta convincente. Referir-se aos tiroteios e ataques a bomba que ocorreram na noite de sexta-feira como meros crimes, como se fossem equivalentes a uma série de assassinatos por uma gangue urbana, seria ignorar algo importante. Eles foram coordenados, meticulosamente planejados e, de acordo com testemunhas presentes no local, executados com uma precisão fria e militar. Não foi à toa que François Hollande falou de um confronto com o “exército” do EIIS [Estado Islâmico do Iraque e da Síria].

E, no entanto, ainda que a intenção do EIIS fosse usar os massacres dessa noite como uma declaração de guerra, isso não significa que a França – ou o resto do mundo – precisa devolver o elogio. E um elogio seria. Declarar uma guerra contra o EIIS é equivalente a elogiá-lo, conceder-lhe a dignidade que ele deseja. Conceder-lhe o status de um estado, algo que o EIIS reivindica para si, mas não merece. Traz o confronto com essa organização assassina para os termos de sua escolha, e não da nossa.

Além do mais, esse tom de retórica conta com um histórico recente e infeliz. Em 2001, George W. Bush também saudou o 11 de setembro como se fosse uma declaração de guerra. Mas a categorização de guerra, com sua permissão implícita para as medidas mais extremas, fez com que os EUA e seus aliados tomassem várias decisões desastrosas. O impacto ainda repercute até hoje, quase 15 anos depois. Essa categoria certamente inclui o colapso forçado do Iraque e a subsequente incubação do próprio EIIS.

Declarações de guerra também representam outro problema: exatamente quem participa desta declaração? O Sr. Hollande falou em nome da França. Mas o massacre de Paris também foi visto como um ataque à Europa, talvez até mesmo aos valores europeus. No entanto, é claro que o EIIS não se restringe a esse alvo e ataca a todos que buscam impedir sua espécie eliminatória de ódio sectário. Na última quinta-feira, uma bomba em Beirute matou 43 pessoas. Na manhã seguinte, um homem-bomba matou mais de 20 em Bagdá. Ambos os ataques foram atribuídos ao EIIS. E há pouco mais de duas semanas, um avião russo que transportava 224 pessoas foi abatido com explosivos ao sobrevoar o Egito, em mais um ataque aparente do EIIS ou de algum afiliado. E nunca se esqueça, o maior número de vítimas do EIIS não são ocidentais, mas sim muçulmanos suficientemente desafortunados de viver dentro de seu alcance mortal.

Como devemos responder? Já temos visto uma demanda, cuja intensidade só aumentará, para mudarmos os aspectos da vida democrática e particularmente europeia que nos tornam vulneráveis a ataques. O

⁵⁶ Para o original em inglês, ver Anexo 7.

40 | desejo é compreensível. É natural e humano, quando ameaçados, queremos fechar as fronteiras, impedir a onda de refugiados, fortalecer cada vez mais aqueles que nos protegem.

Em meio a esse clima, apelar para a reflexão e o pensamento. Mas se sentimos que os valores europeus correm perigo, a pior maneira de defender esses valores é desmantelá-los. O argumento moral para que a Europa continue sendo um lugar de refúgio permanece inalterado pelo que aconteceu na sexta-feira.

45 | A afirmação de que um dos assassinos veio à Europa disfarçado de refugiado é extremamente duvidosa, sendo a suposta prova de um passaporte sírio encontrado [em uma das cenas] altamente questionável. Muitos dos que fugiram da Síria fizeram isso para escapar do EIIS. Na verdade, esses refugiados têm o potencial de ser um grande trunfo na luta contra esse grupo assassino.

Na Grã-Bretanha, o novo projeto de lei de Theresa May, que trata de poderes investigatórios, será visto

50 | por alguns como ainda mais urgente depois de Paris. Porém, a menos que, e até que, seja comprovado que a vigilância em grande escala teria feito a diferença nesse cenário terrível, o argumento permanece onde estava. E nós ainda partimos do pressuposto que a vigilância em massa de todos nós não é nem necessária, nem efetiva. Quando as agências de inteligência procuram uma agulha num palheiro, elas não deveriam adicionar mais feno. Quando elas precisam espionar um indivíduo ou grupo, eles devem

55 | solicitar autorização judicial para tal – e normalmente a receberão. E, caso seja necessário repetir, as sociedades europeias não defendem seus valores quando se voltam contra seus concidadãos muçulmanos – pelo contrário, elas violam esses valores.

O que nos remete à questão Síria. A derrota do EIIS na Síria não fará dissipar a ameaça da violência jihadista, mas é um passo necessário nessa direção. Isso certamente implicará ação militar, embora isso

60 | não signifique que o Ocidente tenha que ser o responsável por todo o combate. A recaptura da cidade de Sinjar, no norte do Iraque, do controle do EIIS, é um exemplo instrutivo. A combinação de aviões de guerra dos EUA no ar e combatentes curdos no solo foi decisiva. Por tudo isso, o núcleo da resposta deve ser diplomático.

As conversas de sábado em Viena reuniram antagonistas dos mais diferentes, incluindo a Rússia, os

65 | EUA, o Irã e a Arábia Saudita. Mas talvez agora – com a Rússia, por exemplo, percebendo que seu apoio obstinado a Bashar al-Assad tem um custo elevado – essas nações podem finalmente encarar esse desafio. Este pode ser o momento em que os antigos interesses conflitantes entram em alinhamento. Instamos todos os governos envolvidos a aproveitar esse momento – pela Síria, pelos inocentes mortos em Paris, por nosso futuro comum.

TESES CENTRAIS: França vive estado de guerra devido a ataques mais abrangentes e de ordem diferente que os passados. Como resultado, os franceses estarão ainda mais determinados a combater a selvageria do Estado Islâmico, o que significa apoiar as políticas do presidente Hollande e as propostas para uma legislação antiterrorismo.

ARGUMENTOS

Reforçam a barbárie dos terroristas vs. valores franceses (autoapresentação/outro-apresentação)	Reiteram a noção de que a França vive um estado de guerra (ameaças do Estado Islâmico, políticas do governo)	Reforçam a ideia de um novo terrorismo (aleatório)
<ul style="list-style-type: none"> • “incompreensível barbárie contra uma sociedade livre e civilizada”; • Hollande: “ataque [...] contra a França, contra os valores que defendemos em todo o mundo, contra aquilo que somos: um país livre que significa algo para todo o planeta”; • locais-alvo dos ataques escolhidos por “serem lugares onde pessoas reuniam-se livremente para apreciar os prazeres públicos que o EI odeia” • sangue frio e depravação dos terroristas: “horrendos”; mas parisienses permaneceram resolutos e unidos; • enquanto carnificina ocorria, parisienses foram às redes sociais para oferecer abrigo para quem fugia do caos; • ataque fortalecerá determinação dos franceses frente à selvageria do EI, dando um exemplo para o mundo 	<ul style="list-style-type: none"> • declarações das autoridades alertavam à inevitabilidade dos ataques; • presidente francês François Hollande declara estado de emergência nacional, impõe controle em todas as fronteiras e convoca exército; • Hollande: “um ato de guerra”; • Estado Islâmico: “apenas o início da tempestade” para punir a França por ataques aéreos; • Hollande: França usará “todos os meios necessários [...] em coordenação com nossos aliados, que são eles mesmos alvos dessa ameaça terrorista”; • ataque à revista Charlie Hebdo, no começo do mesmo ano, levou a França a passar uma ampla legislação antiterrorista; • questões levantadas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ há outros cúmplices que ainda não foram pegos? ▪ Medidas antiterrorismo poderiam ter prevenido os ataques?; ▪ quanto tempo durará o estado de emergência? 	<ul style="list-style-type: none"> • ataque à revista Charlie Hebdo, no começo do mesmo ano, tiveram alvo bem definido; • “A carnificina de sexta-feira foi de uma ordem diferente e mais abrangente [do que o ataque à Charlie Hebdo]. Foi projetada [...] para que os franceses sentissem que não estão seguros, em qualquer lugar”

Figura 5: Argumentos centrais do texto (5).

TESES CENTRAIS: Massacre em Paris é um ataque não apenas à França, mas aos valores europeus. Porém, a Europa e o mundo devem buscar uma solução diplomática e alianças com muçulmanos para derrotar o EI.

ARGUMENTOS

Reforçam a identificação com os franceses e os valores ocidentais e condenam o ódio sectário (autoapresentação/outro-apresentação)	Alertam para a armadilha da guerra contra o Estado Islâmico (ao mesmo tempo que admitem a ação militar)	
<ul style="list-style-type: none"> • solidariedade aos parisienses que estavam reunidos para exercer “atividades inofensivas e alegres da vida comum”; • massacre de Paris também foi um ataque à Europa, talvez até mesmo aos “valores europeus”; • no entanto, “ódio sectário” do EI não se restringe à Europa, atinge todos que buscam impedi-lo; • maioria de vítimas do EI são “muçulmanos suficientemente desafortunados de viver dentro de seu alcance mortal”; • intensificam-se demandas para “fechar as fronteiras, impedir a onda de refugiados” – Europa deve permanecer um lugar de refúgio segue inalterado; • alegação de que um dos autores do ataque ingressou na Europa disfarçado de refugiado “extremamente duvidosa”; • grande parte dos refugiados sírios buscam escapar o EI e podem ser “um grande trunfo” na luta contra o grupo; • sociedades europeias não defendem seus valores quando se voltam contra seus concidadãos muçulmanos – pelo contrário, elas violam esses valores; • conversas em Viena para buscar uma solução para a guerra na Síria “reuniram antagonistas dos mais diferentes”: Rússia, EUA, Irã e Arábia Saudita 	<ul style="list-style-type: none"> • Hollande: declaração de guerra; • ataques foram coordenados, planejados e, de acordo com testemunhas, “executados com precisão fria e militar”; • Hollande: confronto com o “exército” do EIIS; • ainda que a intenção do EI fosse declarar guerra, a França e o resto do mundo não deveriam “devolver o elogio”; • declarar guerra contra o EI seria “conceder-lhe a dignidade que ele deseja”, trazer o confronto “com essa organização assassina para os termos de sua escolha, e não da nossa”; • histórico “recente e infeliz” de declarações de guerra contra terroristas: G.W. Bush após o 11 de setembro, fazendo com que os EUA e seus aliados “tomassem várias decisões desastrosas”; • “colapso forçado” do Iraque após invasão dos EUA e aliados responsável pela “incubação” do EI 	<ul style="list-style-type: none"> • a não ser que seja comprovado que poderes investigatórios mais amplos sejam capazes de prevenir ataques como esses, jornal mantém o pressuposto de que a vigilância em massa “não é nem necessária, nem efetiva”; • agências de inteligência devem solicitar autorizações judiciais para espionar grupos ou indivíduos suspeitos; • derrota do EI na Síria não eliminará “violência jihadista”, mas é um passo nessa direção; • derrotar o EI “certamente implicará ação militar”, que deve ser empreendida em conjunto com aliados locais e centrada em um “núcleo diplomático”; • todos os governos envolvidos nas negociações para a guerra na Síria deveriam aproveitar esse momento para entrar em acordo por uma solução

Figura 6: Argumentos centrais do texto (6).

O editorial do *New York Times* de 14 de novembro de 2015, revela um alto grau de adesão ao discurso do governo francês e sustenta-se em torno de três eixos argumentativos: a ideia de que a França vive um estado de guerra, devido ao caráter inédito dos ataques, o que por sua vez justifica as medidas militares e legislativas do governo do presidente François Hollande. A princípio, poderíamos ser tentados a enxergar esse primeiro eixo como um discurso narrativo, à semelhança de outras matérias veiculadas no caderno principal do jornal. Porém, algumas adjetivações e escolhas lexicais e de falas reproduzidas revelam a intencionalidade de retratar a França como um país em guerra.

Aqui, como fizemos anteriormente, devemos retomar o contexto de circulação com algumas informações relevantes para a análise: em meados de 2015, a organização Médicos pela Responsabilidade Social (PSR, na sigla em inglês), sediada em Washington (EUA), divulgou um estudo que concluiu que a “guerra ao terrorismo” já havia matado mais de 1 milhão de pessoas no Iraque, 220 mil no Afeganistão e 80 mil no Paquistão⁵⁷. A instabilidade no Iraque havia contribuído para a emergência do grupo Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIIS, ou apenas EI), que no final de 2015 já controlava grandes áreas de ambos os países, e participava ativamente da guerra civil síria. Os Estados Unidos e aliados, que já não desejavam engajar no combate em solo com os chamados grupos terroristas, optaram por tentar conter o avanço do EI com mísseis, aviões-caça e *drones* (LINDAHL, 2015, p. 461). A França, que havia contribuído para a guerra no Afeganistão de 2001 a 2012, mas recusado participação na invasão do Iraque, comandou alguns bombardeios ao que chamou de posições estratégicas do EI na Síria, a partir de setembro de 2015⁵⁸, alegando “autodefesa” e retaliação a ataques terroristas em solo francês ao longo daquele ano.

Acreditamos que essa contextualização é necessária para o entendimento de que, naquele ponto da chamada “guerra ao terror”, perpetuava-se um ciclo de ataques e contra-ataques que, de maneira consistente, matava um número muito maior de civis do que combatentes, sejam estes “terroristas” ou integrantes das forças armadas dos diversos países envolvidos. Por isso, quando o *New York Times* descreve o conjunto dos atentados realizados em Paris em 13 de novembro de 2015 como “uma noite de incompreensível barbárie contra

⁵⁷ “Body Count: Casualty Figures after 10 years of the ‘War on Terror’ in Iraq, Afghanistan and Pakistan”. Disponível em: <http://www.psr.org/assets/pdfs/body-count.pdf>. Acesso em: 23/11/2017.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/sep/27/france-launches-first-airstrikes-isis-syria>. Acesso em: 23/11/2017.

uma sociedade livre e civilizada por terroristas armados” (linhas 2 e 3), entendemos que devemos pensar essas adjetivações (“incomparável barbárie”, “livre e civilizada”) em comparação, por exemplo, ao atentado que matou 43 pessoas em Beirute, apenas um dia antes dos ataques em Paris, de autoria do mesmo Estado Islâmico – e que não foi contemplado pela coluna editorial do *New York Times*. Ou em comparação com o estudo que analisou uma série de ataques por *drone* planejados pelo exército norte-americano para matar 41 suspeitos de terrorismo, mas que culminaram na morte de 1.147 pessoas⁵⁹.

Voltando à nossa análise, o segundo parágrafo mantém os moldes do discurso narrativo e reforça tanto o ambiente de guerra quanto a ameaça futura à França, ao reproduzir a declaração do Estado Islâmico (ou, como articula o jornal, a “promessa”) de que este seria “apenas o início da tempestade” para punir a França pelos ataques aéreos na Síria e no Iraque. A dicotomia bárbaro-civilizado volta a ganhar espaço no quarto parágrafo, com a afirmação de que o EI escolhera os alvos – um estádio de futebol, uma casa de shows, restaurantes – por serem lugares onde as pessoas (“Nós”, civilizados) nos reunimos para desfrutar das liberdades e prazeres que o Estado Islâmico (“Eles”, bárbaros) odeia, ainda mais quando homens e mulheres participam juntos de tais atividades.

A categorização dos ataques como algo novo é feita em comparação com as chacinas na revista *Charlie Hebdo* e em um supermercado *kasher*, em janeiro de 2015. Segundo o editorial, os eventos de janeiro “tiveram um alvo bem definido”, enquanto esses ataques foram “de uma ordem diferente e mais abrangente [...] projetada para atacar da pessoa que exercia atividades normais, para que os franceses sentissem que não estão seguros, em qualquer lugar” (linhas 30 e 31). O pacote de leis antiterrorismo aprovado na esteira dos atentados de janeiro é positivado, descrito como uma medida necessária “para permitir que as autoridades sejam mais eficazes no rastreamento de possíveis autores de ataques” (linhas 26 e 27), apesar de uma breve concessão aos leitores preocupados com as liberdades civis (“Claramente, o estado de emergência deve ser encerrado o quanto antes”, linhas 37 e 38). No parágrafo final, o posicionamento sobre essa questão permanece obscurecido no jogo de encenação midiática. Após descrever como os franceses alinharam-se para doar sangue e abriram suas portas para pessoas que fugiam do massacre, o editorial conclui que o ataque “intensificará a determinação dos franceses contra a selvageria do Estado Islâmico, um exemplo que o mundo inteiro deveria

⁵⁹ Pesquisa realizada pelo grupo de direitos humanos do Reino Unido, Reprieve. (CALHOUN, 2015, p. 411)

seguir”. No nosso entendimento, essa determinação significa apoio incondicional às “medidas necessárias” que o governo decidir adotar.

O editorial do *The Guardian* de 15 de novembro de 2015, o primeiro a tratar dos ataques em Paris da noite do dia 13, é talvez o exemplo mais próximo daquilo que Charaudeau (2012, p. 187) descreve como “uma atitude discursiva que aposta na responsabilidade do sujeito interpretante”, ao trazer múltiplos pontos de vista e buscar coloca-los em um plano de igualdade. Mais uma vez, evidenciamos a estratégia de autoapresentação positiva e outro-apresentação negativa por meio da identificação com a vítima e com os valores canônicos do Ocidente, mas desta vez a condenação à violência alcança tanto as políticas desastrosas das nações poderosas quanto o ódio sectário do Estado Islâmico. Embora os editores também reproduzam as declarações de guerra de François Hollande, eles também advertem – com maior ênfase – para os riscos de uma resposta militar. Essa multiplicidade de pontos de vista resulta em um texto que rompe com a dicotomia imposta pelo discurso dominante da “guerra ao terror” e começam a revelar a possibilidade de um contra-argumento, organizado em torno de dois eixos argumentativos: o massacre em Paris deve ser visto não apenas como um ataque à França, mas sim aos valores europeus; a guerra contra o Estado Islâmico e o fechamento das fronteiras para refugiados são armadilhas que a França deve evitar.

A adjetivação na apresentação dos eventos, nos primeiros parágrafos, já revela uma abordagem diferente dos outros editoriais que temos visto aqui: não há nenhuma menção de um “ato maligno”, uma “barbárie insensata”, uma “ofensiva incomparável”, “negação da humanidade”, nenhuma alusão a atributos extra- ou sub-humanos dos assassinos. Os ataques ainda são qualificados e até mesmo fortemente condenados, mas isso ocorre de maneira mais comedida, como em “um ato de violência horrível” e “assassinados em circunstâncias absolutamente aterrorizantes”. Talvez pela consciência de que o discurso moralizante do bem e do mal perpetua o já citado ciclo de ataques e contra-ataques, os editores mantêm as referências aos atos violentos e a seus autores no plano criminal e não recorrem às metanarrativas ou outros elementos da memória social sobre boas guerras, guerras justas ou ameaças à civilização.

O texto reconhece que certos aspectos da vida democrática tornam as sociedades que aderem a essa forma de governo vulneráveis a ataques, mas defendem que as liberdades civis devem ser protegidas (“ainda partimos do pressuposto que a vigilância em massa de todos nós

não é nem necessária, nem efetiva”, linhas 57 e 58) e que a Europa mantenha as portas abertas (“O argumento moral para que a Europa permaneça um lugar de refúgio”, linhas 48 e 49) e o respeito para com os muçulmanos (“as sociedades europeias não defendem seus valores quando se voltam contra seus concidadãos muçulmanos – ao contrário, elas violam esses valores”). Daí verificamos que o jornal mantém um posicionamento consistente sobre os direitos e liberdades civis, e, por não buscar produzir ou reproduzir desigualdade, conclui-se que o *The Guardian* adota um discurso persuasivo, e não manipulativo, pelo menos nessa questão.

As linhas divisórias entre Nós e Eles também são esmaecidas com o reconhecimento de que a Europa e os valores europeus não são os únicos alvos do Estado Islâmico, seguido da informação sobre atentados terroristas em Beirute, na noite anterior aos de Paris, e em Bagdá, na mesma manhã (linhas 33 a 36). Os editores também elogiam os esforços diplomáticos recentes de algumas das potências globais e regionais que mantêm interesses específicos no conflito sírio (linha 70 a 71). Porém, é ao tratar da questão territorial no Oriente Médio que revelam uma certa adesão ao discurso dominante da “guerra ao terror” – a admissão de que a ação militar é “inevitável” (linha 65 a 67). É verdade que poder-se-ia argumentar que este seria um exercício da perfeita oscilação entre o discurso de engajamento e o discurso de distanciamento, trazendo o leitor para próximo do texto com a informação explícita mais alinhada com seu pensamento político para depois efetuar a manipulação com os argumentos implícitos. Porém, é mais provável que este seja um exemplo de contradiscurso que conseguiu vir à tona, talvez devido a mudanças nos modelos mentais ou, quem sabe, abalos na base comum das crenças partilhadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho surgiu de uma experiência pessoal com o objeto da pesquisa. Em 2001, eu morava em Southampton, no estado de Nova York, EUA, a cerca de 150 km de Manhattan, onde ficavam as Torres Gêmeas do World Trade Center. Acordei naquela manhã de 11 de setembro com os gritos de espanto do meu colega de casa, que assistia aos replays da cena do primeiro avião chocando-se contra a torre norte. Liguei a minha televisão e dentro de poucos minutos vi o segundo impacto ao vivo na tela. Assistíamos juntos, incrédulos como tantos outros bilhões de telespectadores naquele dia, quando, uma após a outra, as torres desmoronaram. Atônitos, nos reunimos na cozinha, tentando achar as palavras para reagir, para começar a fazer sentido daquelas cenas e das notícias que agora ouvíamos no rádio. Telefonamos para um casal de amigos que, naquela mesma manhã, começariam uma viagem de costa a costa até a Califórnia, para onde estavam de mudança – no percurso, provavelmente passariam a cerca de um quilômetro das torres. Eles estavam bem. Adiaram a viagem, sem data prevista.

Quando começou a processar as informações, meu amigo, nascido e criado no distrito nova-iorquino do Bronx, se deu conta de que os bombeiros que participaram das operações de resgate e estavam agora embaixo dos escombros haviam sido acionados de toda a região, inclusive do seu bairro de Woodlawn, no extremo norte da cidade. Logo ele foi informado que um tio e um primo seus, pai e filho, estavam desaparecidos. A princípio, os familiares não conseguiram estabelecer contato com o corpo de bombeiros devido ao congestionamento das redes de telefonia celular, mas no fim da noite foi confirmado que seu primo estava morto. No dia seguinte, nos encontramos com outros conhecidos e, durante a conversa, tive o primeiro indício da nova realidade norte-americana no pós-11 de setembro. Meu amigo, uma pessoa criada em um ambiente multicultural, crítico ferrenho das políticas intervencionistas dos governos de Ronald Reagan e Bill Clinton, disse que o país deveria “bombardear o Oriente Médio inteiro”. Poucos meses depois, a raiva diminuiu, e ele já se opunha às políticas da “guerra ao terror” declarada pelo governo Bush.

Este é apenas um relato, particular e não representativo quantitativamente, mas o considero emblemático do contexto sociopolítico dos EUA após os atentados em Washington e Nova York. Para uma grande parcela da população norte-americana, mesmo aqueles que não perderam nenhum ente querido naquela data fatídica, a raiva ainda não passou, e o desejo por

vingança foi normalizado como o novo estado de ânimo nacional – evidenciado pelo fato que, em uma pesquisa recente do Pew Research Center, 48% dos americanos afirmam concordar com o uso de tortura contra suspeitos de terrorismo⁶⁰. Neste trabalho, buscamos entender o papel do discurso das autoridades e da mídia na construção desse consenso, não apenas nos EUA como também no Reino Unido e, indiretamente, em outros aliados da campanha global contra o terrorismo.

Começamos com uma perspectiva cronológica de violência política, com o principal objetivo de demonstrar que, com a exceção do uso de novas tecnologias, o terrorismo do século XXI não tem nada de essencialmente “novo” em suas táticas, objetivos ou motivos, como muitos líderes políticos e especialistas costumam proclamar. Desde a motivação religiosa, que vimos manifestada na ação dos sicarii, ainda no primeiro século d.C., à espetacularização da violência, certamente presente no Reino do Terror francês na época da Revolução, esses elementos vêm sendo usados por atores estatais e não estatais intermitentemente ao longo de séculos. Dessa forma, concordamos com Chomsky (2002, p. 11-12), para quem as “atrocidades cometidas em 11 de setembro são algo inteiramente novo na política mundial, não em sua dimensão ou caráter, mas em relação ao alvo atingido”. O mito do excepcionalismo americano foi ferido, mas reergueu-se mais forte do que nunca, com a promessa de que “a guerra não terminará até que todo grupo terrorista de alcance global tenha sido encontrado, detido e derrotado”⁶¹.

Encontramos traços fortes desse excepcionalismo no primeiro editorial do *The New York Times*, através das estratégias de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa e da intimação aos países aliados a desempenharem seus devidos papéis na luta contra o terrorismo. Começa-se aí a construção da identidade nacional – que depois se expande em identidade “ocidental” – em oposição ao Outro terrorista, bárbaro, maligno. No *The Guardian*, observamos um forte apelo à memória social da Segunda Guerra, buscando ao mesmo tempo enfatizar a resiliência do caráter britânico e a estreita aliança com os Estados Unidos, preparando o público leitor para o apoio militar que seria oferecido aos norte-americanos. As

⁶⁰ PEW RESEARCH CENTER. “Americans divided in views of use of torture in U.S. anti-terror efforts”. 26 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.pewresearch.org/fact-tank/2017/01/26/americans-divided-in-views-of-use-of-torture-in-u-s-anti-terror-efforts/>. Acesso em: 27/11/2017.

⁶¹ U.S. DEPARTMENT OF STATE. “Terrorists and Terrorism”. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/coalition/terr/index.htm>. Acesso em: 27/11/2017.

ferramentas da Análise Crítica do Discurso proporcionaram uma referência teórica fundamental para analisarmos essas marcas ideológicas no discurso da “guerra ao terror” e concluirmos que esse discurso visa a reprodução do poder de grupos dominantes.

Na busca por uma resposta filosófica ao terror, encontramos as identidades absolutas dos discursos totalizantes dos terroristas e da “guerra ao terror” – o Nós e Eles dos editoriais – como resultado da objetificação dos entes. Um caminho alternativo seria a proposta heideggeriana de um *comum-pertencer*, que nos revela a possibilidade de pensarmos em copertinência, na identidade como geradora de multiplicidades, em vez de buscarmos representar tudo em mediações. O conceito de “autoimunidade” de Derrida também dialoga com os editoriais ao falar da tensão entre democracia e soberania – ou seja, entre defender a diversidade e fechar as fronteiras para o “inimigo”. Ativando seus sistemas imunológicos para protegerem-se da destruição, os governos democráticos buscam uniformizar e eliminar as multiplicidades tão essenciais à saúde da democracia. A pluralidade das demonstrações deve ser contida e restrita em nome da sociedade soberana: “o povo” ou “uma nação”.

Por fim, seria omissos se não mencionasse a contribuição da produção acadêmica dos pesquisadores do campo dos Estudos Críticos do Terrorismo para este trabalho. A leitura desses autores forneceu um embasamento factual indispensável para desbancar a falácia de alguns dos argumentos centrais do discurso da “guerra ao terror” e reafirmou a necessidade de difundir contranarrativas sólidas, seja no meio acadêmico, jornalístico ou político. Esse campo ainda apontou possíveis caminhos para a continuação da pesquisa, incluindo debates emergentes sobre a relação entre o terrorismo e os meios de comunicação, tais como: quais tipos de imagens, textos, gráficos etc. são usados na cobertura do terrorismo, e como isso muda conforme as tecnologias da comunicação se transformam?; quais são as diferenças na cobertura de acordo com a proximidade geográfica ou cultural do veículo, considerando a natureza global e instantânea das mídias contemporâneas?

6. REFERÊNCIAS

- BARTLETT, W.B. *Assassinos. A História da Seita Secreta do Islã Medieval*. Trad. Sílvia Spada. São Paulo: Madras, 2007.
- BOGÉA, Diogo Barros. *Metafísica da vontade, metafísica do impossível: A dimensão pulsional como terceiro excluído*. Orientador: Prof. Paulo Cesar Duque-Estrada. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 292, 2016.
- BORRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Jürgen Habermas e Jacques Derrida*. Tradução: Roberto Mugatti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004
- BUCK-MORSS, Susan. *Thinking past terror: Islamism and critical theory on the left*. London: Verso, 2003.
- CALHOUN, Laurie. “Targeted Killing and Drone Warfare”. In: JACKSON, Richard (org.). *Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies*. New York: Routledge, 2016. pp. 403-424.
- CARDOSO, Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues. “Os Impactos da Globalização no Terrorismo”. In: BORGES, Rosa Maria Zaia; DO AMARAL, Augusto Jobim; DE LIMA PEREIRA, Gustavo Oliveira (orgs.). *Direitos humanos e terrorismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. pp. 127-154.
- CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. Tradução de Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002
- D’AMARAL, Marcio Tavares. *Comunicação e diferença: uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- D’AMARAL, Marcio Tavares. “Sobre tempos e história: o paradoxo pós-moderno”. In: SANTORO, Fernando; FOGEL, Gilvan; AMARAL, Gisele; SCHUBACK, Márcia C. (orgs.). *Pensamento no Brasil - Emmanuel Carneiro Leão*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Hexis – Fundação Biblioteca Nacional, 2010, v. 1, pp. 351-369.
- DA SILVA, Luís Carlos Lemos. “As dimensões fundamentais da abertura humana ao transcendente (deus) à luz da Antropologia Filosófica de Henrique Claudio de Lima Vaz”. In: *Fragmentos de Cultura*, v. 26, n. 4, 2016, 2016. pp. 531-538.
- DE GRAAF, Beatrice. *Counter-terrorism and conspiracy: historicizing the struggle against terrorism*. In: LAW, Randall D. (Org.). *The Routledge History of Terrorism*. New York: Routledge, 2015. pp. 411-427.
- DE PAULA, Guilherme Tadeu. *Terrorismo, um conceito político*. Orientador: Javier Amadeo. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2013.
- DILLINGER, Johannes. *Tyrannicide From Ancient Greece and Rome to the Crisis of the Seventeenth Century*. In: LAW, Randall D. (Org.). *The Routledge History of Terrorism*. New York: Routledge, 2015. pp. 15-27.
- DUARTE, André. “Heidegger e a técnica”. In: DE FIGUEIREDO, Vinicius. *Filósofos na sala de aula*. v. 3. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2008. pp. 202-245.

DUARTE, Pedro. *Violência na mudança e mudança na violência*. In: NOVAES, Adauto. *Mutações: fontes passionais da violência*. São Paulo: Edições Sesc, 2015. pp. 11-33.

DUYVESTYEN, I., and MALKKI, L. “The Fallacy of the New Terrorism Thesis”. In: JACKSON, R., SINCLAIR, S. (Orgs.). *Contemporary Debates on Terrorism*. Abingdon: Routledge, 2012. pp. 35–42.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2012.

GIROUX, Henry. “ISIS and the spectacle of terrorism: Resisting mainstream workstations of fear”. *Philosophers for Change*, 2 de junho de 2014. Disponível em: <https://philosophersforchange.org/2014/10/07/isis-and-the-spectacle-of-terrorism-resisting-mainstream-workstations-of-fear/>. Acesso em: 14/06/2017.

HAGENLOGH, Paul M. “State Terrorism in Early Twentieth-Century Europe”. In: LAW, Randall D. (Org.). *The Routledge History of Terrorism*. New York: Routledge, 2015. pp. 159-177.

HEIDEGGER, Martin. *Conferências e escritos filosóficos*. Série: Os Pensadores. Tradução de Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HEIDEGGER, Martin. *Ensaio e conferências*. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Marcia Sá Cavalcante Schuback. 8ª edição. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

HEIDEGGER, Martin. *Identity and Difference*. Tradução de Joan Stambaugh. New York: Harper and Row, 1969.

HOLLAND, Jack. “The Language of Counterterrorism”. In: JACKSON, Richard (org.). *Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies*. New York: Routledge, 2016. pp. 426-448.

HUNTINGTON, Samuel P. *Choque de Civilizações: a recomposição da ordem mundial*. Trad. M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUGHES, Geraint. “International Terrorism”. In: LAW, Randall D. (Org.). *The Routledge History of Terrorism*. New York: Routledge, 2015. pp. 383-396.

JALATA, Asafa. *Phases of terrorism in the age of globalization: From Christopher Columbus to Osama bin Laden*. London: Springer, 2016.

JACKSON, Richard. “Language Power and Politics: Critical Discourse Analysis and the War on Terrorism”. In: *49th Parallel*, 1, 2005a. Disponível em: <https://fortyninthparalleljournal.files.wordpress.com/2014/07/1-jackson-language-power-and-politics.pdf>. Acesso em: 07/09/2017.

JACKSON, Richard. “Security, Democracy, and the Rhetoric of Counter-Terrorism”. In: *Democracy and Security*, v. 1, n. 2, 2005b. pp. 147-171. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17419160500322517?journalCode=fdas20>. Acesso em: 20/11/2017.

JACKSON, Richard. “Religion, politics and terrorism: a critical analysis of narratives of “Islamic terrorism””. In: *Centre for International Politics Working Paper Series*, v. 21, 2006. pp. 1-22. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Richard_Jackson22/publication/228480802_Religion_po

litics_and_terrorism_a_critical_analysis_of_narratives_of_Islamic_terrorism/links/555da16108ae8c0cab2ad850.pdf. Acesso em: 16/06/2017.

JARVIS, Lee. “Critical Terrorism Studies after 9/11”. In: JACKSON, Richard (org.). *Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies*. New York: Routledge, 2016. pp. 68-91.

JENKINS, Brian M. “International Terrorism: Trends and Potentialities”. In: *Journal of International Affairs*, v. 32, n. 1, 1978. pp. 115-123. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24356775>. Acesso em: 28/11/2017.

JENSEN, Richard B. “Anarchist terrorism and counter-terrorism in Europe and the world, 1878–1934”. In: LAW, Randall D. (Org.). *The Routledge History of Terrorism*. New York: Routledge, 2015. pp. 111-129.

LAQUEUR, Walter. *A history of terrorism*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2002.

LAW, Randall D. “Introduction”. In: LAW, Randall D. (Org.). *The Routledge History of Terrorism*. New York: Routledge, 2015. pp. 1-12.

LEÃO, Carneiro. *Aprendendo a Pensar*. Volume I. Petrópolis: Vozes, 1977.

LEWIS, Bernard. *The Assassins. A Radical Sect in Islam*. New York: Basic Books, 2003.

MÄNNIK, Erik. “Terrorism: Its Past, Present and Future Prospects”. In: *ENDC Proceedings*. v. 12, 2009. pp. 151-171.

MITCHELL, Andrew J. “Heidegger and terrorism”. In: *Research in Phenomenology*. v. 35, n. 1, 2005. pp. 181-218. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233651168_Heidegger_and_Terrorism.

MITCHELL, W. J. T. “Picturing terror: Derrida’s autoimmunity.” In: *Critical Inquiry*. v. 33, n. 2, 2007. pp. 277-290.

MUELLER, John E.; STEWART, Mark G. *Terror, Security, and Money: Balancing the Risks, Benefits, and Costs of Homeland Security*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MURSHED, Syed M. “The Crescent and the Cross”. In: BARKER, J. Paul (Org.). *The Clash of Civilizations: Twenty Years On*. e-International Relations, Bristol: 2013. pp. 20-27.

NOWRASTEH, Alex. 2016. *Terrorism and Immigration: A Risk Analysis*. Washington, DC: Cato Institute. Disponível em: <https://www.cato.org/publications/policy-analysis/terrorism-immigration-risk-analysis>. Acesso em: 20/11/2017.

PARKER, Tom; SITTER, Nick. “The Four Horsemen of Terrorism: It’s Not Waves, It’s Strains”. In: *Terrorism and Political Violence*, v. 28, n. 2, 2016. pp. 197-216.

RABELLO, Aline Louro de Souza e Silva. *O conceito de terrorismo nos jornais americanos: uma análise de textos do New York Times e do Washington Post, logo após os atentados de 11 de setembro*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. Orientadora: Mônica Herz.

RAPPORT, Mike. *The French Revolution and Early European Revolutionary Terrorism*. In: LAW, Randall D. (Org.). *The Routledge History of Terrorism*. New York: Routledge, 2015. pp. 63-76.

SAUL, Ben. "Attempts to define 'terrorism' in international law". In: *Netherlands International Law Review*, v. 52.1, 2005. pp. 57-84. Disponível em: <http://www.cicte.oas.org/olat/documents/defining%20terrorism%20in%20international%20law.pdf>. Acesso em: 16/06/2017.

SAUNDERS, Robert A. *Media and Terrorism*. In: LAW, Randall D. (Org.). *The Routledge History of Terrorism*. New York: Routledge, 2015. pp. 428-441.

SHANAHAN, Timothy. "The definition of terrorism". In: JACKSON, Richard (org.). *Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies*. New York: Routledge, 2016. pp. 223-246.

SCHLESINGER, Philip; MURDOCK, Graham; ELLIOTT, Philip R. C. *Televising 'terrorism': political violence in popular culture*. London: Comedia, 1983

SIMAS, Ana Carolina B. F. *Comunicação e diferença: Estudos em comunicação colaborativa para a sustentabilidade comunitária*. Orientador: Marcio Tavares d'Amaral. Tese de doutorado em Comunicação e Cultura – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

SPENCER, Alexander. "New vs. Old Terrorism". In: JACKSON, Richard (Org.). *The Routledge Handbook of Terrorism Studies*. New York: Routledge, 2016. pp. 269-290.

STAMPNITZKY, Lisa. "The Emergence of Terrorism Studies as a Field". In: JACKSON, Richard (Org.). *The Routledge Handbook of Terrorism Studies*. New York: Routledge, 2016. pp. 45-67.

TAYLOR, Donathan; GAUTRON, Yannick. *Pre-Modern Terrorism: The cases of the Sicarii and the Assassins*. In: LAW, Randall D. (Org.). *The Routledge History of Terrorism*. In: New York: Routledge, 2016. pp. 28-45.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. Org.: Judith Hoffnagel, Karina Falcone. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

VON CLAUSEWITZ, Carl. *Da guerra*. Tradução: Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>. Acesso em: 24/11/2017.

ZULAIKA, Joseba. "The real and the bluff: on the ontology of terrorism". In: LAW, Randall D. (Org.). *The Routledge History of Terrorism*. In: New York: Routledge, 2016. pp. 92-112.

7. ANEXOS

Anexo 1. Escala de consistência ideológica – Pew Research Center⁶²

Items in the Ideological Consistency Scale

Question #	Conservative Position	[OR]	Liberal Position
Q25a	Government is almost always wasteful and inefficient		Government often does a better job than people give it credit for
Q25b	Government regulation of business usually does more harm than good		Government regulation of business is necessary to protect the public interest
Q25c	Poor people today have it easy because they can get government benefits without doing anything in return		Poor people have hard lives because government benefits don't go far enough to help them live decently
Q25d	The government today can't afford to do much more to help the needy		The government should do more to help needy Americans, even if it means going deeper into debt
Q25f	Blacks who can't get ahead in this country are mostly responsible for their own condition		Racial discrimination is the main reason why many black people can't get ahead these days
Q25g	Immigrants today are a burden on our country because they take our jobs, housing and health care		Immigrants today strengthen our country because of their hard work and talents
Q25i	The best way to ensure peace is through military strength		Good diplomacy is the best way to ensure peace
Q25n	Most corporations make a fair and reasonable amount of profit		Business corporations make too much profit
Q50r	Stricter environmental laws and regulations cost too many jobs and hurt the economy		Stricter environmental laws and regulations are worth the cost
Q50u	Homosexuality should be discouraged by society		Homosexuality should be accepted by society

Source: 2014 Political Polarization in the American Public.

PEW RESEARCH CENTER

Itens na escala de consistência ideológica		
Questão n°	Posicionamento conservador	[OU] Posicionamento liberal
Q25a	O governo quase sempre é ineficiente e desperdiça muitos recursos	O governo faz um trabalho melhor do que as pessoas dizem
Q25b	A regulamentação do setor empresarial por parte do governo geralmente faz mais mal do que bem	A regulamentação do setor empresarial por parte do governo é necessária para proteger o interesse público
Q25c	A vida dos pobres hoje é fácil porque têm acesso a benefícios do governo sem que tenham que fazer nada em retorno	A vida dos pobres é difícil porque os benefícios do governo não são suficientes para levar um padrão de vida razoável.
Q25d	Atualmente, o governo não dispõe dos recursos para ajudar as pessoas carentes.	O governo deveria fazer mais para ajudar as pessoas carentes, mesmo que isso significa aumentar a dívida pública.
Q25f	Em nosso país, negros que não conseguem subir na vida são responsáveis por sua condição.	Atualmente, a discriminação racial é o principal motivo impedindo negros de subir na vida.
Q25g	Os imigrantes são um peso para o nosso país porque eles roubam nossos empregos, moradia e serviços de saúde.	Atualmente, os imigrantes fortalecem nosso país com sua ética de trabalho e seus talentos.
Q25i	A melhor maneira de garantir a paz é pela força.	A boa diplomacia é a melhor maneira de garantir a paz.
Q25n	A maioria das grandes empresas tem um lucro justo e razoável.	As grandes empresas lucram demais.
Q50r	Leis e regulamentações ambientais mais rígidas têm um impacto negativo na economia e no desemprego	Leis e regulamentações ambientais mais rígidas são necessárias, apesar do impacto econômico.
Q50u	A sociedade deveria desencorajar a homossexualidade.	A sociedade deveria aceitar a homossexualidade.
Fonte: 2014 Political Polarization in the American Public		
Pew Research Center		

⁶² Disponível em: <http://www.people-press.org/2014/06/12/appendix-a-the-ideological-consistency-scale/pp-2014-06-12-polarization-a1-01/>. Acesso em: 24/11/2017.

The War Against America; The National Defense

As the nation assays the horrific human and physical losses of yesterday's brutally efficient terrorist attacks, it must also begin the urgent work of determining how an open and democratic society can better defend itself against a threat that conventional armies and weapons cannot defeat.

Terrorism is not new, but the scale and audacity of the attacks in New York and Washington make it obvious that familiar defensive strategies are inadequate and that the fight against terror must move from the periphery to the center of American national security planning and operations. An unconventional and frightening assault on the American homeland has commenced. The American people and their leaders must mobilize the resources to meet it.

This cannot be just another moment when the president declares that the United States is unbreakable, when American military forces strike back ineffectually and when airport security is tightened for a month or two. It must be the occasion for a fundamental reassessment of intelligence and defense activities. There must be an exacting examination of how the country can face this threat without sacrificing its liberties.

The best defense against terrorism is good, timely intelligence. The Central Intelligence Agency and other organizations have enjoyed some quiet victories, but much more must be done to try to infiltrate terrorist groups and to track their activities and communications. No one suggests this is easy or inexpensive work, but for the nearly \$30 billion that Washington spends on spying, the nation should know more about terror networks and their plots. If more money can be usefully invested in these efforts, it can be provided by Congress.

When retaliation is warranted, as it will be in this case once the organizers have been identified, Washington needs light but lethal weapons to attack terrorist compounds in remote locations. Cruise missiles can be effective, but even more accurate weapons may be needed that can be used in coordination with enhanced intelligence information.

When Washington has prepared to act in the past it has often been stymied by faint-hearted allies. Some of America's closest friends have found it more useful to do business with countries that have either supported terrorists on their soil, been indifferent to them or been too afraid to go after them. America must let its economic partners and allies know that they can no longer stay on the sidelines of this global conflict.

While the United States must retain its conventional and nuclear war-fighting machinery, the government needs to consider a reallocation of resources to homeland defenses against unorthodox threats. That was the largely ignored recommendation of a national commission headed by former Senators Gary Hart and Warren Rudman that early this year noted that the relative invulnerability of the nation to catastrophic attack could soon end because of terrorist threats.

When all that suicidal terrorists need to crumble the twin towers of the World Trade center are airplane tickets from Boston to Los Angeles, it seems reasonable to wonder again why a missile shield should be Washington's highest priority.

Tightened airport security seems such a painfully obvious way to enhance homeland security after yesterday's strikes, all of which used hijacked commercial airliners as deadly weapons. A nation with the resources and technological skills of the United States can develop detection systems that are far more sophisticated than those normally in use today. Indeed, there are already machines that can detect plastic explosives and other non-metallic devices, but they have been installed in only a few airports because they are expensive and deemed an inconvenience.

Americans must rethink how to safeguard the country without bartering away the rights and privileges of the free society that we are defending. The temptation will be great in the days ahead to write

⁶³ Disponível em: <http://www.nytimes.com/2001/09/12/opinion/the-war-against-america-the-national-defense.html>. Acesso em: 24/11/2017.

draconian new laws that give law enforcement agencies – or even military forces – a right to undermine the civil liberties that shape the character of the United States. President Bush and Congress must carefully balance the need for heightened security with the need to protect the constitutional rights of Americans. That includes Americans of Islamic descent, who could now easily become the target for another period of American xenophobia and ethnic discrimination.

Terrorism is a global threat. Part of the challenge for the United States is to recognize that the roots of terrorism lie in economic and political problems in large parts of the world. The end of the cold war has brought a resurgence of ethnic hatreds that were often stilled by the superpower conflicts between East and West.

The United States must therefore be adroit as well as strong. It will not be easy to address religious fanaticism or the anger among those left behind by globalization. The distaste of Western civilization and cultural values that fuels terrorism is difficult to overcome.

Americans have long known that these resentments existed. The nation must now recognize and address the fact that hatred has turned into a malignant threat that can destabilize the underpinnings of the world economy and civil society. The World Trade Center was not just a symbol of American prosperity. It was an economic nerve center.

As horrible as it is to imagine, the United States must also consider a future in which the assaults carried out yesterday may be overshadowed by even more lethal nuclear, biological or chemical attacks by terrorists. We have long known that these dangers could be part of our future. It is now clear they may be nearer than most people thought. A concerted national effort to remake the nation's defenses must begin immediately.

Anexo 3. Editorial do *The Guardian*, 12/9/2001⁶⁴:

The sum of all our fears

Even in its agony, America must stay cool

The United States was plunged into a state of war yesterday by an enemy it could not see. Unlike other conflicts in which the US has engaged, there were no klaxons this time, no air raid sirens, no open declaration of hostilities, no ultimatum, nor any prior expression of intent.

This was no mere car bombing, no sneak attack on a US warship or embassy, nor a lone gunman's targeting of an American diplomat or businessman. Yesterday's offensive was simply unparalleled. It came, without a trace of a warning, on multiple targets chosen for their paramount symbolic value, and was clearly, pitilessly designed to cause the maximum damage, the highest possible number of casualties, and the greatest achievable degree of terror.

Even the sailors of the US Pacific Fleet at Pearl Harbour in 1941 discovered, too late, who was attacking them. When they realised what was happening, they knew why. And they knew what they had to do in response. A chief part of the horror of yesterday's truly appalling, awesome events was the lack of a face or a name, the lack of meaning – the lack of reason. But terrorism has never been a rational activity. It is by definition a negation of humanity, the opposite of life, sense, and sensibility.

It is, as the US secretary of state, Colin Powell, said in a speech last April, "a persistent disease". To those many, still unknown numbers of Americans who died yesterday, to those who were injured, and to those who will suffer the consequences of this mass murder for the rest of their lives, we offer our deep sympathy. To those who carried out these cowardly attacks, we offer only our contempt – and the heartfelt conviction that Britain and the British people, no strangers to terrorist outrages, will do all in their power to assist the American government in finding those who are responsible. The United States, its government, and its people did not deserve this. For this day of carnage and tears there can be no justification or excuse.

It was, as the sequence of horror first began to unfold across New York's skyline, initially unbelievable. As if in some far-fetched Hollywood disaster movie, reports came in of an explosion at the World Trade Centre, possibly caused by a plane. Then, as the cameras arrived and the live television commentary began, another plane seemed to come from nowhere. "The second plane curved in from the west and appeared to aim straight at the second tower and hit it just below the level of the first impact... it was being aimed deliberately at the target," said one reporter at the scene.

Suddenly, a fireball erupted from the second tower and both skyscrapers were on fire. People jumped from the burning upper floors, driven to their deaths by excoriating flames. As each person fell, a great, screaming wail went up from those below. But this, it transpired, was just the beginning.

Within minutes, the Pentagon in Washington was on fire. Another hijacked plane had plunged straight at it. Some reports said defence chiefs had been alerted that the aircraft was heading their way. But even the most powerful military in the world could do nothing to stop it. Soon after that, a bomb exploded at the State Department, and full-scale evacuations were under way at the White House, Treasury, and other buildings in the heartland of America's federal government.

The airline system was shut down, cities from Chicago to Los Angeles to Miami went on full-scale alert, and normal business from Wall Street downwards came to a halt. Even that greatest of all American symbols, the presidency - embodied at this moment by George Bush – seemed shaken, unnerved, and at a loss for words.

Far from being a Hollywood director's fantasy, it was all horribly real. It was indeed the sum of all fears. As emergency services in New York scrambled across Manhattan, debris from the wounded towers created a new hazard. Panic swept the streets as people struggled to clear the area. And with good reason. One after the other, with a dread inevitability, the World Trade Centre 'scrapers toppled and crashed to

⁶⁴ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2001/sep/12/september11.britainand911>. Acesso em: 24/11/2017.

the ground. What the renegade Saudi millionaire terrorist, Osama bin Laden, and his fanatical Islamic fundamentalist followers had tried to do in February, 1993, had now finally been achieved. If ever the world needed a symbol of the potency of the threat that confronts us all, here it was as frightful actuality. That moment of collapse will be remembered for years to come, as the moment when international terrorism became, without question, the primary menace to global security. If these men of blood can reach out into America's front yard and wreak desperate havoc with such apparent impunity, then who among us is safe?

That is merely one of the many questions that now come to the fore with an urgency borne of grief and a rising tide of anger. Another is whether the US government could have prevented the attacks.

It is not as though it was unaware of the problem; it is not a question of complacency. The State Department has long charted and plotted the numerous terrorist groups that inhabit all corners of the globe, from Northern Ireland to the Philippines, and which could (in theory) mount attacks against the US at home. It publishes annually a list of "state sponsors" of terrorism which includes countries such as Iraq, Iran, Libya and Sudan but also, in recent years, Afghanistan, Bin Laden's adopted home.

Last May, Mr Bush placed his vice-president, Dick Cheney, in personal charge of counter-terrorism efforts in the US mainland and created a new national agency, the National Preparedness Office, to coordinate federal emergency responses and intelligence-gathering. The FBI, the CIA, the Pentagon's Defence Intelligence Agency, and the National Security Agency already command vast budgets and deploy enormous resources to keep track of potential threats. But yesterday, none of this worked. There was not a sniff of what was coming, not a hope in hell. Not a single fighter was scrambled as the hijacked planes loomed, it seems; not a bomber was seen, let alone caught. Once again, the lesson was clear. Suicidal terrorism against civilian targets is all but unstoppable, whether you are an Afghan resistance fighter such as Ahmad Shah Masood, an Israeli policeman, or the most powerful country in the world. That is not to say that terrorism cannot be curbed, or that its perpetrators cannot be found and punished. The next, perhaps biggest question, even as the New York ruins are combed and sifted for signs of unextinguished life, is who?

Mr Masood is relevant to this inquiry, being himself a recent, probable victim of the Bin Laden terror network and its Taliban and Arab supporters. Three weeks ago, Bin Laden boasted that he was planning to attack American interests in a supposedly "unprecedented" manner. Such threats have been made before. And others yesterday were named as possible suspects, including the militants of Islamic Jihad, one of Israel's principal tormentors. But Bin Laden has the track record.

He has attacked on US territory before – the 1993 Trade Centre bombing. His attacks on US embassies in Kenya and Tanzania in 1998 were bloody in the extreme; hundreds died. He is widely believed to have organised the attack last year on the USS Cole, an American warship visiting Yemen. Bin Laden has long been regarded by the Americans as their most powerful, non-state opponent. He has the cash, he has the resources, and he has the sort of blind ruthlessness and self-righteousness that is required for such inhumanity. And if Bin Laden is the most likely suspect, that, in a perverse sort of way, may be a blessing in disguise.

The thought that Saddam Hussein's Iraq, or another "rogue state", were behind the attacks is indeed chilling. That, if proven, could provoke a full-scale American war of reprisal with consequences that would be truly worldwide. Another mercy, on a day of little compassion, is the fact that neither chemical nor biological weapons were used in New York or Washington. They might have been and, it has to be said, Mr Bush's flagship defence plan – national missile defence – would have been powerless to stop it. Effective, worldwide curbs on the proliferation of weapons of mass destruction and of conventional weapons, including small arms, is something to which the Bush White House must now pay much more attention.

The hurt that all Americans must feel today cannot be underestimated. Two immediate dangers arise. One is that, wounded, bewildered, and convinced that the world is its enemy, America will draw back into itself. Too often in recent months, the US has seemed at odds with its friends and partners on a range of issues, big and small. But an even greater unilateralism, even a growing siege mentality, is to be avoided at all costs. It would be a victory for the terrorists.

Likewise, American over-reaction, especially of the military variety, must be guarded against. The temptation right now is to make somebody pay. And pay... and pay... and pay. Take a deep breath, America. Keep cool. And keep control.

Anexo 4. Editorial do *The New York Times*, 08/07/2005⁶⁵:

London Under Attack

We watched the scenes of mass murder in the heart of London yesterday with a cascade of emotions, starting with raw outrage. Memories of Sept. 11, 2001, flooded back – the slow realization of the magnitude of that crime, the nagging worry that we had not seen the end of it. The images were tragically familiar: the bloodied faces as survivors trudged to the light through smoky darkness, screaming sirens and terrified onlookers.

But the familiarity does nothing to mitigate the pain of those who lost loved ones, of the many injured and of the millions of Londoners who watched as the weekday morning calm in their city was shattered by the bestiality of people capable of setting off bombs in packed subway trains and a crowded bus.

The anger and pain mixed with admiration for the strength and calm of those who live in a place that has seen more than its share of domestic tragedy: the bombings by Nazi warplanes more than a half-century ago, and the mindless terrorism of Irish militants more recently.

Sadly, this attack came just at a moment when there were glimmers of hope and unity. The day before, London had won the right to be host of the Olympics, that great display of international understanding and peaceful competition. And on the morning of the bombings, Prime Minister Tony Blair, President Bush and the leaders of six other rich and powerful nations were meeting in Scotland to work out a common plan to help those who live in despair in places like Africa, where poverty and disease breed resentment among those who have nothing for those who have so much. That juxtaposition of hope and fear is an integral weapon of the terrorist, who seeks not only to destroy life and property but also to disrupt our lives in ways that bring more destruction.

Fear was another inescapable response – the natural fear that this kind of attack, carried out by people with no regard for their own lives or anyone else's, could happen anywhere.

That fear has already led to questions about why the British security agencies did not anticipate the attacks, why the wealthy nations have not done enough about the root causes of terrorism and why Al Qaeda and Osama bin Laden continue to function after almost four years of the so-called war on terrorism. Many will wonder why the United States is mired in Iraq while Al Qaeda's leader still roams free.

There are no easy answers to these questions, just as there is no easy defense against acts of terrorism. What ordinary people can do is to carry on. Just as the world leaders kept meeting in Scotland yesterday, we can go back into the subway (and the London Underground when it is reopened), back onto the streets and back to work.

⁶⁵ Disponível em: http://www.nytimes.com/2005/07/08/opinion/london-under-attack.html?_r=0. Acesso em: 24/11/2017.

In the face of danger

“As I write, highly civilised human beings are flying overhead, trying to kill me,” wrote George Orwell at the height of the second world war Blitz. Londoners have lived with the fear of many such waves of unseen enemies over the years. Less than a mile from this newspaper’s offices, for example, is the site of the Clerkenwell bombing of 1867, in which Irish Fenians tried to blow their way into a prison to rescue two of their comrades, but instead succeeded in demolishing a row of houses killing 12 local people and injuring 126. A Peabody building immediately across the road was reduced to rubble by the Luftwaffe, killing some of the 43,000 British civilians who died in the Blitz. During the 1970s and 1980s Londoners became hardened to repeated bombs placed by the Provisional IRA. And now yesterday, just a few minutes’ walk from this newspaper, Londoners riding to work on the Piccadilly line south of King’s Cross and others in a number 30 bus making its way past Russell Square in the rush hour were attacked cruelly and without warning as part of a coordinated assault which was intended to kill – and which did so, murdering and injuring dozens of working Londoners without discrimination.

Just like their predecessors in the face of those earlier horrors, today’s generation of Londoners responded to this latest unprovoked act of evil – which in terms of lost lives seems to have been the deadliest act of terrorism in our modern history – with a combination of calm and courage. This was, we have repeatedly been warned by police and security chiefs, an event which was likely to happen one day. When it came, it seemed to be accepted without bitterness. Within minutes of the first reports of the explosions on the tube, emergency plans went quickly into action. Down in the dark, in spite of smoke, debris, death and danger, passengers were evacuated, mostly without hysteria, by emergency services implementing well-rehearsed operations. Up on the streets, as the transport system ground to a halt, tens of thousands walked on uncomplainingly to their work through the streets in the morning rain. The stock market, which dipped at first, recovered its nerve later – the City providing a metaphor for the city as a whole. As in New York on September 11 2001 and in Madrid on March 11 last year, much larger events with which comparisons must nevertheless now be drawn, the main stories of London on July 7 2005, are not merely of individual tragedy, but also of individual heroism and bloody-minded determination.

Less than 24 hours before the bombs went off, London won a golden accolade from the rest of the world because it offered them an Olympic Games based on hope and inclusiveness towards all races, creeds and nations. As Ken Livingstone said yesterday, these bombs were a direct assault on that noble and admirable vision. This was not an attack on the rulers or the powerful. It was, as the mayor and the city’s faith leaders all said in their different ways, an attack on ordinary Londoners, men and women, young and old, black and white, Christian and Muslim, Hindu and Jew who all abhor such violence. The Chief Rabbi surely got it right when he said yesterday that the bombings were the rage of the angry against the defenceless and the innocent. Yet the important thing was that rage was not met with rage. London has won the Olympics because it is an open and tolerant city. The way Londoners responded to the vicious attacks on them has vindicated the Olympians’ confidence.

World leaders gathered at Gleneagles for the G8 summit were quick to draw the contrast between the message of hate in yesterday’s bombings and the message of hope the leaders still claim will emerge from their talks in Scotland today. They were right to highlight the chasm between the barbarism of the bombers’ actions and the continuing efforts this week to tackle African poverty and the effects of climate change. Equally, it is important to keep in mind the anger within the Muslim and Arab worlds over the

⁶⁶ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2005/jul/08/terrorism.july71>. Acesso em: 24/11/2017.

actions of some of those countries represented at Gleneagles. Robin Cook, elsewhere on these pages, will speak for many when he writes: “President Bush is given to justifying the invasion of Iraq on the grounds that by fighting terrorism abroad it protects the west from having to fight terrorists at home. Whatever else can be said in defence of the war in Iraq today, it cannot be claimed that it has protected us from terrorism on our soil.”

The terror of the past was ultimately political. It was a means to an end. We could either defeat it, submit to it or negotiate with it. Terror like yesterday’s is more elusive and less formal. It is not a movement or an army in any traditional sense. Its sense of itself is apocalyptic rather than political. Its demands are therefore difficult to meet, even if negotiation was either practicable or acceptable. Fighting this kind of terrorism therefore calls for a permanent combination of smart strategies – the protection and security of communities and societies that are its potential victims alongside a recognition of the need to drain what can be drained from the reservoir of grievances from which the terrorists draw strength.

Yesterday was a dark day, when infamous acts were carried out by dangerous people. The killers, if they are still alive, must be brought to justice and we have no alternative but to keep our guard up against the likelihood that there are others plotting to repeat the assaults. Mr Blair was right to insist that our determination to defend our values and our way of life should be indomitable. That certainly means implacability in the face of the direct threat from the terrorist enemy. It means keen policing and long-term intelligence work. But it also involves trying to understand why people are drawn to commit such infamous and evil deeds, not merely tightening security to prevent them from happening again. And it means sticking resolutely to all the values that make an open society so worth living in, including tolerance and civil liberty. In the end, as Mr Bush and Mr Blair each said, it is the contrast that counts. This is a conflict of values. But it is not just the contrast between the hate of the terrorists and the labours of the world leaders that will turn the tide. It is the contrast between the anger of the terrorists and the decency of ordinary people, as Londoners so powerfully showed yesterday.

Anexo 6. Editorial do *The New York Times*, 14/11/2015⁶⁷:

Terror in Paris

On Saturday morning, after an evening of incomprehensible barbarism against a free and civilized society by armed terrorists, President François Hollande of France declared the attacks an act of war. More than 125 people were slaughtered in multiple venues in Paris — in a concert hall, at several restaurants, near a sports stadium, on the street. Mr. Hollande declared a nationwide state of emergency, imposed checks at all of France’s borders, and called in the army to protect the city.

The Islamic State terrorist group has claimed responsibility, and vowed that this was “only the beginning of the storm” to punish France for its airstrikes against the Islamic State in Syria and Iraq.

This attack, Mr. Hollande said, was “against France, against the values that we defend everywhere in the world, against what we are: a free country that means something to the entire planet.” He vowed that France would respond, using “all the necessary means, and on all terrains, inside and outside, in coordination with our allies, who are, themselves, targeted by this terrorist threat.”

The targets — the Stade de France sports stadium where Mr. Hollande and thousands of other fans were watching a soccer match between the national teams of France and Germany, popular restaurants in the hip neighborhoods around the Canal Saint Martin and the Bastille, and the Bataclan music venue packed with concertgoers there to hear the American band Eagles of Death Metal — seemed selected because they were places where people freely gathered to enjoy the public pleasures the Islamic State hates: sports, music, wine and food shared by men and women together.

It is less than a year since Paris was shaken by the attacks in January on the Charlie Hebdo magazine staff and a kosher supermarket. Those attacks prompted national soul-searching about France’s secular values and sweeping antiterror legislation to allow authorities to better track would-be assailants.

The attacks in January, after which millions of people marched in solidarity with the victims, were tightly targeted. Friday’s carnage was of a different, more sweeping order. It was designed to strike terror into every person going about ordinary activities, to make the French feel that they are not safe, anywhere.

Seven out of the eight gunmen, armed with assault weapons, grenades and suicide belts packed with explosives, are dead. But, as Parisians awake to a grim morning after, many questions remain unanswered, including whether any accomplices are at large, who coordinated the attacks, and whether counterterrorism efforts could have foiled the plot. There is also the question of how long the state of emergency — which gives authorities sweeping powers and suspends some democratic rights — will last. Clearly, the state of emergency should be ended as soon as possible.

The coldblooded depravity with which the terrorists gunned down people seated at restaurant tables and picked off hostages in the Bataclan concert hall where more than 80 were killed was horrifying. But Parisians have remained defiant and united. Last night, as the carnage unfolded, Parisians took to social media, using the hashtag #porteouverte, or “open door,” to offer sanctuary in their homes to people fleeing the mayhem. By morning, hundreds of Paris residents were lining up to donate blood and looking for other ways to help.

This attack will harden the resolve of the French against the savagery of the Islamic State, as it must the world’s.

Nov. 15th: *This editorial has been updated to reflect news developments.*

⁶⁷ Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/11/14/opinion/terror-in-paris.html>. Acesso em: 24/11/2017.

The Guardian view on the Paris attacks: amid the grief, we must defend the values that defend us

Before we can speak of anything else, we must speak of the victims. Amid all the noise that follows an act of horrific violence, amid the din of debate and argument, it can be easy to stop hearing the pain of the event itself. Paris is mourning the loss of at least 129 people who on Friday were engaged in the harmless, happy business of normal life: eating together, watching football together, listening to music together. Now they are dead, murdered in utterly terrifying circumstances. The survivors, the injured, the entire French people, already wounded by the lethal attacks in January, are reeling from the shock. In their loss, in their grief, in their pain, we are with them.

The French president responded to the Paris killings by branding them a declaration of war. That sounds compelling. To speak of Friday night's shootings and bombings only as crimes, as if they were equivalent to a string of murders by an urban gang, misses something important. They were coordinated, meticulously planned and, according to eye-witnesses, staged with a cold, military precision. Not for nothing did Francois Hollande speak of confrontation with the Isis "army".

And yet even if Isis did mean this night of slaughter to be a declaration of war, that does not mean France – or the rest of the world – needs to return the compliment. And a compliment it would be. To declare war against Isis is to flatter it, to grant it the dignity it craves. It accords it the status of a state, which Isis claims for itself but does not deserve. It confronts that murderous organisation on terms of its choosing rather than ours.

What's more, rhetoric of that hue has a recent and unhappy history. In 2001, George W Bush similarly hailed 9/11 as a declaration of war. But the rubric of war, with its implied permission for the most extreme measures, saw the US and its allies make several disastrous decisions. Their impact is felt even now, nearly 15 years later. That category surely includes the forced collapse of Iraq and the subsequent incubation of Isis itself.

Declarations of war pose another problem too: who exactly is party to this declaration? Mr Hollande was speaking for France. But the Paris slaughter also felt like an attack on Europe, maybe even on European values. Yet it's clear that Isis does not confine itself to that target, attacking instead all who stand in the way of its eliminationist brand of sectarian hate. Last Thursday, a bomb in Beirut killed 43 people. The next morning, a suicide bomber killed more than 20 in Baghdad. Both attacks were attributed to Isis. And just over a fortnight ago, a Russian jet carrying 224 people was blown out of the sky over Egypt, also apparently the work of Isis or an affiliate. And, never forget, the most numerous victims of Isis are not westerners but those Muslims unlucky enough to live within their deathly grasp. The moral case for Europe to remain a place of refuge is unaltered by what happened on Friday. How then are we to respond? Already there has been a demand, which will only get louder, to change those aspects of democratic and especially European life that make us vulnerable to attack. The urge is understandable. It's natural and human, when under threat, to want to seal the borders, to halt the tide of refugees, to allow those who would protect us ever greater muscle.

In this climate, it can be unpopular to call for consideration and thought. But if we feel European values are in danger, then the last way to defend those values is by dismantling them. The moral case for Europe to remain a place of refuge is unaltered by what happened on Friday. The allegation that one of the killers came to Europe disguised as a refugee is deeply suspect, the supposed evidence of a found Syrian

⁶⁸ Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/nov/15/the-guardian-view-on-the-paris-attacks-amid-the-grief-we-need-to-hold-firm-to-the-values-that-make-us-who-we-are>. Acesso em: 24/11/2017.

passport highly questionable. Many of those who fled Syria did so to escape Isis. If anything, those refugees have the potential to be a great asset in the fight against that murderous group.

In Britain, there will be some who see Theresa May's new investigatory powers bill in a more urgent light after Paris. But unless and until the evidence shows that bulk surveillance would have made a difference in that dreadful scenario, the argument remains where it was. And our starting point is still that mass surveillance of all of us is neither necessary nor effective. When the intelligence agencies are looking for a needle in a haystack, they shouldn't be adding more hay. When they need to spy on an individual or group, they should seek – and they will usually get – the legal warrant to do so. And, in case it needs repeating, European societies do not defend their values when they turn on their Muslim fellow citizens – on the contrary, they violate those values.

Which brings us to Syria. The defeat of Isis in Syria will not dissolve the threat of jihadi violence, but it is a necessary step on that road. That will surely entail military action, though that does not mean the west has to do all the fighting. Friday's recapture from Isis of Sinjar in northern Iraq is instructive. The combination of US warplanes in the sky and Kurdish fighters on the ground proved decisive. For all that, the core of the answer must be diplomatic.

Saturday's talks in Vienna brought together disparate antagonists, including Russia, the US, Iran and Saudi Arabia. But perhaps now – as Russia, for example, has seen that its dogged support for Bashar al-Assad comes at a heavy cost – those nations might finally rise to the occasion. This could be the moment when previously warring interests come into alignment. We urge all the governments involved to seize that moment – for the sake of Syria, for the sake of the innocent dead of Paris, for the sake of our common future.